

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração - PROPAD**

Carnaval, Mercado e Diferenciação Social

Gustavo Madeiro da Silva

Recife, 2004

Carnaval, Mercado e Diferenciação Social

Gustavo Madeiro da Silva

Orientadora: Dr^a Cristina Amélia Pereira Carvalho

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração em Organizações, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação/tese se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Monografia: Carnaval, Mercado e Diferenciação Social

Nome do Autor: Gustavo Madeiro da Silva

Data da aprovação: 27 de Fevereiro de 2004

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 22 de Abril de 2004

Assinatura do autor

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Carnaval, Mercado e Diferenciação Social

Nome do autor: Gustavo Madeiro da Silva

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 27 de Fevereiro de 2004.

Banca Examinadora:

Prof^a Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Doutora – UFPE (Orientadora)

Prof^a Maria Ceci Araújo Misoczky, Doutora - UFRGS (Examinadora Externa)

Prof^a Rita de Cássia Barbosa de Araújo, Doutora – FUNDAJ (Examinadora Interna)

Agradecimentos

São muitas as pessoas e organizações às quais devo agradecimentos. Perdoem-me aqueles que não aparecerem nesta página.

A Deus que, não sei ainda por que, sempre me deu todas as condições para que eu desenvolvesse minhas capacidades.

A meus pais, por um apoio que apenas hoje entendo.

A meus irmãos.

Ao PROPAD e à UFPE, os melhores lugares para se estar nos dois últimos anos.

À CAPES e à FACEPE, pelo apoio financeiro imprescindível para minha manutenção em Recife e para a realização desta dissertação.

Muito obrigado à cidade do Recife, por me receber.

A todas as pessoas e organizações pesquisadas (citadas ou não) durante a dissertação, pela paciência e apoio. Espero com este trabalho contribuir de alguma forma para a melhora de seus trabalhos e de suas vidas.

Ao Observatório. Não posso deixar de citar os nomes: Rodrigo Gameiro, Bruno César, Júlio César, Tiago Dias, Michelle Menezes, Alba Barbosa, Myrna Lorêto, Lourdes Magalhães, prof. Ricardo Mendonça, prof. Marcelo Vieira, e muitos outros que conviveram comigo em todo este tempo.

A meus sempre amigos Rodrigo Jófili e Távila Monte, parceiros de luta, que compartilharam comigo diversas angústias e alegrias, problemas e soluções. Sem nossas conversas não haveria trabalho a escrever.

À Sueli.

À professora Cristina Carvalho, minha orientadora, que me ‘pescou’ em Alagoas e deu-me uma direção. Não há palavras.

Este trabalho é dedicado a todas essas pessoas.

*Todos os animais são iguais,
mas uns são mais iguais que os outros*
(Lema final da república dos porcos,
em A Revolução dos Bichos)

*Os homens nascem e permanecem
livres e iguais em direitos.
As distinções sociais só podem ser baseadas
na utilidade comum.*
(Artigo primeiro da
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
de 26 de Agosto de 1789)

*Carnaval, Carnaval, eu fico triste...
quando chega...
O Carnaval...
(Luiz Melodia)*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas no carnaval desde sua origem até a formação das micaretas (carnavais fora de época). Para tanto, foi utilizada uma abordagem de poder, mais especificamente a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. O procedimento metodológico adotado foi estudo de caso do campo do carnaval em Maceió, capital de Alagoas. A passagem de um carnaval desestruturado e amador, formado por organizações de bairro, para um carnaval estruturado e profissional, dominado por grandes organizações do mercado, foi acompanhada por uma luta entre os atores pelo controle do campo e pelo direito de fazer valer sua interpretação da festa. O resultado de tal luta foi uma reestruturação do campo, em que a valorização de uma lógica do interesse foi ao mesmo tempo causa e efeito da emergência de novos atores. A aparência de desinteresse dos blocos tradicionais se transformou em exceção, e a busca pelo lucro, baseada em um modelo empresarial, a regra. Mas essas mudanças não tiveram nada de inevitáveis. Mais que considerações sobre eficiência, a forma empresarial de organização mostrou-se um instrumento que, dentro do carnaval, podia garantir a distinção social. Assim como em toda a história, hoje o carnaval se mostra um momento de reafirmação das diferenças existentes e/ou criadas entre os homens.

Palavras Chave: Carnaval. Mercado. Poder. Diferenciação Social.

Abstract

This work analyzes the changes happened in the carnival since its origin to the formation of the micaretas (carnivals out of time). An approach of power has been used, more specifically Pierre Bourdieu's concepts and ideas. The methodological procedure adopted was the case study research, in the field level of the carnival in Maceió, capital of Alagoas. The passage from a non-structured and amateur carnival, formed by neighborhood organizations, to a structured and professional carnival, dominated by big enterprises, has been accompanied by a fight among the actors for the field's control and the right to transmit its interpretation of the party. The result of such fight has been a restructuring of the field, in that the valorization of a logic of the interest was, at the same time, cause and effect of the new actors' emersion. The apparent of indifference of the traditional associations became exception, and the search for the profit, based on a business model, the rule. But those changes didn't have anything of inevitable. More than considerations of efficiency, the business form of organization has shown an instrument that, inside of the carnival, could guarantee the social distinction. As well as in the whole history, today the carnival is a moment of consolidation of the differences existent and/or created among men.

Key-words: Carnival. Market. Power. Social Distinction.

Sumário

1. Introdução	11
1.1 Objetivo geral	16
1.2 Objetivos específicos	16
2. Referencial Teórico.....	18
2.1 O Poder e a sociedade.....	18
2.1.1 As visões comunais do poder.....	19
2.1.2 As visões radicais do poder.....	20
2.1.3 As visões pluralistas do poder.....	21
2.1.4 O poder disciplinar.....	23
2.2 O poder simbólico.....	27
2.2.1 As posições.....	29
2.2.2 As disposições.....	35
2.2.3 As tomadas de posição.....	37
2.2.4 Uma sociologia da reprodução, mas para a mudança.....	38
2.3 O Carnaval.....	42
2.4 A razão e o mercado.....	45
2.5 A cultura de massas.....	50
2.6 Carnaval brasileiro e organizações.....	52
2.7 Carnaval: produto e negócio.....	56
3. Metodologia	61
3.1 Perguntas de pesquisa	61
3.2 Definições constitutivas e operacionais de termos e categorias.....	61
3.3 Plano de investigação.....	65
3.3.1 Delineamento do estudo	65
3.3.2 Os sujeitos da pesquisa.....	67
3.3.3 Coleta de dados.....	68
3.3.4 Análise dos dados.....	71
4. Descrição e Análise dos Dados.....	73
4.1 As origens.....	73
4.2 Os cem anos gloriosos.....	76
4.2.1 Os clubes.....	77
4.2.2 Os blocos e troças.....	79
4.2.3 O samba e suas escolas.....	82
4.2.4 O comércio.....	82
4.2.5 O poder público.....	83
4.3 Da glória ao ostracismo.....	84
4.4 Reestruturação e jogos de poder.....	89
4.4.1 A liga independente.....	92
4.4.2 O poder público.....	97
4.4.3 A associação de moradores.....	99
4.4.4 A Imprensa.....	101
4.4.5 Os patrocinadores.....	104
4.4.6 O setor turístico.....	105
4.4.7 Os blocos de intelectuais.....	109
4.4.8 As agremiações tradicionais.....	110
5. Conclusões e Considerações Finais.....	115
5.1 Carnaval, mercado e diferenciação social.....	115

5.2 Limitações e sugestões de pesquisa.....	122
Referências	125
APÊNDICE A – Roteiro Base das Entrevistas.....	132
APÊNDICE B – Participantes de Associações.....	133
APÊNDICE C – Lista de Mapas.....	135
ANEXO A – Micaretas no Brasil	144
ANEXO B – Levantamento de ocorrências no Maceió Fest.....	146

Lista de Quadros e Figuras

Figura 1 (2) – Panopticom.....	25
Figura 2 (2) – Parte interna do Panopticom.....	25
Figura 3 (2) - Campo profissional francês.....	33
Quadro 1 (4) - Quadro do Campo do Carnaval em Maceió em meados do séc. XX.....	84
Quadro 2 (4) - Quadro do Campo do Carnaval em Maceió atualmente.....	114

Lista de Siglas e Abreviaturas

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CASAL - Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas

CDL - Câmara dos Logistas

CEAL - Companhia Energética de Alagoas

ENS - Ecole Nationale Supérieure

EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales

FMI – Fundo Monetário Internacional

IMA - Instituto do Meio Ambiente

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PM/AL - Polícia Militar de Alagoas

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

SETURMA - Secretaria Municipal de Turismo

1 Introdução

Ao lado do futebol, o Carnaval é considerado o maior símbolo do espírito nacional. A festa de três dias (que comumente se estende bem mais) é relacionada a várias características da cultura nacional, como a malandragem, a sensualidade, o bom humor e a personalidade festiva. Tais características ajudaram a construir a imagem do povo brasileiro, tanto fora como dentro do país. Segundo Araújo (1996: 19):

O Carnaval é comumente definido como a festa da confraternização universal, a festa da democracia social e racial, que une e iguala a todos: brancos e pretos, ricos e pobres. Esta pressuposta universalidade da festa, capaz de destruir as diferenças e desigualdades culturais internas, de unificá-las e de promover a integração social, possibilitou sua conversão em símbolo da identidade nacional.

Denominado por DaMatta (1997) como ‘tempo do extraordinário’, em oposição ao tempo cotidiano, o Carnaval, assim como outros rituais, tem a peculiaridade de salientar ou exagerar aspectos da vida diária durante esse tempo extraordinário. Mais que isso, ele teria o poder de deslocar objetos (papéis sociais e valores) de um domínio social para outro. Desse modo, comportamentos e atitudes considerados próprios do domínio familiar (da casa) seriam transpostos para o domínio público (a rua).

Originado em comemorações pagãs das sociedades antigas, o carnaval costumava ter o sentido de oposição aos dias normais, de quebra e inversão da ordem e exteriorização dos instintos reprimidos. Marcando épocas de plantio ou colheita e significando celebrações à fertilidade, a festa, em suas diversas modalidades e épocas, representava um contraponto aos dias normais, e um momento de comunhão entre famílias, vizinhos e pares.

No entanto, transformações bruscas ocorreram na sociedade e alteraram o formato e o significado da festa. Com a destruição das pequenas comunidades orgânicas, as bases que mantiveram a festa praticamente inalterada por séculos extinguiram-se e um novo tipo de comemoração surgiu no contexto da sociedade dominada por organizações.

Mais que acaso, evolução, planejamento ou inevitabilidade, acredita-se que essas mudanças no Carnaval têm como razão as lutas de poder entre diversos atores com o objetivo de definir o modelo de festa que mais lhes interessa. Partindo-se desse pressuposto, neste trabalho foi realizada uma análise histórica da festa e se procurou entender as mudanças ocorridas através do estudo das relações de forças entre os atores do campo do Carnaval. Tal objeto de pesquisa mostra-se especialmente representativo das conseqüências dos processos de racionalização da sociedade e de globalização econômica, como se procurou demonstrar. Desse modo, estuda-se como se deu a formação do campo do carnaval na cidade de Maceió (AL), sua estruturação, seu desenvolvimento e os jogos de poder daí decorrentes. Neste trabalho entende-se aqui Carnaval em um sentido amplo, não apenas como a festa que antecede a quaresma, mas como um conjunto de festas e comemorações que surgiram no Brasil a partir dessa festa original.

As características do Carnaval, principalmente seu caráter lúdico, foram aos poucos se alterando, e novas 'funções' foram encontradas para a festa. As pequenas agremiações com formato amadorístico deram lugar às grandes empresas; a lógica do interesse mercantil predomina. As festas se transformaram em grandes negócios, movimentando milhões de reais, e as comemorações carnavalescas atravessaram as fronteiras temporais da quaresma, espalhando-se por todo o calendário na forma de micaretas.

Cada local recebeu os novos tempos de modo diferente. No Brasil a festa não é igual em toda parte. Existem os mais diversos tipos de manifestação carnavalesca, com seus respectivos ritmos e práticas, como o Boi de Parintins, no Amazonas, o axé da Bahia, o samba

do Rio, o frevo de Pernambuco. Em meio a essa efervescência, caminhou-se na contramão ao escolher, como foco do estudo, a cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, só que pela quase ausência de carnaval. A oposição entre o grandioso Maceió Fest e o diminuto Carnaval foi o que mais chamou a atenção.

Localizada em um dos Estados mais pobres da União, a cidade já foi palco de grandes festas. A economia, que desde a colonização é baseada na plantação e exploração econômica da cana-de-açúcar, experimentou altos e baixos que acompanharam o preço do açúcar e, mais recentemente, do álcool. Se uma vez a visão de uma grande metrópole foi vislumbrada, essa ilusão se desvaneceu com o passar dos anos, e atualmente impera o atraso e a concentração do poder econômico, cultural e político nas mãos de poucos.

De uma cidade com grandes carnavais, transformou-se em cidade para descanso, segundo o jargão turístico. Se no início do séc. XX ela detinha uma animada festa, com o passar do tempo a comemoração foi definhando, até quase desaparecer entre as décadas de 70/80. Apesar de nunca mais recuperar seu esplendor, a ascensão de novos atores sociais, em meados dos anos 80, representou uma certa encruzilhada na história do carnaval na cidade. Esses novos atores traziam consigo uma lógica diferente, uma outra visão de mundo, uma nova interpretação da festa.

A partir do início do séc. XX, e cada vez mais, o espaço comumente denominado festa carnavalesca tornou-se palco de atuação de diversas organizações burocráticas, com interesses díspares, detentoras de diferentes recursos de poder. Esse espaço pode ser entendido como palco de lutas ou jogos (um campo de poder) entre essas organizações, com regras cada vez mais fortemente estabelecidas, regras tácitas ou escritas, em que os atores buscam fazer valer sua própria interpretação de como deveria ser a festa, e com isso acumular recursos de poder, ou diferentes tipos de capital.

O final do séc. XX representa uma encruzilhada na história do campo, pois em uma mudança mais ou menos brusca, ocorreu uma “virada de mesa”, e jogadores antes poderosos se subordinaram a novos atores e novos arranjos de poder. Esse movimento alterou profundamente as regras do jogo, redefiniu o espaço de luta e deu origem à micareta denominada Maceió Fest.

Tendo em vista o contexto apresentado, procurou-se neste estudo responder ao seguinte problema de pesquisa:

De que forma a valorização da lógica de mercado alterou o arranjo de poder no Carnaval de Maceió (AL), culminando com o surgimento do Maceió Fest?

Se, por um lado, alguns podem argumentar que essas mudanças proporcionaram a manutenção da festa, que de outro modo teria desaparecido, considera-se que algumas de suas principais características foram perdidas durante o processo. Aos atores subalternos no campo, principalmente blocos tradicionais apoiados nas comunidades que os cercam, resta a busca pela eficiência, profissionalização e “empresarialização”. Tal mudança pode ter conseqüências que atravessam as fronteiras do carnaval. A nova estruturação do campo está relacionada ao predomínio da organização formal em todas as esferas da sociedade, e à destruição de todo um modo de vida.

Para examinar tal realidade, foi empreendida uma pesquisa de cunho predominantemente qualitativo. O estudo foi realizado no período de Junho de 2002 a Dezembro de 2003. Pesquisa documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas permitiram a coleta dos dados pertinentes ao assunto. A análise interpretativa de conteúdo baseou as considerações finais.

Muitos estudos antropológicos foram feitos sobre o Carnaval. Neste trabalho, pretendeu-se contribuir para o entendimento da festa com uma visão predominantemente

organizacional. Ressalta-se principalmente a dimensão do poder no campo carnavalesco, que parece esquecida nas análises de alguns autores que estudam o assunto.

Como contribuição teórica, este trabalho buscou ampliar a compreensão do fenômeno da difusão do modelo empresarial por todos os setores da sociedade, explicando suas causas e conseqüências no campo em estudo. Por conter organizações ditas alternativas, o estudo do campo pode fornecer pistas sobre novas formas organizacionais.

No plano prático, representa um apoio à formulação de políticas públicas para o setor cultural. Apoiando-se em estudos realizados em outras localidades, notadamente Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda, pretendeu-se apresentar os riscos e opções em relação às direções tomadas pelo poder público. Talvez uma das maiores contribuições a dar seja mapear o campo e jogar luz sobre atores pouco reconhecidos, em um Estado absolutamente carente em qualquer tipo de informação documentada ou planejamento de longo prazo. Mas, primordialmente, procurar-se-á fazer com que os atores componentes do campo se reconheçam como tal, compreendendo a importância de suas relações com os outros atores na construção da festa carnavalesca.

Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico utilizado, em que se buscaram os ganhos da pesquisa interdisciplinar, procurando agregar contribuições de áreas como Sociologia, Antropologia, Psicologia e Filosofia, entre outras. Entre elas pode-se antecipadamente destacar a teoria de campo de Pierre Bourdieu, que constitui a principal base teórica do trabalho. Ainda no referencial, apresenta-se o resultado de pesquisa histórica sobre o carnaval e as principais idéias que nortearam o desenvolvimento desta dissertação.

No capítulo seguinte é apresentada a metodologia, que se inicia com as perguntas de pesquisa, às quais se seguem a definição de termos e categorias, o delineamento metodológico e a descrição detalhada dos procedimentos utilizados na coleta e na análise dos dados.

No capítulo intitulado “Descrição e Análise dos Dados” é realizada a caracterização de cada um dos principais atores do campo do carnaval no seu todo. Inicia-se com uma breve descrição histórica, necessária para a contextualização do problema, a partir da qual é construído o estudo específico do carnaval em Maceió. Durante todo o processo, procurou-se retomar e desenvolver as idéias apresentadas no referencial teórico.

As conclusões, assim como as perspectivas e limitações do trabalho, compõem o capítulo final desta pesquisa.

Após o referencial bibliográfico, foram incluídos vários apêndices e anexos que ajudarão na compreensão do que foi apresentado. Além do roteiro das micaretas em todo o país, já presente no projeto de pesquisa, adicionaram-se mapas da cidade de Maceió (dos locais citados durante o trabalho e do nível de renda e educacional dos bairros da cidade), o roteiro de entrevistas e outras informações pertinentes.

1.1 Objetivo geral

Analisar de que forma a valorização da lógica de mercado alterou o arranjo de poder no campo do Carnaval de Maceió (AL), culminando com o surgimento do Maceió Fest.

1.2 Objetivos específicos

- ♦ Descrever e caracterizar as mudanças ocorridas no campo do carnaval de Maceió até os dias atuais;
- ♦ Caracterizar os atores atuantes no campo, assim como sua posição no espaço social e os recursos de poder (capitais) que asseguram essa posição;

- ♦ Identificar o novo arranjo de poder do campo;
- ♦ Identificar a lógica de ação norteadora do novo arranjo de poder do campo;
- ♦ Correlacionar a posição de poder ocupada por cada ator à sua lógica de atuação.

2 Referencial Teórico

2.1 O Poder e a sociedade

Segundo Bobbio et ali (1986) pode-se dizer que não existe praticamente relação social na qual não esteja presente, de alguma forma, a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de outro grupo. Ou seja, dizer relação social é dizer relação de poder.

Talvez por isso o tema poder seja pensado há milênios. Pela sua complexidade, é possível distinguir várias correntes de pensamento, algumas das quais têm idéias diametralmente opostas. Se há algum consenso nesta discussão, ele está na noção de que o poder se refere à provocação de conseqüências (LUKES, 1980), idéia que fica clara na clássica definição de Dahl sobre o tema: “*A* tem poder sobre *B* na medida em que pode levar *B* a fazer algo que *B* de outra maneira não faria” (HALL, 1984:93).

Essa definição guarda, implicitamente, outro consenso sobre o assunto: a de que o poder é relacional. Ele não existe por si, separado das relações sociais entre indivíduos ou grupos. Todas as bases de poder possíveis nada significam na falta de um indivíduo ou grupo sobre os quais esse poder possa ser exercido. Sejam as relações de dependência, desigualdade, aquiescência ou quaisquer outras, o certo é que é a partir da natureza dessas relações que se observa o poder (HALL, 1984).

Diante de um campo de estudo tão amplo, o que se pode afirmar com certeza é que a evolução das formas organizacionais da sociedade afetou o pensamento sobre o assunto em cada época, e essas palavras são ainda mais válidas para a sociedade organizacional deste

tempo. Ou seja, quanto mais complexas as relações sociais nesses microcosmos organizadores da vida humana em uma determinada época, mais complexas e variadas são as visões sobre o poder.

Essas diferentes correntes de pensamento podem ser distribuídas em comunais (ou de poder simétrico), radicais e pluralistas (essas duas referindo-se ao poder assimétrico) (CARVALHO, 1998).

2.1.1 As visões comunais do poder

As visões comunais do poder têm origem nos escritos clássicos de Platão e Aristóteles. Ao analisar a democracia grega, esses pensadores afirmavam que o poder político estava na verdade nas mãos dos cidadãos, que se uniam nesta grande estrutura em busca de benefícios à coletividade¹. Eles enfatizavam primordialmente a comunhão de interesses dos indivíduos e a capacidade de realização dessa estrutura coletiva. Segundo essa visão, o conflito é raro e contornável, pois a estrutura que agrega o poder de seus indivíduos constituintes está em busca de seus objetivos comuns. Vários autores utilizaram-se deste tipo de idéia em seus trabalhos, como os defensores do direito divino, alguns iluministas, como Rousseau e, mais atualmente, autores como Hannah Arendt e Talcott Parsons (CARVALHO, 1998). Esse tipo de visão é a base para a maioria das publicações recentes na área da Administração, notadamente as de cunho gerencialista.

¹ Só lembrando, só era considerada cidadã uma mínima parcela da sociedade, os homens integrantes das famílias poderosas, o que excluía escravos e mulheres.

2.1.2 As visões radicais do poder

Com a Revolução Industrial, surgiu um novo modo de produção que redesenhou a estrutura das organizações e as tornou interventoras cada vez mais freqüentes no meio ao seu redor. A análise dessas mudanças fez com que Karl Marx identificasse a existência de duas classes antagônicas na sociedade, os proletários e os proprietários dos meios de produção. O trabalho desse autor aprofundou os estudos sobre uma outra visão das relações de poder: a visão radical.

Essa corrente enfatiza a natureza dicotômica dos interesses da classe dominante e da classe dominada. Esses interesses estariam estruturalmente pré-determinados, independentemente de outras bases de identidade que não a econômica (HARDY e CLEGG, 2001). Essa visão identifica na desigualdade econômica uma fonte inesgotável de conflitos, que culminariam na conscientização e posterior tomada de poder pela classe dominada.

Idéias que podem parecer exageradas se justificam pela realidade da época. Em um momento de transição para a sociedade contemporânea, as deficiências do capitalismo estavam tornando-se cada vez mais claras para todos, e apesar disso não existia qualquer tipo de controle sobre sua ação. O liberalismo econômico, com seu *laissez faire, laissez passer* pregava a liberdade total às organizações mercantis. Uma situação de capitalismo selvagem, ao invés de conduzir a sociedade para esta luta final, levou a maioria dos países a um maior controle estatal sobre a atividade empresarial, e posteriormente ao *welfare-state*.

De todo modo, a obra de Marx foi uma das mais influentes na sociedade no decorrer dos tempos, e deu as bases para o sistema político que guiou os destinos de bilhões de pessoas no séc. XX. Suas idéias influenciaram autores como Lukács, Gramsci e Adorno.

2.1.3 As visões pluralistas do poder

As visões pluralistas do poder reconhecem a divisão da sociedade em classes (ou estamentos), no entanto enfocam a diversidade de atores e interesses existentes. Numa visão pluralista, não apenas os fatores econômicos são causadores de divisões sociais, mas também os políticos e os culturais, entre outros. Ou seja, os diversos atores sociais podem polarizar-se de modo diferente em diferentes situações, mesmo que sejam de uma única classe social.

Essas visões compreendem o poder como variável crucial no entendimento das relações sociais, como uma forma de diminuir ou esconder os conflitos, mas enfatizam a diversidade das bases e fontes de poder possíveis. Segundo Hall (1984: 96) “as bases de poder são aquilo que os indivíduos ou grupos controlam e que os torna capazes de manipular o comportamento de outrem”. Bacharach e Lawler (HALL, 1984:96) se referem às fontes de poder como “a maneira como as parte passam a controlar as bases de poder”. As bases de poder poderiam ser tais como: a capacidade de recompensar, a capacidade de punir, a autoridade (no sentido weberiano), o acesso ao conhecimento, o controle da incerteza, entre outras. As fontes de poder poderiam ser: o cargo que se detém, a especialização, a posse dos meios de sanção, a identificação, o carisma e, abrangendo quase tudo, a oportunidade ou uma combinação de fatores.

Max Weber, um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento dessas visões, já percebia a infinidade de fatores que poderiam conferir poder a indivíduos ou grupos. Isso o levou a definir o conceito de poder como sociologicamente neutro, pois:

Todas as qualidades possíveis de um homem e toda a espécie de constelações de possibilidades podem colocar alguém em posição de impor sua vontade em determinada situação (WEBER, 1983:113).

O conceito de dominação, ou autoridade, lhe pareceu mais útil, pois é mais específico. Refere-se à “possibilidade de conseguir obediência a uma ordem de determinado conteúdo entre pessoas dadas” (WEBER, 1983:113). Essa dominação poderia ser de três tipos puros:

carismática, tradicional e legal ou burocrática (WEBER, 1982). Apesar de reconhecer que os três tipos puros se encontravam em formas mistas na realidade, ele afirmava que, na sociedade moderna, a tendência era da predominância paulatina da dominação legal em detrimento dos outros tipos de dominação. Além da autoridade, que seria algo como um poder legítimo, Weber reconheceu também a existência do poder ilegítimo, baseado na força ou coerção (WEBER, 1983), mas que não ocupou grande espaço em sua obra.

Na verdade, todo o poder, quaisquer que sejam seus fundamentos, quer se definir como legítimo. “Isso porque apenas a legitimidade lhe confere durabilidade e adesão” (ENRIQUEZ, 1967). Qualquer poder, por mais forte que seja, pode ser contestado e combatido. No entanto, se ele é visto como ‘a natureza das coisas’, não estará mais sujeito ao raciocínio ou ao cálculo, a resposta para ele será apenas o reflexo. Os que tentem contestá-lo aparecerão então como loucos ou subversivos.

Classificar um autor, qualquer que seja, entre as classes apresentadas, é sempre uma temeridade. Mesmo nos casos em que há um certo consenso sobre os expoentes de uma determinada linha de pensamento, os autores citados provavelmente se sentiriam ultrajados ao verem seus nomes associados a tais simplificações (isso porque, se classificamos algo ou alguém, atribuímos ao classificado todas as características da classe). No entanto, entende-se que este trabalho de classificação presta importantes serviços de facilitação do entendimento.

Os autores que serão analisados a partir de agora são neste trabalho classificados como pluralistas, segundo as características já apresentadas. Essa classificação não é, de modo nenhum, geral (já que suas idéias serão um pouco mais exploradas, talvez a injustiça fique atenuada). Os autores seguem uma corrente que se preocupou não apenas com o ato de poder, com o momento de sua demonstração e com os conflitos daí advindos, mas principalmente com os mecanismos por meio dos quais a autoridade é exercida e internalizada, e com a falta de conflito declarado/visível. Só que a autoridade implica reconhecimento. Indo um pouco

além, alguns autores estudaram certos comportamentos que não implicavam na obediência a qualquer tipo de autoridade (pelo menos não conscientemente), nem a obediência a um ator identificável. É o que Ruiz Olabuénaga (1995) chama de concepção do poder como educação, socialização ou ideologia.

Um dos maiores representantes dessa linha de pensamento é Michel Foucault.

2.1.4 O poder disciplinar

Segundo Foucault (1993) os meios de controle dos indivíduos na sociedade e nas organizações evoluíram de formas de controle coercitivo para diversas formas de um controle que ele chamou disciplinar.

No início da estruturação das sociedades industriais instalou-se um aparelho punitivo para selecionar e adequar os indivíduos às normas. O controle era de tipo direto nas organizações, com a supervisão de um capataz. No entanto, o desenvolvimento da sociedade organizacional trouxe a necessidade e a possibilidade de implantarem-se formas de controle mais eficazes e que não gerassem tantos conflitos. Elas eram mais baratas, funcionavam ininterruptamente e levavam a comportamentos mais previsíveis. A partir do séc. XIX é identificada a ascensão dessas formas não diretas e não invasivas de controle, que dispensam a figura do vigilante ou supervisor.

Essas formas de controle utilizam-se de “mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos...” (FOUCAULT, 1993:150). Para sua análise, Foucault retoma a noção de *panopticom*, retirada de Jeremy Bentham, de uma obra editada no final do séc. XVIII.

A noção de *panopticom* refere-se originalmente a uma forma arquitetônica composta por uma torre ao centro, rodeada de diversas celas em forma de anel (Figura 2.1 e Figura 2.2). Dado o posicionamento de cada uma das partes seria possível, para um ocupante da torre,

vigiar ao mesmo tempo todas as celas. É invertido o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia controlam melhor que o escuro, que na verdade esconde. O ocupante da torre, além de vigia, é também vigiado por todos os outros integrantes do sistema (FOUCAULT, 1993). Essa noção foi originalmente pensada para produzir uma vigilância de tipo direto mais eficiente, e interessava a médicos, educadores, penalistas e, principalmente, industriais. No entanto, “os procedimentos de poder colocados em prática nas sociedades modernas são bem mais numerosos, diversos e ricos” (FOUCAULT, 1993:211).

Mas a idéia vai mais além. Do modo que está dito, este seria apenas mais um tipo de vigilância direta. O cerne da questão, o toque perverso, é que essa vigilância se naturaliza. Quem vigia não é o indivíduo, passa a ser a torre. Por isso, mesmo na ausência de um observador, o medo e a auto-regulação estão sempre presentes, pois a torre está sempre presente.

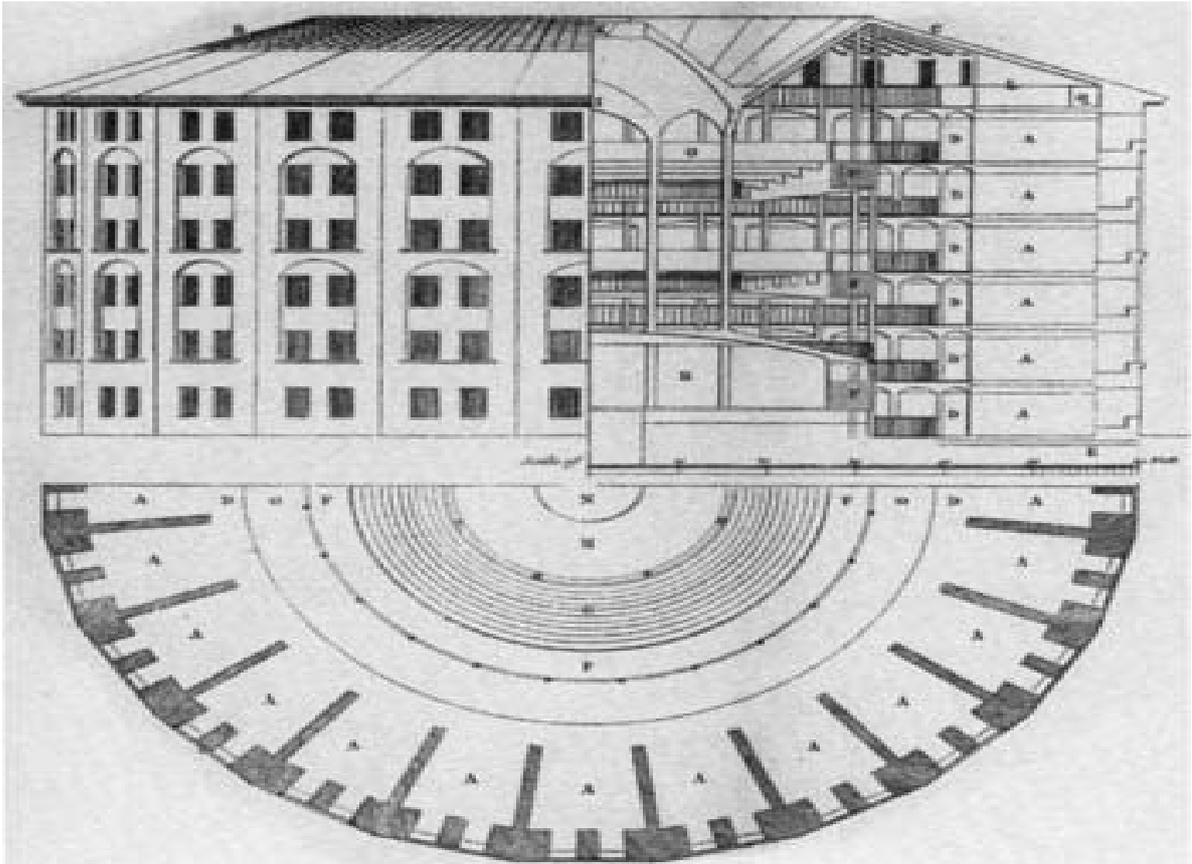


Figura 1 – Panopticom (Fonte: <http://www.groupec.org>. Acesso em 20/01/04)



Figura 2 – Parte interna do panopticom (Fonte: <http://www.ctheory.net>. Acesso em 20/01/04)

O mesmo mecanismo poderia ser invocado para explicar alguns dos controles que são exercidos na sociedade moderna. Foucault parte desta idéia para explicar os mecanismos indiretos de controle, que produzem resultados tão ou mais eficazes que a vigilância direta. Esses mecanismos são os controles cognitivos sobre os indivíduos, que mergulhados em uma rede de vigilância mútua imbricada nas relações e normas sociais, são constrangidos a se comportar e agir de um modo determinado, internalizar valores adequados e continuar agindo de acordo mesmo longe de qualquer tipo de vigilância. Esse é o princípio do poder disciplinador.

O poder disciplinador é para Foucault (1993) mais forte que qualquer outro, por não ser sequer questionado. As práticas e relações entre as pessoas funcionam na sociedade como uma rede de dispositivos ou mecanismos aos quais ninguém escapa. Todos estão sujeitos a este controle, incluindo aqueles que são considerados classe dominante. A questão é que:

Essas novas práticas disciplinares de poder, (...), não devem ser entendidas como o efeito intencional de qualquer vontade, e menos ainda da vontade daquela tradicional condensação de poder que é o Estado (CLEGG, 1992:76).

A importância do trabalho de Foucault está em chamar a atenção para esse novo tipo de controle da sociedade que ele denominou ‘micropoder’ (FOUCAULT, 1993). Seu trabalho foi um dos primeiros a utilizar a noção de um poder invisível tendo sido, posteriormente, seguido por outros autores, entre os quais Pierre Bourdieu.

Esta breve introdução ao tema do poder teve como objetivos apresentar as principais correntes de pensamento sobre o assunto e expor noções que serão úteis mais à frente. O assunto é cativante, ainda carece de estudo e pesquisa, pois apesar de todas as discussões e reflexões realizadas, muito ainda permanece obscuro e incompreensível quando se pensa sobre poder. Segundo Foucault (1993:75):

Talvez ainda não se saiba o que é poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo

tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder.

2.2 O poder simbólico

Pierre Bourdieu nasceu em 1930, no sul da França, na região rural de Béarn. Filho de camponeses, foi educado no Liceu de Pau, e em 1951 mudou-se para Paris, onde estudou Filosofia na École Normale Supérieure (ENS), com o mesmo orientador de Michel Foucault. Tornou-se professor na cidade de Moulins em 1954, mas um ano depois foi convocado para o serviço militar, primeiro em Versailles e depois na Argélia, numa época em que o futuro político da colônia francesa era incerto.

Ao deixar o serviço militar, em 1958, passou ainda dois anos na Argélia, ensinando na Universidade de Argel, capital do país. Em 1960 volta à França onde, alguns anos depois, torna-se diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e coordenador dos cursos da ENS. Foi professor também em universidades e centros de pesquisa dos EUA e Alemanha (WACQUANT, 2002).

Não é possível compreender o pensamento do autor sem ter em mente o contexto em que ele foi construído, as condições sociais da época. Todo seu edifício teórico se baseou no estudo da diferenciação social e dos modos de reprodução da dominação, aspectos banalizados e imperceptíveis pela atualidade assumida, mas que para ele tornaram-se evidentes e nucleares na estruturação da sociedade de seu tempo.

Essa diferenciação e dominação ocorriam, e ainda ocorrem, de forma tão simples e clara que, precisamente por isso, não são percebidas. Apesar de seu sucesso profissional, sabia ele que sua origem humilde e seu sotaque caipira representavam estigmas permanentes, e o diferenciavam do meio intelectual onde ele havia ingressado. Seus gestos, valores, gostos e práticas o tornavam estranho ao meio. Ainda jovem percebeu o prazer com que pequenos

burocratas nas escolas ou no exército exerciam seu poder, e como as estruturas educacionais e os órgãos de imprensa funcionavam como produtores e reprodutores das divisões sociais.

Automeado construcionista estruturalista (ou estruturalista construcionista), Bourdieu afirma que, em seus trabalhos, procura superar a velha dicotomia objetivismo x subjetivismo que reina nas ciências sociais (BOURDIEU, 1990). Para os objetivistas, seguindo a corrente de pensamento de Durkheim (1988), os fatos sociais são coisas. O mundo social é constituído por estruturas objetivas que orientam e constroem (para alguns, determinam) as práticas e representações dos atores, independentemente de sua vontade. Para os subjetivistas, as estruturas não têm um significado único e absoluto. Este é dado a partir das representações dos atores, numa construção social e coletiva da realidade, seguindo a linha de pensamento de Berger e Luckman (1976).

Para superar essa dicotomia, o autor defende o abandono do pensamento substancialista que classifica as coisas e os atores sociais de acordo com as propriedades diretamente perceptíveis à intuição. Argumenta em favor de um pensamento relacional que, para além da natureza intrínseca dos fatos sociais, considera as relações invisíveis que ocorrem e que lhes aportam valor. São essas relações que definem a posição de poder dos atores sociais. A partir dessa reflexão resume que, “se é verdade que o real é relacional, pode ser que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora de suas relações com o todo” (BOURDIEU, 2000: 31).

A idéia é percebida em seu trabalho na noção de poder simbólico, na qual o valor é dado pelo reconhecimento desse recurso, propriedade ou capital dos atores sociais na disputa de poder dentro de um determinado campo social. Segundo Bourdieu (2000: 15) “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”. É o poder de fazer ver o que não é

visto, de consagração do existente, ou mesmo de criação, com o poder do discurso legitimado por outros atores.

O *locus* de ação do poder simbólico é o campo social. Ele é um campo de lutas, jogos, em que os diversos atores têm diferentes estratégias na busca pelo predomínio. Nele os atores buscam acumular poder simbólico como meio de impor sua própria visão de mundo. A possibilidade de imposição dessa visão existe em função da posição (dominante ou dominado, em suas diversas gradações e momentos) em que se encontra o ator em questão e da relação de forças existentes no campo em um dado momento.

2.2.1 As posições

O campo social é um espaço estruturado com suas próprias regras (ou melhor, regularidades) de funcionamento, em que um conjunto de relações de forças objetivas é imposto a todos os que entram, forças estas que não podem ser reduzidas às intenções dos atores individuais ou mesmo às suas interações diretas (BOURDIEU, 2000). Essas regras podem ser consideradas exigências do campo e, como todas as regras, podem ser quebradas, distorcidas ou mudadas.

O espaço social (ou campo) é composto por diversos setores. O desenvolvimento do processo de diferenciação social (ou, em outros termos, divisão e a especialização do trabalho) deu origem a novos campos em alguns desses setores, com regras de funcionamento próprias e valorização de capitais específicos, funcionando como campos semi-autônomos. Exemplos desse fenômeno são o campo da política, das religiões, das artes e do carnaval. Desta forma, parecem existir semelhanças estruturais e funcionais entre os campos. Essa constatação permite o uso da analogia no estudo do campo social (BOURDIEU, 2000).

Parte das semelhanças entre os campos é devida à ação do Estado como árbitro, tribunal supremo e detentor do monopólio da violência simbólica legítima. Em seu papel regulador, o Estado define parte das regras de funcionamento de todos os campos, pelo menos as regras escritas. Em seu papel legitimador distribui nomeações, certificados e títulos (escolares, por exemplo) que conferem objetividade a um capital difuso, ou seja, legalidade (BOURDIEU, 1999). O próprio aparelho de Estado é um campo em si, com lutas de poder internas, e que é controlado por representantes dos setores dominantes do campo social.

A good number of struggles within the field are of this type; notably those aimed at seizing power over the state, that is, over the economic and political resources that enable the state to wield a power over all games, and over the rules that regulate them² (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p. 99-100).

Apesar dos campos se perpassarem (daí a preponderância crescente do capital econômico no espaço social) e se influenciarem mutuamente, essa influência é relativa. A autonomização dos campos sociais faz com que eles funcionem como prismas, com um grau de refração próprio, que transforma ou reflete as influências externas de acordo com sua própria dinâmica (BOURDIEU, 1996:61). Desse modo, as mudanças em um dado campo devem ser entendidas como mudanças na posição relativa dos atores. Não basta unicamente associá-las às mudanças macrosociais contemporâneas, mas é necessário entender também suas regras de funcionamento e seu índice de refração, que será tanto maior quanto mais estruturado e autônomo for o campo.

Neste espaço de jogo ou lutas simbólicas, os vários atores, portadores de diversos tipos de capital, tentam impor a representação da realidade que mais lhes convêm. A possibilidade de impor essa representação está diretamente relacionada à posse dos capitais valorizados no

² Uma boa parte das lutas do campo de poder são deste tipo (destinadas a alterar o valor dos capitais), notadamente aquelas que objetivam ganhar poder sobre o Estado, isto é, sobre os recursos econômicos e políticos que permitem ao Estado exercer poder sobre todos os jogos (campos) e sobre as regras que os regulam

campo que, nas sociedades desenvolvidas, são principalmente o capital cultural, o capital econômico e o capital social (BOURDIEU e WACQUANT, 1992).

O capital econômico é constituído pelo conjunto dos bens econômicos, como rendas, patrimônio e bens materiais em geral. Refere-se à quantidade de recursos materiais e financeiros disponíveis.

O capital cultural se refere principalmente à educação, certificada por títulos escolares (capital cultural institucionalizado), mas também pode abranger aspectos como o sotaque, a etiqueta ou os gestos (capital cultural incorporado) e a convivência e posse de bens da alta cultura (capital cultural objetivado).

O capital social se refere essencialmente à rede de relações sociais de que dispõe o indivíduo ou grupo, que pode se traduzir em amizades, parentes ou conhecidos em pontos chave do campo (BONNEWITZ, 2003).

Os três principais tipos de capital de certo modo estão relacionados, podendo-se falar então de uma tendência à concentração. O capital econômico, sendo cada vez mais valorizado na sociedade, pode atrair os outros capitais. Um indivíduo com grande capital econômico teoricamente frequenta as melhores escolas, faz viagens e conhece outras culturas, tem acesso à informação e talvez tenha nascido em berço de ouro. Ele a princípio pode frequentar os locais mais requintados e conhecer as pessoas mais importantes (o que não seria possível se frequentasse locais mais humildes).

É importante destacar a existência de diversos outros tipos de capital específicos de cada espaço de luta. Tendo cada campo social uma autonomia relativa para determinar o valor relativo dos recursos ou capitais dentro daquele espaço pode-se ter, por exemplo, o capital político, no campo político, o capital intelectual, no campo acadêmico, ou o que, neste trabalho, chamou-se capital de tradição, no campo do carnaval. Neste trabalho, define-se capital de tradição como um tipo de capital do reconhecimento, adquirido a partir da

legitimação da atividade artística/cultural do ator coletivo perante o campo. Esse capital pressupõe antiguidade, alcance de prêmios e honrarias, mas pode também ser construído através de intenso trabalho de propaganda. No campo do carnaval, a tradição de um bloco necessariamente transfere mais capital simbólico para seus integrantes.

Os diversos tipos de capital, quando percebidos e reconhecidos como legítimos, transformam-se em capital simbólico, que transfere prestígio, reputação e fama a seus detentores (BOURDIEU, 2000). Esse capital pode ser considerado, portanto, o capital universal (no sentido de que serve para se comparar os diferentes tipos de capital).

A posição dos atores em um dado campo social depende, portanto, da quantidade e dos tipos de capital de que dispõe cada agente. No caso do campo das profissões, é possível representar graficamente (e muito simplificadamente) esse espaço de posições, definido em duas dimensões: verticalmente, pela quantidade global de capital e, horizontalmente, pelo tipo de capital que compõe predominantemente o *quantum* de poder, tal como mostra a figura a seguir:

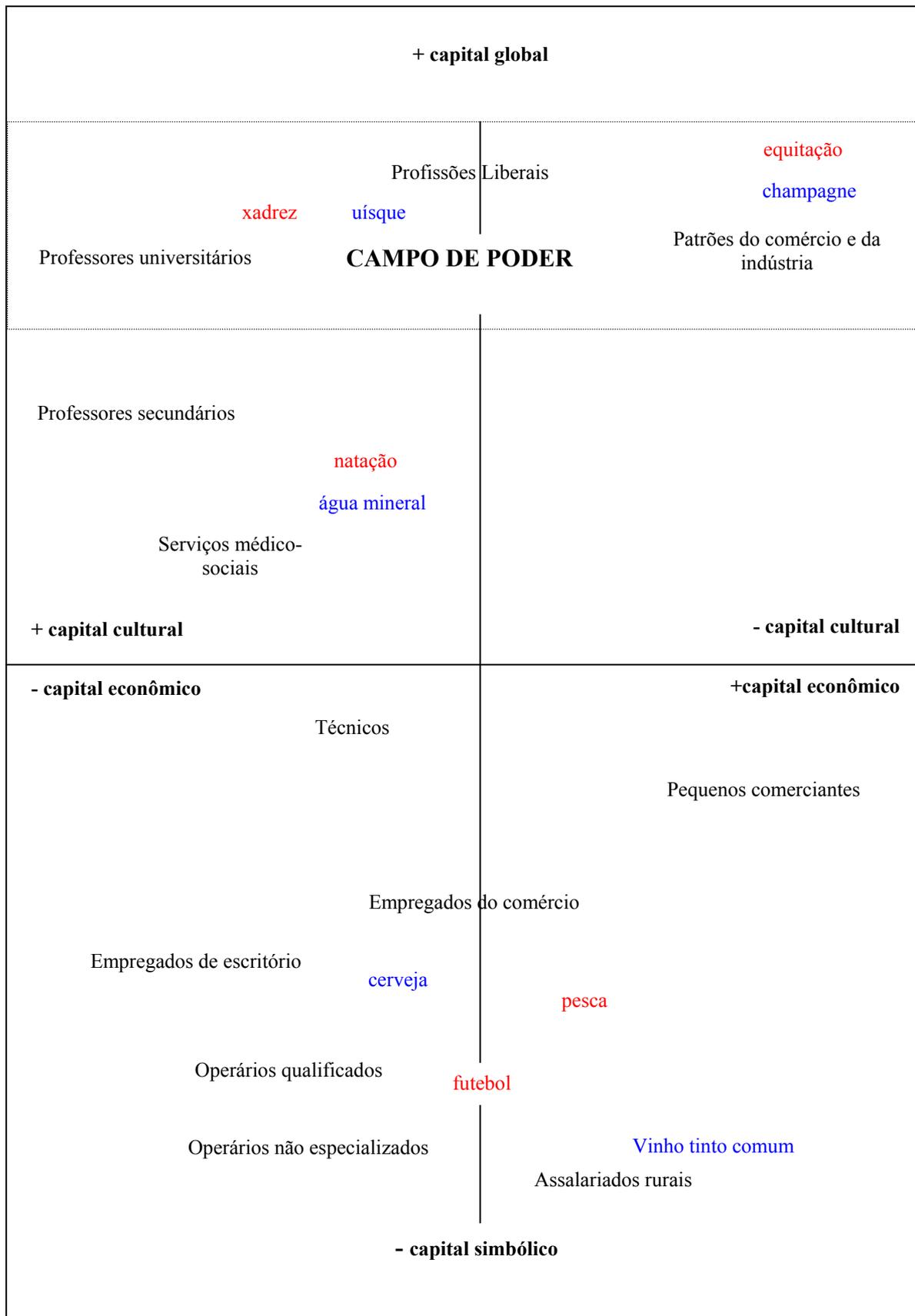


Figura 3: Campo profissional francês (Fonte: adaptação de Bourdieu, 1996: 20)

Os capitais funcionam como trunfos num jogo e são, na verdade, instrumentos na luta pelo poder no campo. Quanto mais capital possuir o ator, mais recompensas específicas do campo ele obterá (ou seja, mais capital), e mais no topo da figura ele se localizará, no chamado campo de poder. O campo de poder é o setor dominante do campo social, um espaço que reúne os detentores de maiores quantidades de capital. Por não se constituir como um monólito fechado, esse espaço não pode ser considerado uma classe, na concepção clássica do termo. Esse campo de poder é formado por atores com interesses díspares, tendo em comum apenas o fato de possuírem grandes quantidades de capital global. Neste trabalho, para denominar as partes superior e inferior do campo, como o representado no quadro utilizaram-se preferencialmente as expressões setor, camada ou estamento, de forma intercambiável. Ou seja, designaram-se os atores mais e menos providos dos capitais de valor no campo, sem com isso aceitar uma concepção fechada de classe.

O tipo de capital que os atores de posição semelhante detêm também não é necessariamente igual. No quadro, por exemplo, os atores que predominantemente detêm capital cultural em seus *portfolios* estão localizados mais à esquerda, enquanto os detentores de capital econômico estão posicionados à direita (sobre nomes em vermelho e azul, ver *as disposições*, adiante).

Em um dado campo, nem todos conseguem transformar seus capitais específicos em capital simbólico, e o valor relativo de cada tipo de capital não é fixo, mas é objeto de luta constante. A taxa de conversão de cada capital em capital simbólico não é fixa, variando de acordo com cada campo e temporalmente dentro de um campo. Como tendência geral, pode-se dizer que, com a desestruturação das sociedades tradicionais, o surgimento da grande empresa e a expansão do capitalismo o capital econômico tem seu valor de conversão cada vez maior (BOURDIEU, 1979), tendo seus detentores, em geral, cada vez mais poder na estruturação do campo social.

2.2.2 As disposições

Para cada posição relativa em cada campo, estão associadas certas práticas, valores, estilos, gostos, restrições, ou seja, um certo *habitus*, produzido pelas condições sociais relacionadas às posições correspondentes, e pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades estruturantes (BOURDIEU, 1983). Segundo Misoczky (2002: 49) “o *habitus* é um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas que operam como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores das práticas e representações”.

A noção de *habitus* não se confunde com a de hábito. A diferenciação foi proposital, pois o autor desejava “... pôr em evidência as capacidades criadoras, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra ‘hábito’ não diz)” (BOURDIEU, 2000: 61). O hábito é um elemento formador do *habitus*, que é um conhecimento adquirido, mas também é um haver, um capital, uma disposição incorporada.

O *habitus* é um sentido prático, ‘a manha do jogo’, disposição para a ação, que orienta os atores, sem que a escolha das ações seja racional ou planejada, e sim natural, ‘o que o jogo pede que se faça’. Ele é uma estrutura estruturada porque é construído pela história que é incorporada pelos atores (que pode ou não ser história objetivada, que ficou em livros, tecnologia, etc) e pela relação com as estruturas objetivas da realidade. É também uma estrutura estruturante porque molda as ações futuras e as tomadas de posição dos atores, restringindo as possibilidades de ação. Ou seja, o futuro não está aberto a todas as possibilidades; “quanto mais um poder (ou uma estrutura) dura, maior é a parte irreversível com a qual terão que contar aqueles que conseguirem derrubá-lo” (BOURDIEU, 2000:102).

O *habitus* pode ser também descrito como o “senso do próprio lugar” (BOURDIEU, 1990: 155), ou seja, a assimilação do *habitus* é a assimilação dos hábitos, práticas e valores que são esperados de uma dada posição de um dado campo. Associado a isto está o “senso do

lugar dos outros” (BOURDIEU, 1990:157), ou o reconhecimento da posição de outros atores por seus hábitos, práticas e valores. Algumas atividades estão fortemente relacionadas a certos estamentos ou setores sociais, o que permite que a posição de um ator, se dominante ou dominado, possa ser reconhecida por suas práticas (como mostra o quadro da pág. 30, o consumo de champagne ou a prática do xadrez estão fortemente associados com os setores dominantes da sociedade).

Como estratégia de ganho de poder, os setores dominados do campo social procuram se apropriar das práticas comuns aos setores dominantes. Independentemente de sua posição, a absorção de práticas e valores de posições dominantes geralmente agrega *status* (capital simbólico) ao ator, através da diferenciação. Do mesmo modo, os dominantes tentam manter práticas inacessíveis a todos os outros setores do campo. À medida que certa prática se massifica, a tendência é o abandono dessa prática pelos dominantes, ou pelo menos sua tentativa de modificá-la, de modo a diferenciá-la. Essa é a história da sociedade: uma constante busca por diferenciação/imitação de práticas e valores, em busca de poder.

De certo modo, há uma aceitação dos dominados à sua dominação, seja essa aceitação tácita ou direta, conhecida ou não. Assimilar o *habitus* de uma dada posição significa aprender as regras do jogo, reconhecer a validade e a importância do que é perseguido, e se adequar a essas regras. Os atores não têm outra escolha a não ser lutar para manter ou melhorar sua posição no campo, ou seja, conservar ou aumentar o capital específico que só no campo se gera. Desse modo, contribuem para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, freqüentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência. A outra opção possível é colocar-se em posição marginal, excluir-se do jogo (BOURDIEU, 2000).

2.2.3 As tomadas de posição

Como foi dito, a certas posições em um dado campo, estão associadas certas disposições de ação. Ou seja, os atores localizados em uma certa posição no campo social tendem a ter um *habitus* semelhante ao dos atores em posição semelhante, e esses *habitus* tendem a levá-los a agir de modo semelhante.

Apesar da correlação entre posição e tomada de posição ser positiva, há inúmeros fatores e relações de forças que podem alterar essa tendência. A religião, as diferenças étnicas, lutas nacionalistas ou a história anterior dos atores ou do campo, entre outros fatores, podem fazer com que atores em posições distintas no campo social se unam em determinadas situações, ou que atores em posição semelhante se separem. Atores com homologia de posição em diferentes espaços do mesmo campo (por exemplo, intelectuais, que são dominados entre os dominantes, e operários, que são dominados no campo social) tendem a se unir ideologicamente contra outros setores, ou contra atores em outras posições. Atores em posições semelhantes podem ser antagonistas, em busca de menor concorrência e mais poder. “A associação dos mais próximos (no campo social) nunca é necessária, fatal; a associação dos mais distantes nunca é impossível” (BOURDIEU, 2000: 137).

É claro que é mais fácil unir em torno da mesma idéia atores com posições e *habitus* semelhantes (associações de industriais ou de operários, por exemplo), no entanto essas são apenas uniões (classes) prováveis, teóricas, e não reais. Essas classes mobilizadas e antagonicas, que não eram pensadas antes, foram criadas “à custa de um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática – a começar pelo do próprio Marx” (BOURDIEU, 2000:160) que na força de seu discurso as fez existir, num exemplo perfeito de poder simbólico.

Nas uniões entre atores com diferentes quantidades de poder simbólico, certos setores tentam se tornar representantes de partes do campo com meios de expressão mais precários,

como forma de ganhar sua força, numérica ou material. Desse modo, os atores reclamam para si a palavra de figuras reificadas como ‘o povo’, pondo-se com o seu porta-voz (é o caso de alguns partidos políticos ou blocos carnavalescos). Essa representação nunca é direta, e pode inclusive contar com o desconhecimento dos representados. Os setores dominados do campo social, por não serem detentores de capitais valorizados, são obrigados a delegar a sua opinião, e o fazem de modo tão mais irrestrito quanto menor é a quantidade de capital simbólico que possuem (BOURDIEU, 1990).

2.2.4 Uma sociologia da reprodução, mas para a mudança

As formulações de Bourdieu podem ser consideradas tentativas de explicar a história afastando-se tanto do determinismo estruturalista como do economicismo individualista. Quanto a isto, Bourdieu afirma que a ação dos atores em um determinado campo, apesar de ser influenciada por sua posição no campo, tem sempre como base o cálculo. Não necessariamente o cálculo racional, ou espírito de cálculo. O que vale é a busca, mesmo que inconsciente, pelos capitais valorizados (BOURDIEU, 1999; BOURDIEU, 1979).

Geralmente, a oposição racionalidade instrumental x racionalidade substantiva é interpretada como interesse x desinteresse. No entanto, um dos principais esforços de Bourdieu é desmistificar a natureza “encantada” das sociedades ditas tradicionais, geralmente consideradas como guiadas pelo desinteresse. Estudos sobre a economia do dom (de dar) nas sociedades tradicionais (ENRIQUEZ, 1967; BOURDIEU, 1979) mostram que o presenteado nunca é completamente desinteressado, e cria uma obrigação do presenteado, a obrigação de devolver o presente ou algo valorizado em troca. No caso da não devolução, a obrigação do presenteado se torna de outro tipo, não material.

Ou seja, a utilização de estratégias pelos atores de um determinado campo em busca de seus prêmios não é prerrogativa daqueles guiados pela busca do lucro. As estratégias usadas originam-se na história do ator no campo, nas condições objetivas de sua atuação e na interdependência com os outros, e seu uso é comum a todos os atores de todos os campos. Inclusive a aparência de desinteresse pode ser uma estratégia em busca de prêmios, mesmo que uma estratégia inconsciente (a imagem de desinteresse aporta ao ator a aura de imparcialidade, credibilidade). Os atores têm estratégias e agem interessadamente não por suas características próprias, inatas, mas pela internalização das características e regularidades do campo social.

Em todo seu trabalho, Bourdieu procura explicar como as estruturas sociais tendem a se reproduzir, criam atores dotados de sistemas de disposições (*habitus*) capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuem para sua manutenção e reprodução. A cultura de um país, por exemplo, ao mesmo tempo em que é uma estrutura estruturante, moldando a visão de mundo das pessoas, é também uma estrutura estruturada, pois é moldada por essas percepções, em uma relação dialética. Essa cultura é um conjunto de representações sobre a sociedade, e tende a produzir pessoas que carreguem em si as relações de dominação existentes, naturalizando-as e contribuindo para perpetuar essa dominação. A difusão dessas representações se dá principalmente por meio da escola e da imprensa (BOURDIEU, 1999), pois esses meios têm grande credibilidade na sociedade e são grandes responsáveis pela construção da visão de mundo dos indivíduos.

Por essas idéias, Bourdieu recebeu críticas indicando que o *habitus* representaria uma prisão perpétua sem espaço algum para a mudança, conduzindo a uma reprodução infinita da ordem existente (ORTIZ, 1983). Não se pode negar que, em caso de mudança, um pouco da ordem anterior fica guardada (mesmo em caso de revoluções). No entanto, apesar da

tendência à reprodução, a intenção do autor é mostrar que, precisamente pela realidade ser construída socialmente, ela pode ser reconstruída.

O integrante do campo tem sempre algum poder de pressão e como ator e jogador ele pode interferir nas lutas do campo por deter, mesmo que em quantidade mínima, algum dos capitais valorizados. Apesar de todo o aparato destinado à difusão de uma ideologia da dominação dentro do campo, o primeiro passo para subverter ordem é, simplesmente, notar essa dominação. Essa foi sua intenção ao destacar um poder invisível. Sua noção de poder simbólico não despreza outras formas de poder, como o poder coercitivo, apenas procurou enfatizar formas de dominação cada vez mais naturais e fortes.

Outras críticas foram feitas por Knorr-Cetina (HOCKMAN, 1994), sobre a interpretação do campo científico feita por Bourdieu, na qual critica o uso de expressões como capital, lucro, estratégias, investimentos, reprodução, enfim, todas expressões que remetem à utilização de um modelo econômico para a explicação. A crítica é dirigida à utilização da concepção de homem econômico implícita em toda a explicação. Um homem sempre maximizador, que mesmo inconscientemente procura melhorar seu resultado. Essa busca irrefreável pelo lucro simbólico levaria a um argumento circular, já que a busca pelos capitais é um fim em si mesmo, sem outras motivações. O sacrifício não é aceito, só se vislumbrado o prêmio.

Também da mesma autora é a crítica de uma concepção fechada do campo por parte de Bourdieu. No campo científico em discussão, só os cientistas fariam parte do jogo, só eles seriam detentores de capital, o que excluiria interesses e força de laboratórios, fundações, poder público, entre outros atores.

Como foi dito anteriormente, as teorias do autor refletem sua vivência, seus valores, sua interpretação de mundo, como destacado pelo próprio Bourdieu. A tendência a considerar os atores como seres com interesses instrumentais não pode ser chamada de falha,

considerando-se a impossibilidade lógica de existência de uma teoria absoluta (incomensurabilidade paradigmática). A teoria dos campos se mostra de grande utilidade para explicar certos fenômenos, no entanto não pode explicá-los todos.

Também parece infundada a crítica de desprezo por atores externos ao campo. Com razão, Bourdieu afirma que os atores próprios de um determinado campo têm um grande poder neste espaço, por só eles deterem o capital específico que no campo se cria. No entanto, isso não exclui a interferência de outros campos, nem a participação de atores de naturezas diferentes (como no estudo do campo artístico, em Bourdieu, 2000). Esses atores não têm os capitais específicos, mas alguns de seus capitais são válidos na maioria dos campos.

De todo modo, o edifício teórico de Bourdieu se mostra um importante instrumento de análise da sociedade moderna, pela sua grande capacidade de explicação e por sua grande originalidade na explicação do fenômeno do poder. Em sua análise o autor não distingue, entre os atores sociais, indivíduos de organizações. Por isso, o estudo das particularidades do campo do Carnaval, sob uma perspectiva organizacional, pode ajudar a entender este espaço tão estudado mas pouco compreendido, e ajudar a adequar as teorias de Bourdieu à realidade local.

Na área da cultura é comum adotar-se uma idealização do passado, da tradição, de toda a beleza e perfeição de uma antiguidade que nunca existiu versus a modernidade, cheia de mazelas. No campo do carnaval especificamente, em que a tradição é um capital valorizado, é comum esse tipo de avaliação, em que o passado parece glorioso, e o presente vergonhoso. Ora, cada época tem sua festa, adaptada a seus tempos, com práticas e valores que não cabem em nenhuma outra época. É ingênuo tentar valorar um ou outro modo de vida, ressaltando as qualidades de uma ou outra visão de mundo (o que seria etnocentrismo). É certo que existem tanto fatores objetivos nas coisas como fatores subjetivos nas mentes que tornam essa dicotomia bem real (BOURDIEU e WACQUANT, 1992). Mesmo o pesquisador

não pode se livrar de seu *habitus* ao realizar uma pesquisa (o que ao invés de ser um problema, como muitos afirmam, esse se constitui em um fator de grande enriquecimento da pesquisa). No entanto, é bom que se esclareça, neste trabalho tentou-se explicar os fenômenos inseridos em seu contexto, com o fim de diminuir a possibilidade de vieses de interpretação.

2.3 O carnaval

A festa do Carnaval tem diferentes nomes e rituais em diferentes partes do mundo, sendo permeado por aspectos regionais e comemorada com diferentes motivações. Este trabalho procurou focalizar as raízes e a evolução do Carnaval no Brasil, especificamente na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, não sendo possível, portanto, generalizar as interpretações deste estudo para todas as festas de Carnaval ao redor do mundo.

A complexidade do fenômeno da festa carnavalesca é ressaltada por Bakhtin (1999). Ele afirma que esse conceito une folguedos de origens diversas, que ocorriam em diferentes datas, mas que tinham características comuns. Desse modo, o Carnaval tornou-se algo como um reservatório onde se guardam formas que não têm mais existência própria. Essas formas se degeneraram enquanto festas separadas e se abrigaram sob o rótulo da festa carnavalesca, transferindo-lhe alguns de seus ritos, atributos, efígies e máscaras.

As festas, em geral, em todas as sociedades primitivas, estiveram sempre relacionadas à adoração aos deuses, seja em celebrações da fertilidade, seja em pedidos por boas colheitas, mas quase sempre tentando conter a fúria da natureza.

Deste modo, estabeleceu-se um jogo mágico, onde os homens imitavam o comportamento da natureza e ação dos deuses, acreditando assim poderem influenciar positivamente sobre as forças da natureza (BEYER, 1989, p. 5).

Havia alguns outros pontos em comum entre as diversas festas como, por exemplo, o uso de máscaras e fantasias de animais, que procuravam invocar a presença dos deuses e

incorporar suas personalidades. Cada máscara/fantasia pede (ou permite) certos comportamentos.

Costumava haver também uma pessoa ou personagem de destaque. Geralmente era um sacerdote, chefe, ou pessoa importante, mas podia ser também uma pessoa comum. Simbolicamente, o governo da localidade era entregue a esse indivíduo (divindade, rei do escárnio, bobo ou rei momo, entre outras denominações, dependendo do local e da época) que representava os aspectos negativos e sarcásticos das pessoas, ou seu oposto, as características positivas e pacíficas (às vezes, existiam os dois). A esse governante e seus súditos, era possível a crítica e ironia dos acontecimentos e personalidades da época, sem nenhum tipo de represália. No entanto, ao fim desse curto reinado, o rei mau era sacrificado (simbólica ou literalmente), para marcar o retorno aos dias de ordem e controle social.

Segundo Araújo (2003) o desenvolvimento do carnaval pode ser dividido em 4 fases principais: o Carnaval Originário, o Carnaval Pagão, o Carnaval Cristão Clássico e o Carnaval Cristão Pós-Moderno.

Há um certo consenso de que a origem do carnaval se deu no Egito Antigo, à época do culto à deusa Ísis e ao touro Ápis. Como uma das primeiras civilizações desenvolvidas da história, os egípcios dependiam das cheias do rio Nilo para o sucesso das plantações. Naquela época o culto era primordialmente agrário.

Em seguida, pode-se identificar a época do carnaval pagão, na Europa da Antiguidade. Três festas semelhantes, realizadas primeiramente na Grécia e em Roma, contêm as sementes do Carnaval contemporâneo: as bacanais, as lupercais e as saturnais. Segundo Sebe (1986:11), “suas celebrações implicavam a existência de rituais libertadores das atitudes reprimidas, e abrigavam a extroversão, a permissividade, prevalecendo o ‘tempo dos vícios’”.

As bacanais eram festas dedicadas a Dionísio (Baco para os romanos), deus grego do vinho e da embriaguez. Em oposição a Apolo, deus da harmonia e da ordem, que governava

os dias normais, os dias da festa eram os dias das loucuras, de soltar os instintos reprimidos e inverter os valores. As descrições da festa retratam grandes bebedeiras e orgias dos deuses. A comemoração parece ter o sentido de quebra da ordem e negação da rotina diária.

As luperciais, por sua vez, eram festas dedicadas ao deus grego Pã (Fauno para os romanos), que ocorriam no dia 15 de fevereiro de cada ano. Nessas festas, existiam dois reis ou sacerdotes. Um representava a ordem e a harmonia, o outro, a desordem e a depravação. Após o período das festas, que tinham a mesma liberalidade das bacanais, o rei ou sacerdote da desordem era morto, e tornava a aparecer no ano posterior. As duas festas estavam ligadas à agricultura (ao período das colheitas ou da sementeira), sendo celebrações ligadas à fertilidade e à renovação.

Mas as mais importantes festas da Antiguidade eram as saturnais, que ocorriam em dezembro. Em honra à passagem do deus romano Saturno (Cronos para os Gregos) pela terra (quando, como conta a lenda, ele reinou com justiça e bondade), os cidadãos romanos separavam uma época em que a igualdade entre todos predominava. Conta-se que o regime de escravidão era aliviado nas épocas de festa, e servos podiam divertir-se, assim como os senhores. Naqueles dias, o lema era comer, beber e divertir-se ao máximo.

Com a expansão do Império Romano pela Europa, Ásia e África, as festas se espalharam. Apesar das adaptações que ocorreram, seu espírito de quebra da ordem, liberação dos instintos reprimidos, e inversão da hierarquia social se manteve (neste ponto é necessário invocar Burke, 2002, que salienta que esses aspectos realmente fazem parte do imaginário do carnaval, mas que dificilmente ocorrem ou ocorriam na prática. O que acontecia era uma permissividade apenas relativa, e a excitação bastante aumentada).

Pois assim, como festa pagã, surgiu o Carnaval, que só ganhou esse nome após a interferência da igreja católica, fato que inaugura a terceira fase. Com a difusão e a crescente popularidade das festas, elas ficaram cada vez mais exageradas. Com a cristianização do

Império Romano, foram combatidas pela igreja, sendo chamadas ‘festins diabólicos’ pelo clero (SEBE, 1986). Entretanto, devido à sua persistência, começou-se a negar seu passado pagão e suas práticas mais exageradas, e aos poucos se construiu todo um significado ligado à cristandade, com o intuito de conter as heresias. No séc. XV, o papa Paulo II incorporou a festa ao calendário cristão, nos dias que antecedem a quaresma, com o nome Carnaval originado (entre muitas possibilidades) da expressão latina *carnelevamen*, que significa adeus à carne, numa alusão à terça feira gorda³.

Por muito tempo, a festa carnavalesca se manteve praticamente inalterada, significando o triunfo de uma espécie de libertação temporária das regras vigentes, da hierarquia e dos tabus existentes na sociedade (BAKHTIN, 1999). A partir do séc. XV as mudanças que ocorriam no campo social afetaram também o perfil da festa, dando origem à quarta fase. Para se entender a nova estruturação, é necessário entender, primeiramente, a nova sociedade que se formava.

2.4 A razão e o mercado

A partir do séc. XV, diversos acontecimentos e movimentos começaram a alterar a estruturação da sociedade. A época medieval, agora chamada ‘época das trevas’, ficou pra trás, e na época das luzes novas idéias e teorias baseadas no uso da razão questionavam a ordem estabelecida. O poder da igreja (que tinha o monopólio das explicações sobre o mundo) é abalado, pois as descobertas das ciências naturais dão explicações concorrentes sobre os acontecimentos, e passam a idéia da possibilidade de controle sobre a natureza (SANTOS, 2000). O homem e sua razão tornam-se o centro de tudo.

³ Terça-feira que antecede a quarta-feira de cinzas

O conhecimento não baseado na razão é atribuído às camadas menos letradas da população. O senso comum, o misticismo e as superstições da cultura popular são vistos como próprios de civilizações primitivas. O Renascimento Cultural adota esses valores, e traz um novo tipo de arte, uma nova distinção entre artistas/cientistas e leigos. É a época do “desencantamento” do mundo.

O desencantamento corresponde à eliminação dos valores supremos e dos significados sagrados, bem como à exposição a um mundo em que o significado nunca era ‘dado’, mas tinha que ser conquistado, assegurado, mesmo contra a resistência dos outros (CLEGG, 1998:36-37).

Com o enfraquecimento das explicações místicas, a motivação religiosa das festas populares se enfraqueceu. Os pedidos por boas colheitas ou chuvas no tempo certo foram substituídos, posteriormente, por estudos científicos que culminariam com a utilização de adubos e novas técnicas de plantio e planejamento da safra, ações que produziram o mesmo resultado que o favor dos deuses.

A idéia de que a vida estava sob o controle dos homens, e não sob o controle de um ser divino, fez com que, cada vez mais, se procurassem explicações lógicas para os acontecimentos. O entendimento desses acontecimentos e dos problemas que assolavam a humanidade levaria, mais cedo ou mais tarde, à sua solução. Estava criada a ideologia do progresso (CLEGG, 1998), que pregava que o avanço da ciência nos levaria a um desenvolvimento contínuo e sem fim.

Esse foi o pano de fundo da Revolução Industrial. Os avanços tecnológicos foram muitos, mas as implicações não se restringiram às fronteiras das fábricas. Para a análise, será importante destacar a desestruturação das pequenas comunidades, que foram substituídas pelas grandes cidades e pelas organizações formais do mercado, ou empresas. Esse tipo de organização já era antigo (entre outras origens possíveis, Solé, 2003, aponta a Itália do séc. XII), mas a partir da Revolução Industrial é que elas predominaram sobre outros modelos produtivos. A quebra dos laços primários (relações de dependência mútua) que ligavam as

peças causou, segundo Giddens (1993) um *'desencaixe'* dos indivíduos em relação a suas origens e seus pontos de referência. O *'reencaixe'* só foi permitido nas relações racionalizadas, impessoais e permeadas pela hierarquia das inúmeras organizações da nova sociedade.

A esse processo de desestruturação das sociedades tradicionais, com a estruturação simultânea de uma nova organização social, Karl Polanyi deu o nome de 'a grande transformação', expressão esta que titula seu mais conhecido livro (POLANYI, 1980). Segundo o autor, essa transformação foi uma exigência do mercado nascente. A necessidade de mão de obra para as fábricas impunha o mercado de trabalho livre. No entanto, houve ainda resistência por parte dos indivíduos em trabalhar nos 'moinhos satânicos' (PERROW, 1991), devido às difíceis condições de trabalho a que eram submetidos nas fábricas. Era necessário reforçar a ameaça da fome nesses indivíduos, destruindo os princípios de reciprocidade e redistribuição de bens e alimentos das pequenas comunidades e substituindo-os pelo princípio do ganho individual. Ao separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado, foram aniquiladas todas as formas orgânicas de existência, que foram substituídas por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista.

A partir do ponto em que a pequena comunidade auto-suficiente começa a se desintegrar, a racionalidade substantiva (ou de valores) e a racionalidade instrumental (ou cálculo utilitário das conseqüências) começam a se distinguir uma da outra, distinção esta que não fazia sentido até à sociedade medieval (WEBER, 1983; WEBER, 2002). A razão disso repousa no predomínio da organização formal e burocrática do mercado, que agora é responsável pela satisfação das necessidades humanas e é criada deliberadamente para a maximização de recursos (RAMOS, 1981). Neste momento, em que o indivíduo é separado da comunidade, e em que o trabalho é separado da vida, a racionalidade instrumental, ligada

aos fins, passa a predominar sobre a racionalidade substantiva (WEBER, 2002), em uma tendência até hoje observada.

Esse processo (de ascensão da racionalidade instrumental) corresponde à emergência de um campo, de um espaço de jogo, lugar de um jogo de tipo novo, cujo princípio é a lei do interesse material. (...) Quando se trata de negócios, por exemplo, as leis da família são suspensas. (...) O mercado é o lugar do cálculo ou até da astúcia diabólica, de transgressão diabólica do sagrado (BOURDIEU, 1996:173).

Na verdade, a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva são naturais ao ser humano e, para Weber, estão em diferentes medidas presentes em toda ação. No entanto, a nova estruturação da sociedade transforma a racionalidade substantiva em um meio para a realização de padrões de ação da racionalidade instrumental, mais especificamente, a procura pelo lucro. “Ou seja, a calculabilidade das ações sociais tornou-se um novo valor para a sociedade moderna” (DELLAGNELO e MACHADO-DA-SILVA, 2000).

A necessidade econômica que tende a impor a subordinação de todas as finalidades (e em particular das finalidades tradicionais) e de todos os meios da atividade ao lucro monetário, as antigas normas e particularmente aquelas que regulavam as relações com os parentes, assim como os antigos valores de honra e de solidariedade, devem também contar com as exigências do cálculo e, às vezes, a ele se curvar (BOURDIEU, 1979:69).

No início do séc. XX, as grandes empresas já dominavam os mercados de todo o mundo, e seguiam invadindo todos os setores da atividade humana. Ela vira a norma, a referência obrigatória para todas as outras formas organizacionais, como o Estado e as Universidades, em uma verdadeira “empresarialização do mundo” (SOLE, 2003). Essa forma organizacional específica se difundiu pela própria lógica da sociedade capitalista de mercado, que mais que permitir, favorece a difusão das grandes empresas burocráticas (FILIPPE, 2000?), por tender à concentração e à produção em massa.

Essas organizações, por sua vez, exigiram novas organizações para as complementar, pois sua ação é causadora de numerosas ‘externalidades’. Seja o crescimento desordenado das cidades, a poluição do meio ambiente ou a desumanização do trabalho, o fato é que o

funcionamento das grandes organizações traz diversos problemas à sociedade, que não podem ser resolvidos por pequenos grupos de relações primárias (como até antes da Revolução Industrial). Assim, são criadas outras grandes organizações burocráticas para fazer frente a esses problemas (como organizações de transporte, de atendimento de saúde, grandes hotéis, organizações provedoras de lazer, ONGs e organizações culturais, todas funcionando à imagem da empresa). Essas organizações representam uma concorrência desigual para as pequenas organizações da comunidade, e terminam por ampliar os problemas que se propõem combater (PERROW, 1991).

As grandes organizações do mercado são provedoras do sustento da maioria dos indivíduos, estão inseridas em todos os setores da atividade humana, e a vida passa a funcionar com base na sua lógica. Ramos (1981:142) chama esse processo de “unidimensionalização da vida individual e coletiva”. Com a absorção da sociedade pelas organizações, surge uma nova forma de socialização, própria da sociedade centrada no mercado, em que “... o indivíduo absorve o caráter - *ethos* - do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais” (RAMOS, 1981:142). Segundo o mesmo autor, a vida humana é composta por vários enclaves, e o mercado é apenas um deles. A preponderância da lógica de funcionamento do mercado em outros enclaves da vida é um processo próprio da modernidade, e tem profundas implicações sobre a própria sanidade humana.

Essa ‘cultura de negócios’ (BARBOSA, 2002) se difunde junto com a globalização, através da imprensa, de centros de ensino e de organismos internacionais, e procura definir e difundir, tanto para dentro da empresa como para a sociedade em geral, os múltiplos significados da atividade empresarial e o perfil dos indivíduos ‘modernos’, assim como sua própria lógica de funcionamento. As coisas e pessoas são valoradas a partir da adequação a

esse modelo. Esse trabalho de naturalização da empresa cria “uma nova igreja, com fé, credos, mandamentos e processos de evangelização próprios” (SILVA, 2002: 10).

2.5 A cultura de massas

O desenvolvimento das novas tecnologias permitiu que as máquinas se espalhassem por todas as áreas da vida. As teorias da administração racional, que tiveram como precursores Taylor e Fayol, tiveram então grande importância no advento da produção em massa.

As possibilidades tecnológicas favoreciam este modelo. A produção em massa barateou os custos e democratizou relativamente o consumo, ao custo de homogeneizá-lo. A partir do momento em que a produção crescente não mais encontrava demanda natural, foi necessário criá-la artificialmente, no que a difusão de uma cultura de massas desempenhou papel determinante.

Depois da crise de 1929 surge a comunicação de massas, que objetivava homogeneizar as preferências e expandir os mercados. A TV e o Rádio desempenham um importante papel na difusão de um modelo de sociedade (principalmente o americano) e de seus padrões de consumo (MORIN, 1969). Essa difusão se dá através da subjetivação dos produtos, já que os bens ganham características não-físicas que fazem parte do apelo ao consumo (SANTOS, 2000). A sociedade tem nestes objetos novos símbolos de adoração (ORTIZ, 1994).

A cultura de massas se caracteriza pela tentativa de transmissão de um modo único de vida e, principalmente, de consumo. Esse modelo é de tal modo poderoso que, ao mesmo tempo em que mantém superficialmente as práticas e costumes de cada região, engloba-os a partir de uma ditadura da estética e os transforma em costumes e práticas também de massa. Assim são criados os ‘regionalismos universalistas’ (SANTOS, 2001). As tradições locais

(músicas, danças, festas, expressões artísticas) são “mutiladas” em relação à sua origem, a partir de um gosto cosmopolita.

Ou seja, se a primeira impressão que o termo ‘globalização’ provoca é a idéia de uma homogeneidade mundial, é sempre importante lembrar que um dos resultados desse processo, todavia, parece ser uma desterritorialização geral: da economia, da cultura, da política. Migrações em massa, fragmentação dos movimentos políticos, interpenetração do global e do local, ‘hibridização’ por um lado e padronização cultural por outro, capitalismo e socialismos ‘mistos’ são apenas algumas das características difundidas nesse mundo globalizado cada vez mais complexo e cheio de paradoxos (PRYSTHON, 1999: 31).

Se a globalização causa mudanças concretas nos campos econômico, político e cultural, é porque ela se sustenta no plano simbólico das percepções e significações dos indivíduos, perpassando o discurso e o imaginário de todos (CARRIERI e RODRIGUES, 2001). Esta é sua força: sua capacidade de se naturalizar.

Uma lógica de mercado (voltada para o lucro) perpassa o modelo. Só tem importância, ou de outro modo, utilidade, o que possa dar lucro. Cada vez mais, as organizações do mercado são as responsáveis pela manutenção, adaptação e negociação dos aspectos culturais dos diversos povos (WARNIER, 2000). Enquanto as tradições não podem ser preservadas como tais (principalmente pela perda dos laços primários, substituídos pela impessoalidade, controle e racionalização do tempo, impostos pelas organizações burocráticas), a única forma de sobrevivência e de obtenção de renda para as populações que preservam essas tradições é a adaptação ao gosto global.

A racionalização do trabalho se expandiu para o chamado tempo livre. Este também tem que ser controlado e disciplinado, pois o mercado tende à expansão permanente, e não pode haver espaço de contestação do modelo. De certa forma, esse processo pode ser considerado uma concretização da previsão da ‘jaula de ferro’ da racionalização feita por Weber (2002). Ele considerava que a tendência à burocratização de todos os aspectos da vida

humana era inevitável, e que, a partir de um certo ponto, não haveria mais como fugir à racionalização inerente ao modelo de sociedade que se criava.

Somos consumidores também no/do tempo livre, que foi ‘colonizado’ pelas organizações do mercado (SANTOS, 2000), responsáveis pela sua oferta. O ócio, no sentido de tempo realmente livre, sem obrigações e, mais importante, sem consumo, foi substituído pela diversão, que Adorno (2002) identifica como o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio, um inebriante conformismo, um não-questionar.

A diversão é possível apenas enquanto se isola e se afasta da totalidade do processo social, (...). Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor mesmo onde ela se mostra. Na base do divertimento planta-se a impotência (ADORNO, 2002:44).

As festas populares atuais se encaixam nesse modelo de ‘diversão’. Mais que quebra da ordem, as festas significam a concordância com essa ordem, que permite essa ruptura apenas em momentos e locais designados, desde que com a obediência nas outras ocasiões. Segundo Almeida, J (2003:14):

Se raramente nossas festas correspondem a esse modelo (de quebra de ordem e inversão de valores), é porque nosso mundo vem se dessacralizando: as grandes festas comunitárias da sociedade tradicional foram em grande parte substituídas pelas férias individuais na sociedade policiada, industrializada e burocrática, que tolera mal a interrupção do curso rotineiro de suas instituições.

2.6 Carnaval brasileiro e organizações

Tentou-se, até o momento, apresentar em linhas gerais as mudanças macro-sociais ocorridas no contexto global a partir do séc. XVI e suas ligações com o campo da cultura. A festa carnavalesca acompanhou essas mudanças, modificou-se de acordo com as exigências da época e hoje parece não guardar muita semelhança com suas origens. Procurou-se, a partir daqui, localizar a análise da festa no Brasil e, principalmente, entender a criação do campo social do carnaval.

Segundo Araújo (1996) e Oliveira (2000), a festa que originou o Carnaval, no Brasil, veio de Portugal com os primeiros colonizadores com o nome de entrudo (que vem da palavra latina *intróito*, que significa introdução, referindo-se ao período que antecede a quaresma).

Conta-se que já em fins do séc. XVIII a festa estava disseminada pelas grandes cidades brasileiras. Ela consistia, basicamente, em uma festa de mela-mela, e em seu início as classes dominantes coloniais também participavam da festa, brincando principalmente com materiais perfumados. No entanto, foi mesmo entre escravos e pobres que o divertimento se difundiu. Representando um dos poucos momentos de relativa liberdade dessa parte da população, era usada uma mistura de água, farinha do reino, goma, tauá⁴ e frutas podres para incrementar as brincadeiras. Falando sobre as festas negras da Bahia, Reis (2002: 101) nos dá uma idéia da importância delas para a população escrava da época:

A festa foi vivida pelos escravos baianos com diversos fins, sentidos e resultados. Era uma oportunidade para a celebração de valores culturais trazidos pelos africanos e de outros aqui criados. Servia para preencher as poucas horas de folga ou para acolher os que fugiam das horas de trabalho. A partir e em torno dela, muita coisa se tornava possível: rituais de identidade étnica, reunião solidária de escravos e libertos, competição e conflitos entre os festeiros, ensaios para levantes contra os brancos.

Aí estavam diversas razões para que o divertimento fosse combatido. Aos poucos, as brincadeiras do entrudo ficaram cada vez mais exageradas, ocasionando confusões e brigas, e a festa tomou ares de tumulto e perturbadora da paz. Com a independência do país, as vozes contrárias se fortaleceram. Existia um forte sentimento de nacionalidade, e procurava-se diferenciar ao máximo o país de seus colonizadores, ao mesmo tempo mostrando ao mundo que o Brasil não era um país bárbaro e atrasado. A oposição feita pela igreja ao divertimento ‘bárbaro’ ganhou o apoio da burguesia que, no projeto de criar uma identidade nacional, buscou um modelo de Carnaval nos países ‘civilizados’ que, à época, eram principalmente a França e a Inglaterra. Enquanto, de um lado, a proibição do entrudo em alguns locais atingia principalmente os estamentos populares e era garantida pela repressão da polícia, espalhou-se

⁴ Tipo de barro

entre os dominantes o modelo burguês europeu de Carnaval, com máscaras e fantasias em teatros e salões fechados (ARAÚJO, 1996; BURKE, 2002).

À assimilação da festa europeia se somou a de seus valores e costumes. Como modelo de sociedade, a burguesia local procurava copiar a Europa também em seu consumo. Com as festas à fantasia houve um grande aquecimento do comércio local, com a circulação de diversos produtos importados, como máscaras, roupas, sapatos, perfumarias, e diversos outros produtos relacionados ou não com o Carnaval. Para a animação das festas, eram trazidos grupos artísticos europeus. Até que, em fins do séc. XIX, formavam-se as primeiras sociedades carnavalescas entre os frequentadores dos bailes. Aos poucos, elas saíram dos salões e tomaram as ruas em desfiles a cavalo ou carroças, inspirados nas procissões religiosas (o famoso corso) (ALMEIDA, J, 2003). Essas sociedades carnavalescas são hoje consideradas as precursoras dos blocos atuais.

A saída dos dominantes às ruas se deu em um contexto especial. As rebeliões e protestos que seguiram à independência foram todos reprimidos. As grandes cidades ganhavam melhorias, como redes de esgoto e iluminação pública. A isso se somou uma nova organização social do espaço público.

Além desta conjuntura favorável de paz social, os primeiros passeios dos máscaras carnavalescos pelas ruas coincidiram com o período em que o processo de mudança da paisagem e do modo de vida citadinos tomava maiores impulsos. Processo que implicava no reordenamento do uso social do espaço público, dos comportamentos coletivos tolerados em público e na redefinição do significado social das ruas. Estas deixavam de ser identificadas apenas como lugar de negros escravos e forros, de homens livres pobres, de vendedores ambulantes, moleques e prostitutas. O projeto da elite de modernização das cidades implicava em retirar, desta camada pobre e marginal da população, muito do espaço público que ocupara anteriormente, desde os tempos coloniais, e em perseguir-lhe algumas práticas, comportamentos e expressões culturais longamente cultivados (ARAÚJO, 1996:187-188).

É importante ressaltar que, apesar da repressão, em nenhum momento o entrudo foi extinto. Por constituir-se no único modo de divertimento dos estamentos pobres da população

na época do carnaval, ele se manteve popular, só que relegado aos subúrbios e áreas marginais das cidades, longe dos olhos dos ricos e dos estrangeiros.

Aos poucos, com o surgimento da classe operária nas grandes cidades e o incremento da classe média, as festas se confundiram (ARAÚJO, 1996), e o campo do Carnaval começou a se estruturar. Se, por um lado, os estamentos populares passaram a confeccionar suas próprias fantasias e máscaras (sem o luxo das originais) e a formar sociedades, fazendo desfiles a pé, por outro lado a festa de máscaras entrou em declínio, pelo grande custo das mesmas e pela perda da distinção de classe em seu uso. Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as festas passaram a ser subsidiadas pelo Estado, o que as fez se manterem até hoje. Mas, nas cidades nordestinas, a crise provocada pela crescente concorrência internacional que sofria o açúcar (seu principal produto de exportação) fez com que se procurassem formas menos dispendiosas (e mais exclusivas) de festa.

Na passagem para o séc. XX, no momento em que as sociedades carnavalescas das camadas dominantes e médias saíam às ruas sem máscaras e em guerras de purpurina, confetes e lança-perfume, surgiam novos atores no Carnaval chamado popular. Grupos de amigos, parentes ou vizinhos, assim como associações de classe e irmandades religiosas se estruturavam em organizações civis para ornamentar as ruas, confeccionar alegorias e desfilar no Carnaval ou em bandas para tocar nas praças e festas.

Segundo Araújo (1996), essas organizações já apareciam razoavelmente estruturadas, legalmente constituídas e com um corpo de integrantes que se mantinha durante todo o ano, e não só na época do Carnaval. Havia desde presidentes diretores, secretários, conselhos fiscais, eleitos anualmente, até integrantes fixos e honorários, zeladores, tesoureiros e ensaístas, entre outros, mas predominava a racionalidade substantiva nessas organizações. Pelas suas origens semelhantes, os laços que ligavam as pessoas eram de confiança e dependência mútua. Havia

projetos de beneficência e de ajuda aos sócios em dificuldades. O Carnaval ganhava significado para o povo por remontar às relações cotidianas do trabalho e dos bairros.

A festa do Carnaval constituiu-se então em um símbolo da nacionalidade brasileira. Não como planejavam originariamente os dominantes, como um Carnaval europeizado e comportado. Mas o novo Carnaval era um modo de manter sob controle os estamentos populares e mais especificamente o movimento operário, que tanto assustava a burguesia. As exigências crescentes do poder público e dos governos locais com relação à inscrição das associações carnavalescas nos órgãos competentes objetivavam a supervisão dessas classes ‘ameaçadoras’. Uma parte dos poderosos voltou então aos salões, enquanto outra parte continuou desfilando nas sociedades carnavalescas, cada vez mais estruturadas, e longe dos subúrbios e do olhar das camadas subalternas.

2.7 Carnaval: produto e negócio

No Nordeste brasileiro, as maiores festas ocorriam em Recife e em Salvador. Pelo tamanho e poder econômico, essas cidades tornaram-se centros de atração de foliões, e suas festas cresceram espantosamente.

Por causa da concentração de atenções nesses locais, outras cidades nordestinas perderam visitantes no período carnavalesco, principalmente as do interior. Por essa razão, em 1937, é criado o Carnaval temporão em Feira de Santana (BA), também chamado ‘Micareta’. O nome foi inspirado numa mistura entre as palavras ‘mi-careme’ (festa francesa realizada no sábado de aleluia ou quinta-feira santa) e careta (nome dos foliões que usam máscara). Essas festas se espalharam por todo o Brasil, e são consideradas extensões do Carnaval tradicional.

Em meio às festas carnavalescas, surgiu uma novidade que mudou definitivamente a estruturação do campo do Carnaval: o trio elétrico. Criado em 1950 por Adolfo Nascimento (Dodô) e Osmar Macedo (aos quais se juntou mais tarde Temístoles Aragão), possibilitou a

real criação do Carnaval de massas e aumentou a atratividade da festa para as organizações do mercado. Enquanto as bandas e orquestras eram próprias para pequenas aglomerações, os trios elétricos permitiam a união de milhares de pessoas em um mesmo local (OLIVEIRA, 2000).

Foram adicionadas inovações tecnológicas aos instrumentos elétricos originais, e grandes caixas de som, veículos cada vez maiores, e projetos de engenharia e visuais tornaram-se comuns. As novidades exigiam grandes investimentos, e as organizações se firmaram em torno de estruturas profissionais, assim como surgiram outras organizações de diversos tipos que viram na exploração comercial da festa um grande nicho de mercado. O número de organizações que desfilava no Carnaval explodiu, assim como o número de integrantes dos desfiles. Houve então a necessidade de se cercar os blocos, para separar os participantes dos não participantes. Surge a figura do “cordeiro” (indivíduos que formam uma corda humana em torno dos blocos).

A nova estrutura dos blocos trouxe os dominantes de volta às ruas, pois elas podem agora voltar a se divertir devidamente protegidas da massa de pobres e miseráveis que se aglomera do lado de fora do bloco (ALMEIDA, J, 2003). Com uma grande estrutura de apoio (com camarotes, banheiros, bares e assistência médica), os grandes blocos atuais desfilam com algo em torno de 3000 (três mil) integrantes. Os preços dos camarotes, camisas e abadás são proibitivos para a maioria dos indivíduos, o que faz com que os camarotes e o interior das cordas sejam reservados para os dominantes, enquanto a “*pipoca*” (a parte externa das cordas) é o local da plebe.

Além de representar uma forte concorrência para os ritmos locais, o novo modelo de Carnaval enfraqueceu as associações carnavalescas tradicionais e implantou uma nova lógica de ação para essas organizações. As velhas associações de bairro se retiraram do campo, ficaram marginais, ou se tornaram blocos pagos para poderem sobreviver.

Neste ponto, pode-se tomar emprestada uma frase de Weber, que se referia ao processo que se seguiu à racionalização do cenário organizacional do séc. XVI, mas que parece feita para esta situação:

Repetiu-se aqui o ocorrido em todos os lugares e sempre como consequência do processo de racionalização: aqueles que não seguiram o mesmo processo tiveram que sair do negócio. O estado idílico desmoronou sob a competição de uma amarga e competitiva batalha, criaram-se fortunas consideráveis (WEBER, 2002:59).

O novo modelo de festa tem poucos dos pressupostos que originaram a festa carnavalesca. Demarcadas, controladas e organizadas pelo Estado e por empresas privadas, essas festas funcionam também como um modo de imposição de uma visão de mundo (no sentido de Bourdieu e Adorno), pois ela transmite valores e percepções adequados ao *status quo*.

O carnaval deve ser entendido como um momento de consolidação da sociedade, no momento em que ela se expressa como, inclusive, fator que lhe possibilita reproduzir-se; não há qualquer inversão, pois o poder dentro dessa sociedade não sofre qualquer abalo significativo (ALMEIDA, L, 2003:70).

Além de serem altamente estruturados e hierarquizados, os blocos atuais utilizaram-se de estratégias de diversificação de seu produto. Além da venda de camisetas e abadás, os grandes blocos têm rendas nas franquias em diversas cidades, nos estúdios de som e nos acordos com gravadoras, operadoras turísticas, grandes hotéis e diversas empresas patrocinadoras. O grande crescimento do Carnaval trouxe turistas e investimentos, principalmente para Salvador, onde estão a maioria das sedes dos blocos que se espalham pelos carnavais e micaretas do país (DANTAS, 1994; OLIVEIRA, 2000).

Entram novos atores no campo. Os governos locais vêm nas micaretas a possibilidade de trazer investimentos e turistas para suas cidades, movimentando diversos setores da economia e trazendo emprego e renda. As TVs vêm a possibilidade de lucrar com anunciantes transmitindo a festa. As empresas de bebidas e os hotéis vêm a possibilidade de incrementar suas vendas em períodos de baixa estação. Comerciantes dos mais diversos

setores (restaurantes, ambulantes, comércio em geral) assistem a um aumento na demanda (FISHER, 1996; OLIVEIRA, 1996). Assim, como em uma combinação, durante todo o ano ocorre um encadeamento de micaretas em todo o Brasil, principalmente na região nordeste, com um final de semana reservado para cada uma delas (ver anexo A).

Pode-se falar de um campo do Carnaval no Brasil, minimamente estruturado e com regras próprias, a partir do início do séc. XX, mais ou menos, com o surgimento das primeiras organizações carnavalescas. Uma das regras principais do campo, nesse período, era a lógica do desinteresse, pelo menos aparente, que dava suporte ao caráter lúdico e agregador da festa.

O início da mudança da estrutura do campo do Carnaval pode ser identificado a partir da ascensão de organizações do mercado. Principalmente por meio da concorrência e do apoio do Estado e da mídia, essas organizações puderam alterar o valor dos capitais específicos do campo, o que implicou uma valorização do capital econômico (e principalmente do capital empresarial, melhor tratado adiante) na definição da posição dos atores, em detrimento da posse do que, neste trabalho, chamou-se de ‘capital de tradição’, ou de tradição lúdica. A partir do alcance de posições no campo de poder do carnaval, essas organizações puderam alterar as regras de funcionamento do campo

Ao se alterarem as regras de funcionamento do campo, todas as organizações dele participantes tiveram que se adequar às novas regras do jogo e, em maior ou menor grau, deixar de lado a lógica do desinteresse que guiava suas ações. Essa renúncia relativa, evidentemente, não se deu passivamente. Mesmo os atores menos poderosos têm, por definição, alguma influência na estruturação do campo. A mudança na relação de forças no campo é que levou à transformação de suas regras, mas ao mesmo tempo em que se adaptam a essas regras, os atores forçam uns aos outros a fazê-lo.

A partir dessa nova estruturação, surgiu o Maceió Fest. Já nascido com uma lógica de mercado guiando as ações de seus realizadores, o evento praticamente exclui as associações

tradicionais, que se vêem obrigadas a também se transformar em organizações do mercado para sobreviver.

Para verificar tal realidade procurou-se, primeiramente, analisar a evolução do campo do Carnaval em Maceió. Tal evolução implica identificar, historicamente, os atores organizacionais atuantes e sua posição relativa no campo, assim como identificar os tipos de capital em que se baseiam tais posições e a lógica de ação dos atores.

A verificação de como se deu a mudança na estrutura do campo do Carnaval foi guiada pela suposição de que a inserção da lógica de mercado no campo trouxe a valorização do capital econômico dos atores, em detrimento de seu capital de tradição.

3 METODOLOGIA

3.1 Perguntas de pesquisa

- Como se deram as mudanças no campo do Carnaval em Maceió (AL) nos últimos anos?
- Quais os atores atuantes no campo?
- Qual sua posição relativa no campo?
- Quais são as bases de poder que asseguram essa posição?
- Qual é a lógica de ação predominante desses atores?
- A lógica de ação está associada à posição no campo?

3.2 Definições constitutivas e operacionais de termos e categorias

- **Poder:** “O núcleo absolutamente básico e comum a todas as concepções de poder é a noção de provocação de conseqüências, sem nenhuma restrição ao que tais conseqüências poderiam ser ou o que as provoca” (LUKES, 1980: 825).
- **Poder Simbólico:**
DC: “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de

poder. (...) capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2000: 15).

DO: Verificado através das citações dos atores do campo, e de acordo com a quantidade dos diversos capitais.

- **Campo:** espaço de relações de forças entre atores detentores de diferentes tipos de capital, que lutam pela definição de seu valor relativo e, conseqüentemente, pela força e pelo direito de definir ou pelo menos influenciar as regras e a estrutura do jogo (BOURDIEU, 2000).

- **Ator social:**

DC: “Persona individual o colectiva que en forma estable tiene la capacidad de acumular fuerza y necesidades y actuar para producir hechos en una situación” (MATUS, 1987:744)⁵.

DO: Pela natureza da teoria, e por uma escolha epistemológica do autor deste trabalho, serão considerados os atores coletivos no campo, o que envolve organizações em vários níveis de estruturação.

- **Lógica de mercado**

DC: Baseia-se na lei da oferta e da procura, na busca do lucro, na maximização dos ganhos monetários (POLANYI, 1980: 81); inclui o espírito de cálculo e a previsão (BOURDIEU, 1979).

DO: Identificada a partir das ações comerciais dos atores, tais como: vendas de ingressos, abadás e outros produtos, assim como o licenciamento de

⁵ Pessoa individual ou coletiva que de forma estável tem a capacidade de acumular força e necessidades e atuar para produzir fatos em uma situação.

marcas com fins de lucro; interessa principalmente o destino dos recursos: se para acumulação e lucro ou para gastos e investimentos nas atividades.

- **Capital:** “... recursos que são ou podem se tornar operantes, eficientes, a exemplo dos trunfos em um jogo” (BOURDIEU, 1990: 154) na concorrência pela apropriação dos bens raros existentes em um determinado campo. São ao mesmo tempo poder e coisa em jogo (BOURDIEU, 2000: 134).
- **Capital Simbólico:** “Forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidos e reconhecidos como legítimos” (BOURDIEU, 1990:154).
- **Capital Econômico:**

DC: O conjunto dos bens econômicos, como rendas, patrimônio e bens materiais em geral. Refere-se à quantidade de recursos materiais e financeiros disponíveis.

DO: Identificado através da verificação dos recursos financeiros, incluindo-se instalações e tecnologia, disponíveis para o uso no campo.
- **Capital Cultural:**

DC: Refere-se principalmente à educação, certificada por títulos escolares (capital cultural institucionalizado), mas também pode abranger aspectos como o sotaque, a etiqueta ou os gestos (capital cultural incorporado) e a convivência e posse de bens da alta cultura (capital cultural objetivado).

DO: Foi identificado através da verificação do nível educacional dos entrevistados.

□ **Capital Social:**

DC: Rede de relações sociais de que dispõe o indivíduo ou grupo, que pode se traduzir em amizades, parentes ou conhecidos em pontos chave do campo (BONNEWITZ, 2003).

DO: Foi identificado através das citações dos entrevistados, da participação em organizações diversas e da posição hierárquica em cada uma dessas organizações.

□ **Capital de Tradição:**

DC: Legitimidade do ator coletivo em sua atividade artístico/cultural, pela guarda ou posse de uma característica/traço de significado simbólico. Implica antiguidade, alcance de prêmios e honrarias, mas pode ser construído artificialmente através de intenso trabalho de propaganda ou por transferência entre atores.

DO: Identificado através das citações dos entrevistados, das referências encontradas na mídia e do tempo de atividade artístico/cultural.

□ **Capital Empresarial:**

DC: A estruturação administrativa valorizada pelo campo, ou seja, a organização empresarial estruturada e formalizada.

DO: Verificação do nível de estruturação administrativa, do nível de profissionalização do quadro de pessoal e da base de adesão e da utilização de tecnologias.

3.3 Plano de investigação

3.3.1 Delineamento do estudo

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1988), a pesquisa é uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios; uma diligente busca para classificar algo.

O que diz essa definição? Muito pouco. Não do início, da necessidade de uma curiosidade incontrolável, ou do fim, da eterna provisoriedade do que se conclui. Triste fim esse, o de ficar condenado à insaciedade.

Apesar das limitações das classificações, pode-se apontar como principais traços desta pesquisa seu perfil qualitativo, de cunho histórico-interpretativo. Este estudo de caso tem como proposta estudar o carnaval da cidade de Maceió (AL), caracterizando-se como sendo do tipo seccional com perspectiva longitudinal.

Fez-se um esforço para conhecer as origens e a estruturação do objeto de estudo, pois as pessoas e organizações que faziam parte do campo há um século têm tanta importância quanto os atores atuais para a compreensão da realidade. A partir desses acontecimentos históricos é que se construiu a interpretação. Para apoio, além da delimitação do campo atual, fez-se um esboço do que era o campo na década de 50. Procurou-se, através dos procedimentos descritos, embasamento para descrever e explicar as mudanças ocorridas no

campo. A partir da interpretação dos dados, procurou-se apresentar as implicações do exposto. A proposta é analisar especificamente as relações entre os atores sociais (ou organizações) atuantes no carnaval alagoano, sem com isso desprezar o poder e a influência de atores individuais. A teoria utilizada não reconhece distinção entre organizações e indivíduos em sua ação no campo, e assim far-se-á neste trabalho. No entanto, no texto procurar-se-á destacar a atuação dos atores sociais, tanto por uma escolha epistemológica como pela particular força da teoria neste aspecto.

Este trabalho se caracteriza, portanto, como um estudo de caso, um tipo de pesquisa recomendada quando se tem pouco ou nenhum controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em eventos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001). Ele conta com muitas possibilidades da pesquisa histórica, mas acrescenta duas fontes de evidência possíveis: a observação direta e a série sistemática de entrevistas. Segundo Martins e Lintz (2000:36), o estudo de caso objetiva “apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever a complexidade de um caso concreto”. Ainda segundo esses autores, por pesquisar os fenômenos em seu contexto real, o estudo de caso pode ser classificado como uma pesquisa naturalística.

A estratégia do estudo de caso oferece a oportunidade de aprofundamento do entendimento de uma realidade delimitada, o que permite a tentativa de formulação de generalizações teóricas, mas não generalizações estatísticas. Isso porque o estudo de caso não representa uma amostragem e o objetivo de quem utiliza esse método é expandir ou generalizar uma teoria (generalização analítica), e não enumerar frequências (generalização estatística) (YIN, 2001).

A cidade de Maceió foi escolhida para a realização da pesquisa, primeiramente, pela relação afetiva e pelo conhecimento prévio do campo pelo autor da presente dissertação, o que permitiu a realização de uma pesquisa no tempo disponível e com escassos recursos. Em

segundo lugar, pelo fato de nessa cidade realizar-se uma das maiores micaretas do Brasil, ao tempo em que o carnaval é atualmente uma festa bastante reduzida.

3.3.2 Os sujeitos da pesquisa

O universo da pesquisa está composto pelos atores sociais coletivos integrantes do campo do carnaval na cidade de Maceió (AL). A definição dos limites da pesquisa, entre eles a seleção dos integrantes do campo foi construída, por um lado, com o apoio do conhecimento prévio do autor sobre o fenômeno em análise e, por outro, por meio da contribuição oferecida pelas entrevistas com os informantes-chave que, selecionados com a técnica da “bola de neve”, auxiliaram na descoberta de outros atores no campo.

Apesar da pesquisa focar os atores sociais coletivos do campo do carnaval, o que inclui desde o Estado e suas autarquias até pequenos blocos ou troças, o poder e a influência de alguns indivíduos também foram considerados importantes. Seus capitais são agregados (mas não diretamente) ao *quantum* de poder de suas organizações.

Para a seleção dos entrevistados, como dito acima, foi utilizada uma amostragem não probabilística (MARCONI e LAKATOS, 1990) do tipo bola de neve.

No estágio inicial da amostragem bola de neve, as pessoas são descobertas e podem ser ou não selecionadas através de métodos probabilísticos. Esse grupo é então usado para localizar outras pessoas que possuem características similares e que, por sua vez, identificam outras pessoas. Similar a uma pesquisa reversa de fontes bibliográficas, a ‘bola de neve’ reúne sujeitos à medida que avança (COOPER e SCHINDLER, 2003: 170).

Os autores afirmam que este modelo encontra grande utilidade em aplicações nas quais os respondentes são difíceis de se identificar e são melhor localizados através de redes de referência. Assim foi feito neste trabalho, no qual se pretende representar um campo ainda não mapeado, onde os atores têm poucas características semelhantes.

Os primeiros selecionados foram indivíduos com notório saber e experiência no campo (todos foliões, diretores de blocos e professores da Universidade Federal de Alagoas,

com dissertações e/ou teses de mestrado e doutorado sobre o assunto, em diferentes áreas de conhecimento). A cada um deles foi pedida a indicação das organizações relevantes nas lutas do campo. Procurou-se entrevistar pelo menos um representante de cada uma das organizações citadas (sempre algum integrante da diretoria). No entanto, alguns deles se recusaram a conceder entrevistas, sendo as informações de suas organizações colhidas a partir de dados secundários ou de outros informantes do campo. Essa ‘lei do silêncio’, surgida principalmente entre atores guiados por uma lógica de mercado é, por si só, um dado interessante, que será tratado mais adiante.

As organizações citadas foram reunidas em categorias, de acordo com a semelhança e posição no campo. As categorias, ou uniões de atores, constituem os títulos da Descrição e Análise dos Dados. Essa categorização foi possível porque os tipos de capital das organizações que constituem cada uma das categorias são semelhantes e porque essas organizações passam por um processo associativo bastante singular. Por isso, ao invés de citar cada clube, por exemplo, citou-se o conjunto dos clubes.

3.3.3 Coleta de dados

A estratégia de estudo de caso pode utilizar-se de diversas técnicas de coleta de dados, técnicas estas comuns a outras estratégias. No presente estudo, utilizou-se, primeiramente, a observação direta. Segundo Marconi e Lakatos (1990) além de se prestar a identificar e obter provas de certas suposições, essa técnica ajuda a construir a categorização mental da realidade. As visitas às organizações pesquisadas, assim como a presença nos eventos do Carnaval maceioense e no Maceió Fest permitiram, durante o trabalho, a realização de algumas inferências baseadas na percepção desses acontecimentos. É importante destacar a vivência do autor no meio descrito. Algumas das práticas e descrições encontradas no trabalho foram presenciadas e vividas não faz muito tempo. A origem de classe média alta

colocou o autor deste trabalho também como ator interessado e participante em toda a evolução do Maceió Fest desde sua origem, e como indivíduo desfilante em busca de diferenciação social. Muitas das afirmações feitas foram influenciadas por essa situação, em que a percepção e a vivência dizem mais que qualquer indicador.

Em segundo lugar, foi realizada uma exaustiva pesquisa documental e bibliográfica que tentou reconstruir a história do campo. As bases dessa pesquisa foram principalmente órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Turismo, o Museu Théo Brandão (museu especializado na preservação da cultura alagoana), a Biblioteca da Universidade Federal de Alagoas e o Arquivo Público da Cidade de Maceió. Além desses, foram visitados alfarrábios e livrarias da cidade de Maceió. Foram reunidos livros, documentos de época, memorandos e *folders*, entre outras fontes de informação. Mas a maior quantidade de dados foi colhida a partir da pesquisa em jornais antigos. Foram examinados os jornais de maior circulação do Estado de Alagoas (Gazeta de Alagoas, Jornal de Alagoas e O Jornal) a partir 1966 (por questões de conservação, o acesso a jornais anteriores a esse ano é restrito no Arquivo Público). Por limitações de tempo, não foram examinadas todas as publicações desse período, tendo sido analisada apenas uma publicação a cada ano. Os jornais analisados compreenderam os publicados nas três semanas anteriores e na semana posterior ao carnaval e ao Maceió Fest. Tais períodos foram escolhidos com base em consultas prévias, em que se constatou a inexistência de informações sobre os eventos fora desse período de tempo, já adicionado um intervalo de confiança. Foram encomendadas também pesquisas nos arquivos do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja, ambos de circulação nacional.

Em terceiro lugar, utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas com representantes das organizações integrantes do campo do Carnaval na cidade de Maceió (AL). Nessa técnica, parte-se de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que guiam as questões e abre-se a possibilidade de formulação de novas teorias e hipóteses no decorrer da

entrevista, com importância crucial para a participação do entrevistado na elaboração das mesmas (TRIVIÑOS, 1987). Ou seja, apesar de existir um roteiro base para as entrevistas (ver apêndice A), cada uma podia seguir caminhos diferentes, e as descobertas e formulações de uma delas sempre enriqueciam a próxima. As entrevistas foram todas realizadas face-a-face, pela maior probabilidade de obtenção de respostas complexas e detalhadas que esta técnica permite (SELLTIZ, WRIGHTSMAN e COOK, 1987). Além das entrevistas gravadas, foram feitas diversas outras entrevistas e conversas informais com integrantes do campo. As entrevistas gravadas foram transcritas e submetidas à análise interpretativa do discurso. Como forma de preservar os entrevistados, no curso deste trabalho eles foram citados através de código, do E1 até o E21. A lista dos entrevistados se encontra no apêndice D, reservado, presente apenas na versão dos avaliadores.

Essa multiplicidade de fontes e de métodos de coleta de dados procurou combinar as vantagens do uso de fontes primárias e secundárias de dados. As fontes secundárias se referem a dados já existentes, seja em documentos, registros, arquivos ou pesquisas anteriores. Apesar de facilitarem a obtenção dos dados e pouparem tempo (principalmente em pesquisas históricas, é comum os dados secundários serem os únicos possíveis de se utilizar), o grande problema das fontes secundárias é sua confiabilidade. Para minimizar essa característica, procurou-se utilizar apenas livros de autores consagrados. As fontes primárias referem-se a dados coletados especialmente para a pesquisa em curso, como os das entrevistas e observações. Apesar da dificuldade de obtenção, são geralmente mais confiáveis e específicas que as fontes secundárias, se utilizados procedimentos metodológicos adequados.

3.3.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi do tipo descritiva-interpretativa, com a utilização da categoria “atores sociais” para o desenvolvimento da narrativa. Como ressaltado por Vergara (1998), os

dados coletados pelas diversas estratégias e técnicas de pesquisa podem se prestar tanto a análises quantitativas como a análises qualitativas, dependendo do tipo de informação que se quer obter. Para a presente pesquisa, foi utilizada uma análise predominantemente qualitativa com o uso da técnica de interpretação do discurso das entrevistas e análise documental dos materiais recolhidos.

A análise do discurso consiste em um conjunto de técnicas que procura inferir as condições de produção do discurso e em que essas condições interferem no discurso, a partir da utilização de métodos de análise predominantemente interpretativos (BARDIN, 1988).

Seguindo-se as idéias de Bourdieu, as opiniões e valores dos atores sociais estão vinculados à sua posição no espaço social, assim como à história das lutas do campo ao qual se referem. Considera-se que a análise de discurso se mostra útil para a compreensão das posições e interesses dos atores, a partir das descrições das condições de produção do discurso.

A análise documental, por sua vez, é um instrumento de análise ideal para dados secundários. Ela se propõe a descobrir, em documentos e outros materiais, as circunstâncias sociais e econômicas com as quais o objeto pesquisado pode estar relacionado (RICHARDSON, 1989).

As análises qualitativas têm, segundo Triviños (1987), dois traços fundamentais: uma natureza desreificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano e a rejeição da neutralidade do saber científico.

O segundo traço citado ainda provoca muita polêmica no meio acadêmico. A análise qualitativa é acusada de se oferecer às preferências idiossincráticas dos pesquisadores, abandonando a propalada neutralidade do cientista e produzindo resultados tendenciosos. No entanto, alguns autores (TRIVIÑOS, 1987; YIN, 2001) afirmam que, exatamente neste ponto, pode estar a força principal deste tipo de análise: a maior possibilidade de interpretação por

parte do pesquisador permite um maior questionamento dos dados e aproveita sua capacidade de percepção de aspectos obscuros ou escondidos dos fenômenos. Acredita-se que a análise qualitativa é imprescindível para a análise de fenômenos sociais implícitos, maquiados ou escondidos, como considerações sobre o poder, uma coisa que todos sentem mas ninguém vê.

4 Descrição e Análise dos Dados

4.1 As origens

Maceió, de Massayó, terra alagada, em língua indígena, capital do Nordeste Estado de Alagoas, com 797.759 habitantes, segundo o IBGE (2001?). Quinhentos e oito (508) Km² de Zona da Mata e terra litorânea, banhada pelo Oceano Atlântico, a 285 km de Recife, 632 km de Salvador e 2.131 km do Rio de Janeiro.

Massayó era também o nome do engenho de cana cuja sede situava-se onde atualmente é a praça D. Pedro II (LEITE JÚNIOR, 2000) e em que estão a Assembléia Legislativa, a Igreja Catedral, a Biblioteca Pública e o Instituto Histórico e Geográfico. Mas não foi fácil para o pequeno povoado ser promovido a Vila em 1816 e depois a Capital em 1839 (COSTA, 1981).

Na divisão das capitanias hereditárias, o Estado de Alagoas fazia parte da capitania de Pernambuco, entregue ao fidalgo Duarte Coelho. Estabelecido em Recife, em 1535, não explorou economicamente todas as suas possessões, realizando apenas algumas incursões (bandeiras) em território alagoano. A principal delas foi em 1556, quando do naufrágio da nau Nossa Senhora da Ajuda. Esta embarcação levava para Portugal, vindos da Bahia, altas autoridades da colônia, inclusive o primeiro Bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha. Os sobreviventes do acidente, depois de dois dias andando, foram capturados e devorados pelos índios caetés, antropófagos, no litoral de Alagoas. Em represália, Jerônimo de Albuquerque, cunhado do então falecido Duarte Coelho, aliado aos índios Tabajaras, adentrou em terras alagoanas em uma missão de extermínio, expulsando os índios para o interior e

fundando algumas feitorias (pequenos povoamentos). Essas povoações constituiriam as primeiras vilas alagoanas, entre as quais Penedo, ao sul, importante localidade às margens do Rio São Francisco (CARVALHO, 1982).

Mais tarde, Duarte Coelho de Albuquerque, filho de Duarte Coelho, viria a dividir a capitania em sesmarias e depois em comarcas, distribuídas entre os colonos mais destacados. A Comarca de Alagoas, que originou a cidade de Maceió, passou por diversas mãos até se dividir em diversas grandes propriedades com a chegada da cana-de-açúcar.

Desde cedo, a região atraiu essa cultura por seu clima propício, solos férteis e pelo grande interesse do mercado europeu no açúcar da cana. Por sua localização privilegiada, perto da foz do rio Mundaú e com um litoral recortado, propício aos portos naturais, a cidade tornou-se um centro comercial relativamente importante, exportando primeiramente pau-brasil e açúcar, depois algodão, carne e outros produtos. Ao findar o regime colonial Maceió já era uma grande povoação, servindo de empório para uma vasta zona agrícola. Criou-se uma oligarquia dominante na comunidade, a dos comerciantes, na sua quase totalidade portugueses de nascimento (COSTA, 1981).

Mas a prosperidade da região acabou junto com a prosperidade do açúcar. A decadência se iniciou ainda no séc. XVIII, com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas e o aumento do preço dos escravos. A posterior mudança do eixo econômico nacional dos engenhos nordestinos para a região do garimpo em Minas Gerais e dos cafezais de São Paulo agravaram a situação, e fizeram o sistema econômico local entrar em uma “letargia secular” (CARVALHO, 1982:52). A estrutura social centralizada impediu a procura por outras formas de desenvolvimento econômico.

Maceió torna-se vila e, menos de um ano depois, em setembro de 1817, o Estado ganha a independência do rebelde Estado de Pernambuco. Este havia se envolvido, junto com outros Estados nordestinos, em uma aventura de independência do resto do país, em uma

união que ficou conhecida como Confederação do Equador. Malgrado o empreendimento, parte de seu território foi desmembrada. A divisão procurava também facilitar a administração da região e recompensar seus moradores pela luta contra os holandeses, feita quase que sem apoio do governo central (CARVALHO, 1982).

Deste modo, com a mudança de status da região, ganhavam prestígio os Mendonça, Lins, Lyra, Melo e Calheiros, entre outros sobrenomes poderosos de então e de hoje. A independência, além de aumentar seu poder político no país, criava uma região produtora e comercial sem a concorrência dos pernambucanos. Esses mesmos sobrenomes, alguns anos depois (em 1839), alcançariam outra promoção de sua vila para capital do Estado, em uma disputa com a ex-poderosa vila de Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro).

Aparentemente, tais maquinações deixavam aos coronéis pouco tempo para se divertir. Diversos autores falam da monotonia que era a cidade nessa época (LIMA, 1960?; COSTA, 1981). A opção para essa alta classe eram as festas nas casas das famílias tradicionais e as missas e procissões da igreja, que eram consideradas grandes eventos sociais na época (BITTENCOURT, 1987). Em dias normais, sobrava a prática do *footing* (quase uma outra procissão, em que se davam voltas sem fim na rua do comércio, com o objetivo de ver e ser visto).

Às vezes, havia as retretas⁶, normalmente em festas da igreja (COSTA, 1981). Essa era uma ótima chance de movimentar o comércio, comprando-se os vestidos, chapéus, adereços e demais bugingangas importadas da Europa. O carnaval, não alterava o cotidiano de cidade pequena, mas o estruído já causava reclamações e era combatido. Esse era, aliás, o principal divertimento das camadas populares na época do carnaval.

⁶ do dicionário Aurélio: audição popular de uma banda em praça pública (FERREIRA, 1988)

Em suma, cabe destacar a importância da estrutura social gerada pelo modelo econômico assentado na cultura canavieira, especificamente na Zona da Mata onde nasceram os centros urbanos.

Desenha-se um modelo de sociedade patriarcalista-oligárquico (FREYRE, 1995), dividida entre ricos brancos donos de engenho e negros escravos, índios e mestiços pobres. A alta distância de poder, relativo servilismo dos setores dominados do campo social, pouco valor dado a normas e regras escritas e um grande personalismo são a herança do modelo para os dias atuais (PRATES e BARROS, 1997). Desse modo, o capital social adquiria importância extrema na definição do *quantum* de poder dos atores, pois as relações pessoais são mais importantes que quaisquer outras considerações. A lógica do compadrio é que lhes garante os melhores empregos, a imunidade perante a lei e o temor de todos.

Também devido a isso, pode-se afirmar que o sobrenome de certas famílias tradicionais se constitui em um grande capital simbólico, uma vez que em suas possessões os senhores de engenho eram donos de terras e almas, tendo poder de vida e morte. Essas mesmas famílias compõem as autodenominadas elites dos dias atuais. Não mais são senhores de almas por direito, mas o são de fato.

4.2 Os cem anos gloriosos

A partir da segunda metade do séc. XIX, acompanhando o crescimento populacional da cidade, houve um florescimento cultural que, grosso modo, durou um século. Apesar de não haver muitos documentos da época, alguns historiadores se destacam na narração desses eventos. Entre eles, provavelmente o mais importante é Théo Brandão, conhecido folclorista alagoano. Diz Brandão (1983) que o normal no Estado, durante o carnaval, era o entrudo para os estamentos populares, enquanto os abastados se divertiam em festas particulares. Mas no

carnaval de 1859, imitando as práticas já comuns na corte carioca, surgiam aqui os primeiros bailes de máscaras, os primeiros desfiles de fantasias e o primeiro embrião do curso, com carruagens e a cavalo. Tais novidades eram saudadas nos jornais como sinais de progresso e atraíam apenas os ricos, porque apenas eles podiam comprar os adereços, mas também porque procuravam um modelo de festa que lhes acrescesse o capital simbólico. Os filhos dos poderosos, ao estudarem ou viajarem pelas principais cidades do Brasil e da Europa, traziam de lá outros costumes. Aqui começa a história do campo do carnaval da cidade de Maceió.

4.2.1 Os clubes

Com o surgimento do curso, os dominantes saíram das casas e foram às ruas. Esse desfile tomou outras formas e, pouco depois, na década de 1880, surgiram o Zé Pereira, “com sua orquestra de bombos e sua música de pancadaria a que se iria incorporar os desfiles de carros alegóricos e de crítica” (BRANDÃO, 1983, p.4), e os clubes de rua (os principais eram o Cavaleiros do Monte, Pás-Douradas, Sai da Frente e o Marítimos). Esses desfiles não ocorriam em qualquer parte, e tiveram início apenas com a urbanização e controle de alguns pontos da cidade, como a Rua do Comércio (ver apêndice C). Segundo o diretor de uma dessas agremiações, desfilante na época:

Os clubes de rua saíam de suas sedes desde o primeiro dia de carnaval. Eram três dias, de 16 às 21 horas. (...) Os clubes tinham um estandarte, tinham dois balizas, um à esquerda, outro à direita, com uma peruca (...). O uniforme era uma camisa branca, com um colete todo bordado, bem desenhado. Aí tinha um calção fofo, com a perna virada. Aí tinha uma meia comprida, calçavam tênis, nas cores do clube.

Atrás dos balizas tinha um cordão, que era o cordão masculino. Todos bem trajados, uniformizados, nas cores do clube, podia ser 30, 40, dependia. Atrás havia um grupo de passistas, cada um com sua sombrinha, nas cores do clube (...).

Depois dos passistas vinham os destaques. Os destaques eram um grupo de fantasias: pierrot, colombina, jardineira, palhaço, etc (...). Podia apresentar a pé ou no jipe, ornamentado.

No tempo, o povo participava, mas acompanhando. Atrás da orquestra, por último, vinha o povão, como em uma procissão (a orquestra vinha no fim do desfile) (E16).

Formados pela mesma aristocracia dos clubes de rua, surgiram os clubes sociais, em fins do séc. XIX (o primeiro deles foi o Clube Carnavalesco Fênix Alagoana, em 1886), como uma opção para festas fora de casa, mas também em locais fechados e protegidos da plebe. Buscando se afastar dos brincantes do entrudo e, se aproveitando da tradição de festas em casas e das recém chegadas fantasias, a aristocracia acorreu aos clubes: Fênix Alagoana, Iate Clube Pajuçara, Iate Clube Alagoas, Clube Português e o Jaraguá Tênis Clube foram os principais. Os bailes e encontros se realizavam durante todo o ano, mas principalmente no carnaval (segundo o diretor de um dos clubes, E6, eram realizados em média 12 bailes em cada clube, nos 4 dias de carnaval). Não bastava apenas ter dinheiro para entrar em tais clubes. Era preciso fazer parte da alta sociedade. Em alguns deles, era necessária a indicação de um sócio antigo. Segundo o diretor de um clube entrevistado,

(o Clube Fênix) começou a reunir a chamada nata da sociedade local. O Sr sabe, a igualdade é uma utopia. Tem que haver comandantes e comandados. Infelizmente, ricos e pobres. É uma opção que o cidadão tem. Então aqueles que puderam formar um clube eram apenas aqueles que tinham dinheiro para manter a estrutura de um clube. A classe “A”.

Os clubes sociais e de rua eram agremiações relativamente organizadas, com sócios que contribuíam para a manutenção da organização e que tinham um corpo diretor permanente. Nessas agremiações tocavam orquestras, com instrumentos diversificados. No início, apenas os ricos os freqüentavam, pois eram cobrados altos valores a título de mensalidades (até este momento da história, riqueza e sobrenome quase sempre andavam juntos).

Esses eram os principais atores do carnaval. Os estamentos dominantes da cidade estavam concentrados nesses clubes. Os governadores, prefeitos, juízes e vereadores eram seus freqüentadores. As mensalidades dos sócios lhes davam o capital econômico necessário para funcionar durante todo o ano e organizar diversos bailes. O capital social de seus membros garantia as boas relações com o poder público e o apoio e cobertura da imprensa e dos órgãos públicos de segurança. Por meio de transferência de valores, considerava-se esse

tipo de festas em clubes já tradicional, pela sua origem Européia, o que agregava capital de tradição a essas organizações. Esse é o carnaval lembrado hoje, o carnaval aristocrático, belo, organizado. Esse é o carnaval do qual os maceioenses dizem ter saudades.

4.2.2 Os blocos e troças

No entanto, as organizações estruturadas, como os clubes, eram minoria, e congregavam apenas o extrato dominante do município. A maioria dos desfiles existentes era de troças e blocos que surgiram como evolução do entrudo como uma tentativa dos estamentos dominados de imitarem os belos desfiles do curso e dos clubes. Tais blocos e troças geralmente reuniam aqueles que, por sua condição econômica, não podiam freqüentar os clubes sociais nem comprar as luxuosas fantasias dos clubes de rua (E3). Os principais eram: Ciscadores, Bacurais, Filhos da Montanha, Lenhadores, Garças Brancas, Pás Douradas, Vou Botar Fora, Ciganinhas, Pica-Paus, Morcegos, Vassourinhas, Parafusos, Sururu, Maroins, Bola Preta, Vulcão, Bomba Atômica e Trocistas Borboletas (VERAS, p. 4, 1990?).

Entre as organizações citadas, as troças eram as menos estruturadas de todas, geralmente formadas por apenas alguns amigos que se juntavam, se armavam de alguns instrumentos e saíam às ruas, cada um com a fantasia de sua própria produção. Os blocos eram um pouco mais estruturados. Costumavam representar bairros ou associações de classe, ou mesmo a pequena burguesia. Alguns já funcionavam permanentemente, e desfilavam com uma pequena banda. Eles enviavam pedidos de apoio aos comerciantes ou moradores do bairro e visitavam as casas dos benfeitores no desfile. Retiravam-se os móveis, arranjava-se bebida e alguma comida e, assim, de casa em casa, estava feita a brincadeira.

O ponto alto desses desfiles acontecia nos banhos de mar à fantasia. Iniciados não se sabe quando (provavelmente de modo não planejado, já que os locais de festa ficavam

próximos à praia), esse evento virou referência na cidade. Ali desfilavam blocos, tocavam bandas e orquestras e, por um certo tempo, houve concursos de fantasias, com o apoio da Prefeitura. Como afirma o diretor de um bloco tradicional, a maioria das fantasias era de papel crepom, e o ponto alto da festa ocorria quando, ao fim do dia, todos caíam na água com suas fantasias, ficando o mar pintado de todas as cores. Todas essas organizações e/ou tradições carnavalescas surgiram mais ou menos ao mesmo tempo, sem uma separação temporal clara.

Os blocos e troças não detinham tanto capital simbólico quanto os clubes. Alguns eram ricos em capital social, pois eram adotados por integrantes dos setores dominantes da sociedade, o que lhes dava certa preferência aos olhos do poder público e da mídia. No entanto, capital econômico nunca foi seu forte. A grande maioria dessas agremiações era desestruturada, formada pelos setores dominados da população, sem muita visibilidade ou apoio. Os recursos reunidos através das doações de comerciantes ou integrantes só permitiam à agremiação um leve sopro de vida, durante o período carnavalesco, para logo depois ter fim. O capital de tradição e o econômico só eram acumulados por umas poucas agremiações que conseguiam atrair a atenção dos poderosos e sobreviver um pouco mais.

Blocos, troças e clubes eram animados por bandas e orquestras, algumas completas; outras, apenas um agrupamento de instrumentos. Os últimos anos do séc. XIX foram a “época das filarmônicas” (E9), devido ao grande número de orquestras e bandas que surgiu naquele período, principalmente no interior do Estado, mas que iam tocar na capital. A primeira delas, a São Benedito, da cidade de Coqueiro Seco, recebeu o imperador D. Pedro II em 1859, quando de sua vinda para inaugurar a igreja matriz da cidade (o imperador achou a banda extremamente desafinada). A capital do Estado nunca teve mais que duas orquestras, na virada para o séc. XX. Após uma disputa musical entre as duas, que acabou entre socos e tiros, a cidade passou a não ter nenhuma.

Tais orquestras eram formadas principalmente por músicos amadores, que só se reuniam para tocar em datas especiais. Tal como hoje, esses grupos sobreviviam a partir da ajuda de comerciantes de suas cidades e, principalmente, pela iniciativa de seus integrantes.

Apenas algumas agremiações tinham suas próprias bandas ou orquestras, mas a maioria se contentava com uns poucos instrumentos musicais. No carnaval, as orquestras independentes tocavam nas troças e blocos, que iniciavam seu desfile às 9 da manhã. Acabado o desfile, voltavam para tocar nos clubes de rua. Esses blocos, troças e clubes tinham como centro de gravidade a Rua do Comércio e circunvizinhanças (ver apêndice C). Após o desfile da tarde, que terminava às 21 horas, as bandas e orquestras se dirigiam aos clubes sociais, onde ficavam até às 5 da manhã (E16).

Além dos desfiles e dos clubes, os palanques (ou “maratonas”) davam ocupação a essas bandas e orquestras. Como uma seqüência do entrudo, esses palanques eram montados em toda a cidade, especialmente na rua do Comércio, e tocavam o dia inteiro, segundo um de seus animadores (E18). Eles também eram um espaço aberto para danças e folguedos locais, que se mostravam nos dias de carnaval, e saíam também em desfiles: o Maracatu e suas variantes (cabindas, samba de matuto, negra da costa, baianas), os Caboclinhos, o Guerreiro, Bois de Carnaval, etc (E7).

4.2.3 O samba e suas escolas

No início do séc. XX surgiram as escolas de samba. Como parte do esforço de integração nacional de Getúlio Vargas, o desfile das escolas do Rio de Janeiro começou a ser divulgado em todo o país, e o ritmo se popularizou. Tal manifestação cultural estava sempre nos jornais e rádios e, alguns anos depois, também na TV. Mais que difundir uma prática cultural, essa campanha tornou padrão o modelo de festa carioca (desfile em um corredor, com o formato, tamanho e número das alas definido, indivíduos transformados em

espectadores, e contando com injeção de dinheiro do Governo). Em Maceió, surgiram primeiramente as escolas Circulista, Império Serrano e a Cinédia. Elas desfilavam na Rua do Comércio, mas com o crescimento da cidade e a inadequação do local, na década de 60 os eventos passaram a ser realizados na Avenida Duque de Caxias, atual Av. da Paz (ver apêndice C).

Apesar dessas escolas serem formadas por membros dos estamentos populares, elas costumavam ser “adotadas” por seus bairros (E13). Havia uma grande disputa entre elas, no entanto, apenas as escolas dos bairros ricos podiam almejar o título (até hoje, os três principais bairros da orla, Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca concentram as principais campeãs). Em geral os estamentos dominantes da sociedade preferiam as escolas de samba aos blocos e troças. Essa preferência não era mero acaso, mas uma distinção de classe, pois esse era o modelo transmitido pelo famoso carnaval carioca. No entanto, mesmo com essa preferência, ainda não podiam concorrer com as originais, do Rio, e assim como os blocos e troças, a maioria das escolas de samba não detinha muito capital, apesar de serem um pouco mais estruturadas e funcionarem o ano inteiro. Os desfiles eram caríssimos, pois envolviam mais materiais que os desfiles simples de blocos e troças, e isso as jogava em permanente estado de dificuldade financeira. Por serem comandados geralmente pelas classes dominadas, o apoio das classes dominantes era apenas relativo. Seus principais capitais eram o social e de tradição (transferido por suas congêneres cariocas). Apenas em alguns casos, agregava-se também o capital econômico.

4.2.4 O comércio

Na época áurea do carnaval maceioense, eram trazidos produtos de todas as partes do Brasil e da Europa para embelezar a festa. As melhores fantasias e máscaras, roupas, chapéus,

sapatos, alegorias, serpentina, confete, lança perfume. Esse movimento agitava todo o comércio local, principalmente as lojas de produtos relacionados ao carnaval. Na virada do século, apenas as pessoas mais importantes detinham o capital econômico e o capital social necessários à posse de um desses estabelecimentos. Os mais tradicionais, na rua do comércio, tinham que incrementar seus estoques na época da festa, mas quase sempre faltavam produtos devido à grande procura. Por hospedar as lojas tradicionais da cidade, a Rua do Comércio tornou-se o palco principal do carnaval. A permanente movimentação na rua ajudava a incrementar as vendas.

Esses comerciantes sempre eram procurados pelos clubes e blocos para ajudarem nos desfiles. Como cidadãos eminentes, é de se supor que eles fizessem parte de algumas dessas organizações. Suas contribuições, marcadas no livro de ouro das diversas agremiações, reforçavam a obrigação de que os desfiles passassem pelo local de suas lojas. Seus principais capitais eram o econômico e o social.

4.2.5 O poder público

Essa fase é geralmente apontada como a de maior esplendor do carnaval de Maceió, em grande parte pelo envolvimento do Poder Público. Apesar de não haver dados específicos disponíveis, sabe-se que, mesmo que com pequenos valores, boa parte dos principais blocos, troças e festas eram apoiadas com financiamento público. Esse financiamento permitiu a sobrevivência saudável das agremiações maceioenses por quase meio século.

Sendo à época um Estado ainda mais patriarcalista do que o atual, pelo pouco desenvolvimento da máquina burocrática, entende-se que as considerações sobre financiamentos e investimentos estivessem ainda mais sujeitas às pressões de indivíduos importantes (E16; E17). Esse investimento não se dava pelo grande desenvolvimento do Estado, porque sobrassem recursos. Essa era uma época em que a prosperidade trazida pela

cana-de-açúcar no início da colonização já tinha se esvaído e, como pode ser constatado a partir dos relatos de diversos autores (COSTA, 1981; CARVALHO, 1982), os gastos do município constantemente ultrapassavam suas receitas. Mas, segundo diversos entrevistados, ainda mais que hoje, parece que o financiamento público de agremiações carnavalescas era um instrumento do jogo político por votos e apoio.

Quadro 1 - Campo do Carnaval em Maceió em meados do séc. XX

Principais Atores	Principais Tipos de Capital	Principais Consumidores
Poder Público	Como árbitro, poder de coerção; como jogador, poder econômico	No discurso, a população; na prática, estamentos médios e altos.
Comerciantes	Econômico e Social	Estamentos médios e altos, para produtos importados
Clubes e Blocos Dominantes	Econômico, Social e de Tradição	Primeiro, apenas os estamentos dominantes; depois, também os estamentos médios.
Escolas de Samba	Social e, em alguns casos, econômico e de tradição	Estamentos dominados; algumas freqüentadas pelos dominantes
Blocos e Troças	Social e, em alguns casos, econômico e de tradição	Estamentos dominados; alguns freqüentados pelos dominantes

Fonte: elaboração própria

4.3 Da glória ao ostracismo

Pelo brilho, pela fama e pelo grande número de agremiações carnavalescas existentes, a fase anterior pode ser considerada a fase áurea do carnaval de Maceió. A grande maioria das agremiações era pequena e desestruturada, algumas duravam apenas um ano, outras funcionavam apenas nos dias de festa. Para essas, não havia apoio. As agremiações ainda não tinham fins de lucro monetário, e sim de lucro simbólico.

Também por isso, algumas das figuras mais lembradas dessa época são indivíduos, e não organizações. Moleque Namorador (Armando Veríssimo Ribeiro, jornalista, engraxate e passista), Rás Gonguila (Benedito Santos, Rás de rei, engraxate, organizador e primeiro puxador do tradicional bloco Cavaleiros do Monte), Pedro Tarzan (folião solitário, famoso por suas fantasias variadas e corpo atlético) e Major Bonifácio (Bonifácio Oliveira, organizador de festas populares, presidente da república da alegria, nome dado aos carnavais do bairro de Bebedouro) são alguns dos personagens que marcaram a época (ROCHA, 1990?).

Essa foi uma fase de forte mecenato por parte de alguns indivíduos em relação às organizações carnavalescas. Como foi dito, era comum que comerciantes e indivíduos ricos em geral “adotassem” as principais agremiações de seus bairros. Naquele meio, esse era um sinal de distinção.

Tal esplendor começou a se esvaír a partir de fins da década de 60, mais ou menos. Podem ser dadas diversas explicações para isso, sem que nenhuma, individualmente e fora de seu contexto, possa dizer algo. Como explicação mais geral, pode-se apontar a mudança na estrutura social e econômica da cidade e do país, o que engloba diversos aspectos.

Em primeiro lugar, a agitação política por que passava o país. A implantação da ditadura militar e o início da repressão, após o golpe de 64, tiraram um pouco da razão de ser do carnaval. As sátiras políticas foram combatidas, e os desfiles e fantasias, controlados. As fantasias eram fiscalizadas, e o desfile das agremiações e as festas dos clubes só podiam se realizar com autorização. Ainda na época dos movimentos pela democracia esse controle era realizado. Abaixo, portaria da Secretaria de Segurança Pública do Estado, de 1983:

Fica proibido durante os festejos: desfile pelas ruas da cidade de grupos maltrapilhos à guisa de blocos; uso de fantasias que atentem contra os costumes; uso de fantasias que se assemelhem ao fardamento das corporações militares e às vestes de instituições religiosas; emprego de desenhos, palavras e gestos ofensivos à moral pública ou a interpretação de músicas que envolvam críticas aos poderes constituídos, corporações militares ou instituições religiosas (...); apresentação de qualquer conjunto

carnavalesco não licenciado pela polícia; aquisição, comércio, transporte, guarda ou venda de lança-perfume (...).

É permitido o uso de máscaras nas ruas até as 18 horas, e em qualquer hora nos clubes recreativos, sendo facultado às autoridades policiais e à diretoria dos clubes o pedido de identificação das pessoas que fizerem uso das máscaras (PORTARIA, 1983).

Nessa linha, só eram permitidos os temas favoráveis (ou pelo menos inofensivos) ao Governo. E aí entra a segunda explicação: cresce a importância das escolas de samba cariocas neste contexto. Numa época de difusão nacional da televisão, este seria um ótimo meio de difundir temáticas de ‘interesse nacional’, ou que destacassem uma certa brasilidade (era a época do ‘ame-o ou deixe-o’). Os temas dos desfiles costumavam destacar aspectos da cultura nacional, lendas e clássicos da literatura, exaltações ao Brasil e ao samba (ARAÚJO, 2003).

Tal modelo, por seus grandes custos, não podia se manter em todos os lugares. Desse modo, muitas das agremiações e blocos maceioenses que em um primeiro momento se transformaram em escolas de samba, por poderem contar com apoio público, pensaram para sobreviver quando se viram sozinhas, como a Girassol, da década de 70, que fechou suas portas. Associada às escolas de samba está a lógica do espetáculo. Segundo o presidente de uma associação de folguedos populares (E11),

Quando o carnaval passou a ser uma coisa para turista ver, quando passou a ser uma coisa padronizada, e aí entrou o poder público, aí foi que lascou tudo. Porque começou a se fazer concurso de carnaval (...). Tinha os blocos carnavalescos da comunidade, você ia para brincar, não ia para desfilar, nem para competir. A partir do momento em que começaram a sistematizar o carnaval, que dizer, você teria que ter verbas públicas para participar, para o turista ver, então começou a decadência.

Inserida na sociedade moderna, a festa passou a ter uma função estranha às suas origens: atrair o turista. Essa lógica não podia se expandir com a predominância das organizações informais e amadoras de até então.

Em terceiro lugar, para explicar a decadência do carnaval maceioense, pode-se citar a formação de uma classe média numerosa na cidade. Assim como outras capitais do Nordeste, Maceió passou por um processo de relativa industrialização durante essa época (o distrito

industrial da cidade foi fundado em 75; a Salgema, atual Braskem Química, até hoje a maior indústria do Estado, em 73). Surgiam empresas (poucas, é verdade), o proálcool trouxe destilarias e algum dinheiro, o comércio se aquecia. Fortalecia-se a classe média, uma pequena burguesia que não mais tinha interesse ou condições de apoiar os velhos blocos de bairro.

Essa classe média procurou se afastar de sua origem e se aproximar dos dominantes, pelo menos em suas práticas mais acessíveis. A nova burguesia enriquecida passou a freqüentar os salões dos clubes sociais. Eles não tinham os sobrenomes ‘necessários’, mas dispunham de algum capital econômico para tal aspiração. Até foram fundados alguns clubes para receber os menos abastados, clubes estes que eram claramente distinguidos dos clubes tradicionais: o Fênix era o “aristocrático”; o Iate o “moderno”, segundo um carnavalesco entrevistado (E2); o Clube do trabalhador, o ASSA, o Aliança Familiar e o Sesi eram os “populares” (CARNAVAL, 1966).

O surgimento desses novos clubes, associado à invasão dos clubes tradicionais, levou todos eles, em um segundo momento, a uma crise sem precedentes, à contração de dívidas, ao fim dos bailes carnavalescos e, às vezes, ao fechamento, tendo-se como causa a saída dos tradicionais filiados.

Os clubes sociais sempre foram o baluarte dos setores dominantes da sociedade local. Eram os lugares onde se podia brincar o carnaval e encontrar os pares, sem o risco de cruzar com algum negro ou mendigo, uma opção ao entrudo e aos blocos e troças. Para freqüentá-los, era necessário não apenas ter dinheiro para pagar as mensalidades, mas também ser da alta roda, ter estirpe, um sobrenome, “sangue azul”. O cadastro em um clube tradicional era, portanto, um símbolo de uma pretendida superioridade. Não é de se estranhar que os habituais freqüentadores desses locais se sentissem invadidos ao ver pessoas de fora de seu meio freqüentando seu clube e, de repente, perceber alguns deles disputando seu espaço nas colunas

sociais dos jornais. A partir do momento em que aquele espaço deixou de ser restrito, não mais despertava o interesse dos estamentos dominantes. Assim como com qualquer outro produto, serviço ou valor exclusivo, na inacessibilidade é que estava seu atrativo. Em consequência, os dominantes abandonaram a cidade na época do carnaval, abrigando-se em suas casas de praia nas cidades próximas.

Cidades-Balneário como a Barra de São Miguel e Marechal Deodoro, ao sul, e Paripueira, ao norte, ofereciam opções ao carnaval de Maceió. Não havia grandes festas nesses locais, mas o acesso só podia ser feito por barco ou automóvel (não havia transporte público regular e constante para essas cidades). Portanto, só freqüentava esses locais quem possuísse uma casa de veraneio. Mais uma vez, mantinha-se a separação entre o campo do poder e o resto do campo social.

Com a crescente notoriedade dessas cidades, elas se tornaram objetivo de consumo de todos os estamentos. Foram construídas estradas e implantadas linhas de ônibus regulares ligando Maceió às outras cidades litorâneas. Festivais de verão eram oferecidos aos freqüentadores, com diversos shows quando se aproximava o carnaval. A popularização dessas cidades (que anteriormente eram quase condomínios fechados) mais uma vez ativou a necessidade de distinção das camadas dominantes, e deslocou sua atenção, desta vez para Recife, Salvador ou Rio de Janeiro.

Em meio a essa luta por distinção, os clubes maceioenses (mas também todas as outras agremiações carnavalescas) começaram a quebrar. Sem seu principal público financiador, eram constantes as ameaças de interdição e penhora de seus bens, a partir da década de 60, pois seus sócios já não eram tão numerosos quanto antes. A opção que lhes sobrou foi cancelar seus bailes, e de clubes carnavalescos se transformarem em clubes recreativos, com ênfase nos esportes. O último baile de carnaval do tradicionalíssimo Clube Fênix Alagoana, em 95, registrou a presença de 30 pessoas.

Para a imprensa, não havia mais o que noticiar na época do carnaval. Os objetos principais da cobertura jornalística não existiam mais, ou estavam em crise aberta. Os principais blocos e escolas de samba, que tinham mais ou menos os mesmos participantes/colaboradores que os clubes sociais, seguiam-lhes os passos destes. O carnaval não era mais interessante para os dominantes, que tanto produziam como compravam os jornais. Sendo assim, a imprensa em geral declarou o carnaval morto.

Mas, apesar do noticiado, o carnaval de Maceió não acabou. As mesmas festas familiares, as mesmas troças, e os mesmos pequenos blocos dos estamentos populares, que nunca dependeram do apoio do Poder Público para desfilar, se mantinham nos bairros periféricos. Os integrantes dessas agremiações nunca freqüentaram clubes, nunca tiveram dinheiro para comprar fantasias luxuosas, e faziam um carnaval semelhante ao de seus avós.

No entanto, não eram esses os clientes da mídia que, àquela época, visavam unicamente às classes A e B de consumo. Desse ponto de vista, o carnaval tinha acabado, pelo menos o carnaval que lhes interessava. As citações ao carnaval feito por essas pequenas agremiações eram mínimas. Com a falta de interesse dos dominantes pelo carnaval local e a propaganda negativa por parte da imprensa, o apoio do Poder Público diminuiu e, na década de 80, nem houve carnaval oficial, durante alguns anos.

4.4 Reestruturação e jogos de poder

Frevo, de ferver. Do Aurélio (FERREIRA, 1988): (Brasileirismo, Pernambuco e Alagoas). Ajuntamento denso de pessoas que dançam e fazem trejeitos ao som da música, nas festas carnavalescas; folia animada; desordem; arrelia; barulho.

Originalmente, esse foi o principal puxador do carnaval maceioense. Dança atlética, não é para qualquer um; com características bastante próprias, conta com uma infinidade de

passos e é praticada geralmente com uma sombrinha multicolorida. Em Alagoas, é razão de uma disputa. Segundo um jornalista entrevistado (E17), o famoso frevo, orgulho pernambucano, teria origem em um som que se fazia por aqui em fins do séc. XIX.

Na verdade, por ser um ritmo praticamente local, sempre foi defendido e preservado no Estado, e assim o é até hoje. No entanto, já nas primeiras décadas do séc. XX, começou a sofrer a concorrência de marchinhas e do samba, ambos provenientes do Rio de Janeiro. Ritmos com menos particularidades locais, interessavam ao projeto de integração nacional e também às gravadoras de discos, que poderiam homogeneizar o consumo.

No auge do carnaval de Maceió, entre as décadas de 30 e 60, esses três ritmos (frevo, marchinhas e samba) parecem ter convivido relativamente bem, mas acompanharam a decadência geral que se seguiu. No entanto, na década de 80, surge uma novidade no cenário musical nacional: A Bahia existe!

Ela já tinha grandes cantores antes disso. Mas entre as décadas de 70 e 80 havia uma verdadeira revolução cultural por lá, que se iniciou com os Novos Baianos e a Tropicália. A partir daí, esse Estado passou a ser um pólo de atração de foliões durante o carnaval, primeiro de hippies e alternativos, depois de chiques e remediados em geral. Já na década de 80 o império começou a se expandir, ajudado pelo trio elétrico.

O trio já era coisa antiga. Inovação genuinamente baiana, primeiramente tocava frevo. Criando um som próprio, começou a dominar o cenário musical de outros carnavais. O som da tropicália tomava um rumo mais popular.

Em Maceió, o primeiro trio profissional surgiu em 85, na campanha do candidato à prefeitura Djalma Falcão, do PMDB. Irmão do antigo governador Muniz Falcão (que, perseguido pela ditadura, tornou este sobrenome um dos mais famosos da política alagoana), o candidato conseguiu formar uma grande coalizão de forças, agregando vários partidos. Só para lembrar, era a época do Proálcool, em que o subsídio governamental injetava dinheiro na

economia alagoana e os velhos coronéis viam aumentar seu poder. No carnaval, o comitê de campanha do candidato trouxe da Bahia o trio Tapajós, que era o mais moderno do país e já funcionava como uma empresa (como se discutirá mais adiante, anos de eleição sempre foram os melhores para as organizações carnavalescas).

No carnaval do ano seguinte, vários trios foram improvisados e surgia um bloco que inaugurou uma nova era no carnaval: o “Meninos da Albânia”. Ele teve origem nos quadros do partido político PC do B (Partido Comunista do Brasil), que apoiava Djalma Falcão e comemorava a vitória na eleição do ano anterior. Segundo um dos fundadores do bloco, o nome se deve a uma provocação feita pelos adversários políticos, que se referiam ao governo comunista do país europeu. Vencida a eleição, a provocação foi devolvida com o nome do bloco carnavalesco. Saindo com um trio sem cantor (na verdade um pequeno caminhão com algumas caixas de som em cima) e tocando algo parecido com um afoxé, o Meninos da Albânia deu o impulso inicial para os blocos de partidos políticos. Além da comemoração pela vitória, o bloco buscava fazer referência às idéias do partido, arregimentar novos membros e quebrar um pouco da sisudez da atividade política. Com intenções parecidas surgiram blocos como o Filhos da Pauta (ligado ao Partido Socialista Brasileiro, PSB) e o Puro Tesão (ligado ao Partido dos Trabalhadores, PT).

Mais que isso, o Meninos da Albânia deu início a um novo formato de bloco carnavalesco em Maceió, formato este que pode ser expresso pelo conjunto trio/corda/axé. Blocos como o Tutti-Frutti, o Caveira, o Pó de Giz e o Gela-Goela ganharam vulto e mais tarde viriam dar origem a uma das maiores micaretas do Nordeste: o Maceió Fest.

Na verdade nenhum desses blocos saía no carnaval, desde seu pioneiro, e sim na prévia, uma semana antes. Os dias de carnaval eram o auge das cidades-balneário; na prévia, os estamentos dominantes ainda estavam em Maceió, mas logo depois só ficavam os estamentos populares. Além dos pequenos blocos em bairros periféricos, às vezes a Prefeitura

organizava algum show ou apresentação de bois de carnaval, em locais tradicionais como a praça Moleque Namorador.

4.4.1 A liga independente

Consolidado o modelo de bloco e a música baiana como vedete do carnaval, surgiu o Maceió Fest. Já havia algumas experiências semelhantes, como em Fortaleza e em Natal, que nos anos anteriores haviam inaugurado seus carnavais fora de época. Mas em Maceió esse tipo de evento era uma completa novidade.

Acontecia então, em Janeiro de 1993, um pouco como carnaval fora de época, um pouco como prévia carnavalesca, o Maceió Fest. Foi organizado pela Maceió Fest Produções e Eventos, que depois se transformaria na Liga independente dos blocos carnavalescos de Maceió, dos sócios Luiz Augusto Nóbrega, seu primo Fernando Nóbrega, Augusto Marques, proprietário do bloco Caveira, e Samuel Leite, do bloco Tutti-Frutti. Imprescindível lembrar que o evento contava também com o apoio da Prefeitura que, como será explicado adiante, procurava um novo meio de desenvolvimento da cidade, e resolveu apostar na indústria turística.

A festa ocorreu na Avenida Robert Kennedy, à beira mar, no bairro de Pajuçara, como até os dias atuais. Desfilaram quatro blocos: o Tutti-Frutti, o Caveira, o Gela-Goela e o Pó-de-Giz. A festa foi pequena, teve a presença de apenas 30 mil foliões, considerando-se os blocos e a pipoca. Nem contou com uma grande cobertura jornalística, apenas algumas notas soltas. Foi considerado como uma preparação para o carnaval. Mas, à medida que passava o tempo, cresciam as atenções e o dinheiro envolvido, assim como a guerra de interesses sobre o evento.

O auge da festa foi provavelmente no ano de 2000, segundo um de seus presidentes (E19). Foram montados 426 camarotes, arquibancadas para 2500 pessoas e desfilaram mais de 20 mil foliões nos blocos, além de centenas de milhares na pipoca. Para fazer frente a tais números, a estrutura do evento é gigantesca. São cerca de 15 profissionais trabalhando durante todo o ano na sede da Liga Independente. A estrutura é dividida entre a assessoria jurídica, assessoria de imprensa, tesouraria e central de processamento de dados. Cerca de 800 comissários vendem os abadáis com quase um ano de antecedência, são contratados mais de quinhentos cordeiros por bloco e é utilizado um efetivo policial de mil e quinhentos agentes. Atualmente, o evento conta com sete blocos oficiais⁷ e cerca de vinte blocos pipoca. Entre os oficiais, o Nana Banana (que sai com o Chiclete com Banana) o Cocobambu (Asa de Águia) e o estreante Uau (Babado Novo) são franquias de Salvador, enquanto os outros blocos são locais (E8).

O início da década de 90, quando surgiram as Micaretas, foi a época em que foram ‘construídas’ as grandes estrelas da música baiana, que atualmente “puxam” os blocos na maioria das micaretas do Brasil. Esses artistas contavam com o apoio de grandes campanhas de marketing feitas pelas gravadoras, e buscavam um mercado numeroso, mas diferenciado. O som, que ainda era considerado exótico, incorporou novos ritmos e rapidamente espalhou-se por todo o país. As novas vedetes (bibelôs, bonecas de luxo, feitas para vender e produzir valor) incorporavam o estereótipo da garota branca, bonita, consumista, saudável (uma representação da elite), em mistura com o homem forte, negro, o representante baiano (uma concessão aos dominados, um símbolo de mescla social).

Em todo o Brasil, esse formato de festa atraiu a atenção dos estamentos dominantes. Junto com a separação real que o bloco fechado permitia em relação à plebe (a separação de meio metro dada pelos cordeiros, seguranças e policiais), estava uma separação simbólica,

⁷ Nana Banana; Uau; Cocobambu/Jangada; Caveira/Cerveja e Companhia; Xô Preguiça; Filhos da Pauta e Beijo.

infinitamente maior. Estavam ali todos os capitais somados. Os filhos dos poderosos puderam ocupar a avenida dentro dos blocos, sob o olhar vigilante de seus pais, ocupantes dos camarotes (junto com políticos, estrelas e candidatos a estrelas de todos os tipos), separados da multidão de indivíduos que se aglomera na pipoca. Rostos diversos, espectadores, que têm em comum a falta de um abadá ou de um crachá (estão aí símbolos altamente estigmatizantes dentro do evento).

Há também outras distinções dentro da festa. Os que aqui estão sendo chamados ‘estamentos dominantes’ não constituem um todo uniforme. Alguns blocos são puxados por estrelas da música nacional, o abadá custa até R\$ 400,00 (preço do Nana Banana de 2001) e são freqüentados apenas pelos mais ricos.

Apesar de se esforçar para copiar os hábitos dos dominantes, a maior parte da população não pode se dar ao luxo. Percebendo a grande demanda não atendida, os organizadores da festa criaram formas de atrair também essa parcela da sociedade para o universo de consumidores de seus produtos (afinal, os integrantes da pipoca não geram lucro para a empresa). Para eles, surgiram outros blocos, alternativos, também caros (de 50 reais em diante), porém mais acessíveis. Esses blocos alternativos não têm o mesmo ‘charme’ dos principais, ou seja, reverterem menos capital simbólico para o detentor de seu abadá. Um habitual freqüentador de um dos principais blocos se transforma até em motivo de piada entre seus pares se desfilar em um dos alternativos. No entanto, para os que costumam desfilar na pipoca, aquele abadá desvalorizado como recurso de poder se transforma em um modo de copiar as práticas dos estamentos dominantes.

Para atender a esse público, foram criadas diversas outras facilidades. O valor dos abadás pode ser dividido em até 12 meses, com diversos cartões de crédito ou cheque pré-datado. Tais facilidades talvez não façam diferença para alguns, mas são importantes para

aqueles que ganham uns poucos salários-mínimos e passam o ano inteiro economizando para pagar as prestações e desfilar em um bloco fechado no Maceió Fest.

Uma das últimas novidades em termos de facilidades é o Fest Card. Ele é distribuído a todos os compradores dos abadás e dá direito a descontos em alguns estabelecimentos comerciais da cidade (mais uma vez, uma inovação que busca atrair os menos abastados).

Mesmo fora do espaço cercado pelos cordeiros existem diferenciações. A parte chamada “pipoca” contém diversos setores. Visivelmente, alguns locais no percurso da avenida parecem socialmente ‘reservados’, por alguma regra nem um pouco explícita. Enquanto as camadas populares parecem se concentrar na calçada do lado da praia, e em alguns pontos por trás dos camarotes e no início da avenida, nas calçadas dos luxuosos prédios se concentram as camadas médias e altas que não estão no desfile. A parte final da avenida, no local da dispersão, é ainda mais ‘selecionada’, agrupando os integrantes dos principais blocos mesmo antes do início do desfile.

Com a guerra de interesses ocorrida após o início do evento (guerra essa que tem palco nos jornais, camuflada como reclamações em nome do direito, da individualidade e da cultura), os blocos-pipoca (atualmente são cerca de 20) foram criados com o intuito de dar espaço às bandas alagoanas e aplacar um pouco as críticas. Durante o ano, são promovidos concursos e shows com as bandas locais para escolher as que participarão do evento puxando pipocas. A escolha já foi feita de diversos modos, mas atualmente é feita uma votação na internet.

A mesma fórmula que fez o sucesso do evento na década de 90 parece ser a razão de sua atual decadência. Após 2001, os patrocínios, blocos, camarotes e turistas vêm minguando cada vez mais. Os organizadores do evento apontam como razões a crise econômica nacional e a falta de criatividade dos novos representantes da música baiana. Sem desprezar a

influência desses fatores, uma análise mais detalhada acrescenta uma nova compreensão a este fato.

É conhecido que a imensa maioria das músicas que faziam sucesso nas micaretas do país não se destacavam por sua criatividade (o que sempre foi motivo de piada no meio musical). Em sua maioria, são músicas repetitivas, apenas com um refrão principal. Algumas revistas estampavam reportagens do tipo “faça sua música baiana você mesmo”. Era só pegar algumas palavras ou expressões que apareciam em grande parte das músicas, misturá-las e fazer alguns ajustes.

É interessante a observação do Maceió Fest, pois se percebe que não falta público para o evento. Cada vez mais, esse é um novo público, de menor poder aquisitivo, proveniente de bairros da periferia, de menor renda média, e não o público original, freqüentador de blocos pagos ou camarotes. Esse novo público traz mais preocupações que alegrias aos organizadores do evento, pois além de não transferirem renda para o evento, aumentam seus custos e ‘mancham’ sua imagem, pois apesar de propagandear o perfil democrático e popular da festa, não é interessante para a organização que o evento seja assim realmente. Os dominantes não querem igualdade e união, mas distinção e separação. Os freqüentadores de blocos e camarotes não os abandonam por falta de dinheiro, mas por falta de exclusividade. À medida que o Maceió Fest se massifica, menos capital simbólico obtêm os que dele participam.

Como empresa, a Liga procurou também diversificar suas atividades, como estratégia para não depender tanto da renda trazida pelo Maceió Fest. Ela se tornou uma produtora de eventos durante todo o ano e promove shows relacionados ao Maceió Fest. Nas melhores épocas chegava-se a fazer dois shows por mês (no ano de 2003, houve um por mês a partir de julho). Atualmente, a Liga é a organizadora oficial do carnaval, papel que sempre coube à Prefeitura Municipal de Maceió (MACEIÓ, 2002). O Poder Público limita-se a repassar os recursos para a organização da festa (R\$ 132 mil, em 2003).

A Liga Independente teve, desde sua origem, o apoio do Poder Público Municipal. Essa parceria, que se estende até os dias atuais, se mostrou importante na luta pelas posições de poder no campo. Além do capital cultural já existente de seus proprietários, profissionais do ramo de entretenimento, essa parceria acresceu seu capital social, pelos contatos travados, e seu capital econômico, pelo financiamento e apoio dado. Com tais recursos, foi fácil dominar o campo.

Além disso, esse novo ator detinha outro tipo de capital, que na verdade foi o maior determinante de seu sucesso. Esse capital adveio simplesmente de sua estruturação empresarial, em uma tendência verificada em outros campos, rumo à empresariação das organizações. A profissionalização dos quadros, em oposição ao amadorismo e informalidade; a burocratização dos procedimentos, em oposição à improvisação; a utilização de tecnologias de última geração, em oposição à atividade artesanal e rústica; a mudança nos objetivos organizacionais, que agora agregam a busca pelo lucro monetário. Essas características se transformaram em recursos de poder. A sociedade, bombardeada com as idéias e valores da globalização, transforma este conjunto de aspectos em um novo capital, que agora transmite durabilidade, responsabilidade, segurança e respeito. Como se argumentará na seqüência, esse provavelmente foi o principal capital que atraiu a confiança e o dinheiro do poder público e dos foliões.

4.4.2 O poder público

Ao assumir a Prefeitura da cidade de Maceió, em 1992, o prefeito Ronaldo Lessa, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), planejava transformar Maceió em pólo turístico no Nordeste, tendo como exemplo as cidades de Fortaleza, Natal e Salvador. Essas cidades, por meio de políticas de investimento em infra-estrutura e propaganda, tornaram-se nacional e

internacionalmente conhecidas, atraindo turistas de todas as partes. Esse plano não era mero acaso, e estava vinculado a uma luta de poder e a uma ideologia mundial do desenvolvimento que, em sua origem, data de meados do séc XX.

Nessa época, depois de fracassadas experiências desenvolvimentistas em diversos países, assumiu-se a idéia de que os países subdesenvolvidos não poderiam alcançar a riqueza dos países centrais seguindo seus passos (BASTOS, 1999). Seria necessário “queimar etapas” nesse processo. As condições eram bem diferentes, a concorrência crescia a olhos vistos e alguns dos caminhos trilhados não estavam acessíveis. Ou seja, desaconselhou-se o investimento em indústria de base e na educação avançada, sugerindo-se outras formas de desenvolvimento.

Essas idéias, centrais no ideário do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), alçaram a questão ambiental aos debates, ao preconizar que a utilização de recursos naturais não poderia ocorrer na mesma intensidade como já havia acontecido nos países centrais. A procura por novas ‘receitas’ para os países periféricos além de desaconselhar o investimento nos setores produtivos de ponta, elegia a indústria do turismo como a nova fronteira, uma “indústria limpa”, que melhoraria a balança comercial dos países, distribuiria recursos para as comunidades pobres e transformaria o meio ambiente em bem econômico preservado (HOLANDA, 2003).

Maceió procurou inserir-se neste contexto. Após uma longa história de tentativas de desenvolvimento frustradas (a indústria açucareira, O Proálcool, o Pólo Cloroquímico), era a vez do turismo “salvar a pátria”. A cidade, sem nenhum setor produtivo competitivo e sem dinheiro recursos próprios para investimentos, buscou o financiamento de órgãos de fomento (que, para o investimento na indústria turística, dispunham de programas de investimento) e o apoio da iniciativa privada para incrementar sua receita turística.

Segundo o Secretário de Turismo do Município (E20), as apostas foram todas para a organização de um grande evento: um carnaval fora de época. Foi convidado o amigo Luis Augusto Nóbrega, já empresário do setor de eventos, dono do famoso Spazio de Campina Grande (a maior casa de shows do Nordeste à época) para assumir essa iniciativa. Feito o acerto, realizou-se em 1993 o primeiro Maceió Fest.

O apoio da Prefeitura “nos dois primeiros anos, (...) com um valor pequeno, mas que para a época, deu para ajudar” (segundo um dos presidentes da Liga Independente, E4) é criticado até hoje, por setores que afirmam que esse apoio ainda ocorre e o pleiteiam para si próprios. Segundo a atual Secretária de Turismo do Município (E12), o apoio anteriormente era apenas financeiro, mas desde 2001 a Prefeitura é co-realizadora do evento, envolvendo diversos órgãos públicos na organização: a Secretaria de Turismo de Maceió (SETURMA), a Polícia Militar, o Batalhão de Policiamento do Trânsito, a Companhia de Abastecimento D’Água e Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL), a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), a Vigilância Sanitária e o Instituto do Meio Ambiente (IMA), entre outros.

O apoio e investimento em eventos culturais para fomentar a atividade turística não atingiram o Carnaval. Além da forte concorrência com outras cidades, mesmo dentro de Maceió o evento não atrai atenção, o que o faz secundário no planejamento da prefeitura. Se a festa não atraía turistas nem as classes dominantes da própria cidade, então não era interessante para o Poder Público.

4.4.3 A associação de moradores

Com o apoio da Prefeitura ao Maceió Fest e o sucesso do evento, muitos interesses foram contrariados. A primeira a se manifestar foi a Associação de Moradores da Orla de Maceió, ator poderoso, que representa os moradores dos bairros de maior renda média da cidade, e especificamente do local que tem o metro quadrado mais caro, a Avenida Robert

Kennedy, onde ocorre o evento (a renda mensal média dos chefes de domicílio de todo o bairro da Pajuçara é de R\$ 1805,16, segundo o IBGE, 2003. Ver apêndice C). Os representados são em grande parte empresários, juizes, políticos, altos funcionários públicos, profissionais liberais, ou seja, o setor dominante da cidade.

A principal preocupação era a desvalorização do local, pela depredação e pela “invasão da periferia por ocasião do evento, visto que, em consequência da transformação da orla da Pajuçara em pólo das festas públicas da cidade surgiram linhas regulares de transporte público do subúrbio para a orla. Foram lembrados os direitos individuais, a privatização do espaço público, o barulho, o caos do trânsito, entre outros argumentos. Empreenderam-se processos na justiça, diversas liminares foram dadas para ambos os lados, mas ao final um acordo estabeleceu o horário das 2h 30min da manhã para o fim do evento, às quintas e domingos, e a imposição do limite de som a 100 decibéis (quando o limite de segurança das fábricas é de 85 decibéis). Nos últimos tempos essa associação deixou de ser ativa, segundo um jornalista entrevistado (E14), em razão de uma barganha com a organização do evento, em que os moradores ganharam alguns camarotes no evento em troca de seu apoio e do fim das reclamações.

Em sua luta, a Associação dos Moradores tinha sempre um aliado no IMA (Instituto do Meio Ambiente). Várias vezes, esse órgão público ameaçou não liberar o alvará de funcionamento do evento, com a justificativa de querer evitar a poluição e estragos causados à praia. Ao chegar a esse ponto, o conflito era então mediado pelo prefeito, pessoalmente (E17).

Também constante era a ameaça de transferência do local de realização do evento. Em 1995 a Câmara de Vereadores de Maceió aprovou um projeto que propunha deslocar o evento para a Avenida da Paz, na degradada Praia da Avenida. Novamente o Prefeito Ronaldo Lessa impediu a aprovação final do projeto.

A praia de Pajuçara sempre foi um atrativo para a festa, pois é considerada um produto de demanda garantida. Os demais espaços possíveis para os desfiles são poluídos e cercados por bairros humildes e favelas, e não representam um produto interessante para o setor turístico ou para foliões que pagam caro por um abadá.

A disputa descrita parece opor os setores dominantes cujos interesses econômicos estão relacionados ao turismo e ao Maceió Fest em particular e aqueles cujos interesses econômicos estão em outros setores e, nos dias de festa, querem usufruir o ócio.

4.4.4 A imprensa

De modo geral, a imprensa sempre destacou a importância do evento como gerador de empregos, estimulante de turistas e movimentador da economia, e ofereceu pouco espaço para críticas.

O Maceió Fest, como qualquer festa planejada, foi criado como um projeto empresarial. É entretenimento vendido. Então é um projeto, um negócio muito rentável. Então é claro que dentro desse negócio existe uma parte do dinheiro, (...) para a venda na mídia. Então, o que acontece? A mídia se curva diante disso. Só fala mal do Maceió Fest quem não conseguiu uma boa parte desse dinheiro destinado à divulgação, ou pessoas prejudicadas pelo Maceió Fest (e eu digo prejudicadas entre aspas) (declaração de um jornalista entrevistado, E14).

Debaixo de sua aura de imparcialidade e neutralidade, que vem reforçar o capital simbólico no jogo de poder, a imprensa pode selecionar (e seleciona), propositadamente ou não, as notícias que divulgará de acordo com interesses específicos (MARTINO, 2003). A imprensa, ainda que se esforce em parecê-lo, não é um ator social independente e, assim, atende a interesses de setores específicos da sociedade. Na imprensa alagoana vale destacar a concentração existente, já que a rede de televisão mais assistida, o jornal mais lido e uma das rádios mais ouvidas do Estado são de propriedade do Grupo Arnon de Melo, que pertence à família do ex-presidente Fernando Collor de Melo.

As críticas ao evento são quase inexistentes nos jornais analisados, e só existem quando se trata de relatar o discurso de outros atores, como da Associação de Moradores. Já no segundo ano do evento, em 1994, boa parte das matérias versava sobre a consolidação da festa, num exemplo do que Hobsbawn (1997) chamou de invenção de uma tradição.

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWN e RANGER, 1997: 8).

Ao invés de ressaltar a novidade do evento, as reportagens procuravam transmitir a idéia do Maceió Fest como a continuidade do carnaval de rua antigo. A imprensa descrevia o evento como uma festa democrática, que conseguia unir ricos e pobres, fechando os olhos, entretanto, para os abadá, os camarotes, os cordeiros e as pipocas.

Outra estratégia utilizada na divulgação do evento e no discurso de seus diretores é a insistência na segurança do evento. Essa insistência é importante para desfazer as dúvidas dos dominantes quanto ao 'nível' dos participantes dos blocos, e trazê-la para a avenida. O espaço intra-cordas seria tão seguro quanto o Shopping Center para os jovens da classe média. Tenta-se criar um clima familiar para o evento, pelo menos no espaço dos camarotes e dentro das cordas. Os freqüentadores deste espaço se distinguem entre si, como descrito por um dos presidentes da Liga Independente (E19):

(...) a gente faz muitas amizades, são grupos que abrem uma poupança para depositar um dinheiro, são clientes fiéis, que a cada ano se entusiasma mais; que iam, os filhos eram pequenos, e agora os filhos estão nos blocos e eles estão nos camarotes. Então é toda uma história, não diria de amor, mas de curtir um evento carnavalesco. Já que nossa cidade não tem tradição com carnaval em fevereiro ou março, quando é realizado, vem curtir dessa forma a festa, de ter a tranqüilidade de sair de casa andando, ir para o seu camarote, o filho no bloco, encontra com o pai, então é aquela coisa muito familiar.

Mas a mídia é um dos principais palcos de embate dos atores do campo e, do mesmo modo que apoiou e divulgou com parcialidade o atual modelo, abriu espaço para outras

posições. Por esse meio, levantaram-se folcloristas, intelectuais e artistas contra o evento. Em 1994, uma banda alagoana, em um protesto contra a exclusão de outras bandas locais, chegou a jogar ao público seu cachê, à época equivalente a mil dólares (CIPOLA e NASCIMENTO, 1994). Protestava-se contra a importação de uma manifestação cultural baiana, a utilização de suas bandas, a contratação de empresas de fora e o desprezo pela tradição alagoana.

O motivo de tanta luta é simplesmente a concorrência. Sob o manto da proteção à cultura, boa parte desses defensores da cultura alagoana apenas quer defender seu “mercado”. Nesse caso, se valorizada a cultura local, seriam os atores locais os beneficiados financeira e simbolicamente. No meio das discussões há argumentos sólidos, e alguns dos envolvidos teoricamente não se beneficiariam da situação (talvez tomam partido por uma certa consciência de classe, e um certo orgulho alagoano, o que, por sua vez, lhes transfere capital simbólico).

A mídia, como ator social, é detentora de grande quantidade de capital social como também de capital econômico. A credibilidade de seu discurso também pode ser considerada uma forma de capital simbólico. Ela é a última integrante da tríade que controla o campo (junto com a Liga Independente e o Poder Público). A partir dela é que é forjada e difundida a nova ordem.

Sob os termos “imprensa” e “mídia” não podem ser reunidos todos os meios de comunicação do Estado em um interesse e em ações únicas. Existem divergências e jogos de poder também no seio deste ator coletivo. No entanto, como categoria, seus interesses são semelhantes em relação à atual estruturação do campo do carnaval.

4.4.5 Os patrocinadores

Desde o início, o Maceió Fest contou com o apoio de patrocinadores para além do Poder Público e da venda de camarotes e abadás (os 2000 abadás do Nana-Banana, em 2003, esgotados desde o mês de julho, foram vendidos por R\$ 275,00. Os 376 camarotes, por até R\$ 4150,00). Nos primeiros anos, os patrocínios eram escassos e de pouco valor, primordialmente de empresas locais. No entanto, logo depois, o “boom” do evento coincidiu com a época da famosa “guerra das cervejas”, em que as marcas investiram pesadamente em propagandas de todo o tipo e tornaram-se rapidamente as maiores patrocinadoras do Maceió Fest.

Essa era a época da explosão do axé em todo o país. Esse era o ritmo que mais vendia discos (no seu auge, em 1997, chegou a emplacar quatro discos entre os mais vendidos do ano, segundo Martins, 2000). No entanto, já a partir de 1999 o ritmo começou a entrar em crise, e os patrocínios às micaretas menores começaram a minguar, pois a propaganda se concentrou nos principais mercados. Segundo um dos presidentes da Liga Independente (E4):

Antigamente, quem apoiava muito bem esses carnavais fora de época eram as cervejarias. Mas começou a acontecer muitos carnavais, tanto nas capitais como no interior. E as cervejarias não tinham condições de atender todo mundo. Então quando tinham três ou quatro (micaretas) tinha condições de patrocinar. Mas hoje têm 22 grandes carnavais, 200 médios carnavais e mais de 500 pequenos carnavais. Então, não ficou interessante para elas estar patrocinando todos os eventos. E hoje está muito difícil arranjar patrocínio. A gente contou por um certo tempo com as telecomunicações, no caso da Telemar e da TIM, mas hoje é isso. Não é mais como antigamente.

Hoje, o principal patrocinador do evento voltou a ser uma empresa de bebidas, a Montila. Também voltaram os pequenos patrocínios, de ambição apenas regional. Alguns desses patrocinadores têm camarotes reservados, que geralmente usam para distribuir aos funcionários e clientes ou para divulgação e propaganda.

Para as empresas, as vantagens de tais patrocínios são várias. É acumulado capital simbólico, pois sua marca é vista e divulgada, e seu nome fica associado a um evento

‘cultural’. No caso das bebidas, elas se transformam em fornecedoras exclusivas no evento e suas vendas explodem nos dias da festa. Apesar de não poderem contar com o benefício do abatimento do imposto de renda (as micaretas não são favorecidas pelas leis de incentivo à cultura), outros ganhos não tangíveis devem ser considerados para as empresas patrocinadoras.

A boa imagem que ela conquistou (que é freqüentemente avaliada em dólares) (...) lhe proporcionará lucros indiretos, lhe permitirá, por exemplo, dissimular certas ações.

É importante para os patrocinadores (não só o marketing) criar um clima político favorável a seus interesses no que diz respeito, por exemplo, aos impostos, à regulamentação do trabalho ou da saúde, às condições ecológicas ou à exportação de seus produtos. Muitas empresas admitem isto (BOURDIEU e HAACKE, 2003).

4.4.6 O setor turístico

Em toda a história até agora, um conjunto de atores esteve nas sombras, não citado, mas sempre presente. Sem constituir um todo homogêneo, o conjunto de organizações formado por hotéis, agências de viagem, comerciantes em geral e outros serviços turísticos, começou a ter uma importante participação na definição dos assuntos pertinentes ao carnaval a partir do Governo Ronaldo Lessa.

Como foi dito, o planejamento cultural desse Governo sempre esteve subordinado à sua utilidade econômica. Tanto é assim que as festas e os eventos oficiais são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, e não da Secretaria de Cultura. A definição sobre a autoridade neste assunto serviu como um forte indicador da direção que as decisões tomariam.

O Maceió Fest, por exemplo, sempre teve como objetivo principal para o Poder Público atrair turistas, pelo que se apreende das entrevistas obtidas. Desde o início foram feitos contatos com as empresas turísticas e comerciais com o intuito de promover o evento e

adequar os serviços da cidade. Tal participação se refletiu na escolha das datas do evento, por exemplo, segundo um dos presidentes da Liga Independente (E5).

Quando começou, era em Janeiro, muito perto do carnaval, era alta estação. Os hotéis reclamaram, porquê queriam outra data. Aí passamos para Dezembro, o comércio reclamou porquê era muito perto do Natal. Aí trouxemos para Novembro, onde estamos agora.

Aparentemente, o apoio ao evento por parte das empresas de suporte turístico era maior no início. Afinal, era a chance de encher os hotéis e restaurantes, movimentar a economia da cidade e, com as belezas naturais como atrativo adicional, talvez seguir o caminho de outras capitais nordestinas que se transformaram em destinos turísticos obrigatórios.

No entanto, o evento ficou grande demais, com cerca de 350 mil pessoas em cada uma das quatro noites em 2002 (vide anexo B), e muitos problemas foram criados por tal gigantismo, segundo um proprietário de hotel (E21). No início vinham principalmente os altos estamentos, mas a massificação trouxe novos participantes para a festa. O perfil dos turistas que vêm à cidade por causa do evento aparentemente não foi o pretendido. Segundo pesquisa de um jornal local (GAPE, 2001), 32,54% dos turistas presentes em Maceió na época do evento são provenientes de outros países ou das regiões Sul e Sudeste do Brasil, enquanto os 67,46% restantes, entre os turistas pesquisados, são provenientes da própria região Nordeste. Dos entrevistados, apenas 38,19% afirmaram ser o Maceió Fest a razão de sua vinda à cidade. 36,85% do total de entrevistados têm até 20 anos, 54,68% ficam na cidade menos de uma semana e 50,52% gastam até R\$ 50,00 por dia.

Nós verificamos que essa festa, o Maceió Fest, na verdade é uma ilusão, porquê dois ou três empresários ganham dinheiro, que são as pessoas que estão ligadas diretamente com o evento, e o resto só faz sofrer. Você deteriora a praia, faz da praia banheiro público, as pessoas não têm educação para manter os jardins (...).

Atrapalha ao movimento das barracas, nos cinco dias que antecedem o evento, quando estão montando os camarotes, e nos cinco dias depois, quando estão desmontando (...).

As pessoas que vêm para o Maceió Fest não são pessoas com um poder aquisitivo alto (...) na maioria das vezes, eles são jovens, e como o povo já está passando por uma fase muito complexa em termos de dinheiro... Então ele vem única e exclusivamente para se divertir, pega uma prainha, o gasto dele é mínimo (Presidente do sindicato de bares e restaurantes, E15).

Apesar do propagandeado, o evento não cria tantos empregos. Os diretores da Liga Independente e os integrantes do Poder Público afirmam 20000 (vinte mil). No entanto, a maioria deles é de sub-empregos, como os ambulantes, os cordeiros, os catadores de latas e os vendedores de comida e bebida.

O estabelecimento do circuito das micaretas no nordeste criou diversas novas profissões, como a de ambulante profissional. Forçados pela falta de emprego, no Maceió Fest são incontáveis os comerciantes de bebidas, churrasquinho, sanduíches, salgados, entre outros produtos, vendidos com muito pouco controle. A grande maioria vem dos bairros periféricos da cidade, mas muitos outros estão habituados a percorrer as micaretas durante o ano, sendo muitos deles originários de Salvador, de Aracaju e do interior de Alagoas (AMBULANTES, 2002). Alguns alugam barracas padronizadas da prefeitura, compradas por R\$ 200 (ano de 2002), outros são licenciados a vender em isopores, mas grande parte apenas se instala e fica atento para fugir dos fiscais.

Os cordeiros são jovens, fortes, oriundos dos mesmos subúrbios dos ambulantes. Em sua posição social muito mais próxima dos foliões da pipoca que dos desfilantes, formam a linha divisória entre os dois grupos. O trabalho é duro e inclui empurrões, socos, calor, por 8 horas seguidas, para receber, dependendo do bloco, pouco mais que R\$ 10 por noite. Provavelmente, é o maior contingente de “empregos” gerados pela micareta.

Não se pode deixar de citar entre os “empregos” gerados pelo Maceió Fest o de catador de latas, que inclui preferencialmente velhos, mulheres e crianças. As noites de festa são proveitosas, pois conseguem reunir centenas de latas de uma só vez, e vendem o quilo por

R\$ 2,50 (62 latas pesam um quilo). Enquanto os foliões exaustos voltam para suas casas, famílias inteiras pernoitam nas areias da praia à espera de mais um dia de cata de lata.

Para o carnaval, a posição do setor turístico difere um pouco. A semana prévia é apoiada, mas as tentativas de se movimentar os dias de carnaval da quaresma não são bem vistas. A consolidação do carnaval maceioense como “carnaval de prévia” marcou a cidade como um local de descanso nos outros dias, recebendo então muitos turistas que querem fugir da agitação de outras capitais. “Maceió é um destino turístico durante o carnaval. A diferença é que as pessoas não vêm para brincar, mas para aproveitar o feriado” (PACHECO; 2003).

Na nossa concepção, o carnaval tem que ser trabalhado de forma diferenciada. Ou seja, não é o carnaval, é a tranquilidade de não ter carnaval. Então, no nosso contexto, o carnaval tem que ficar em Recife, Olinda, Salvador, onde quer que seja. Maceió tem que ser o palco para que estas pessoas que estão em toda a nossa região, que não gostam de carnaval, que venham para cá (...). Para você ter uma idéia, hoje os quatro dias de carnaval são praticamente os quatro melhores dias do ano em movimento. Exatamente porquê as pessoas que descem hoje dessa região são pessoas que descem de carro, descem com as famílias, então por natureza elas têm o poder aquisitivo maior e o poder de consumo também maior (Presidente da associação de bares e restaurantes, E15).

Entre os atores desta categoria estão os bares e restaurantes. Eles têm mais ou menos os mesmos interesses e benefícios dos hotéis, e através de suas associações procuram influenciar o campo. Algumas dessas associações patrocinam a semana prévia de carnaval, assim como procuram se aproveitar do público do Maceió Fest, através de promoções, propaganda e apoio financeiro. Junto com os hotéis e os empresários representados pela Câmara dos Logistas (CDL), é o setor mais beneficiado pela movimentação do carnaval e do Maceió Fest.

Precisamente estes, os atores mais favorecidos (tanto do setor turístico como os patrocinadores), são os mais aversos à exposição de suas relações com o Maceió Fest e o Poder Público. Declarações de que não tinham nada a dizer (ou de que não faziam parte do campo) foram seguidas de recusas a entrevistas.

Esta pode ser uma indicação de tentativa de manutenção de poder. Sendo o Carnaval um evento pouco identificado com o lucro ou o interesse, ficou patente o esforço em não expor a mudanças. Sendo o segredo um caminho para a manutenção do poder, esses atores seguem a estratégia de não revelar os seus, como um meio de manter a atual estruturação do campo e, conseqüentemente se manter no campo de poder.

Como conjunto, o setor turístico é detentor de grande quantidade de capital econômico. Por ser a aposta do governo para o desenvolvimento da cidade, ganharam grande poder de barganha e participam das reuniões comandadas pela SETURMA nas quais são decididas as questões pertinentes aos eventos na cidade. Por esta repentina valorização de sua atividade, estes atores são detentores também de grande quantidade de capital social.

4.4.7 Os blocos de intelectuais

Ao mesmo tempo em que blocos fechados e pagos dominavam o campo, formavam-se coalizões entre os atores sociais secundários para reagir a essa nova estruturação. Grupos intelectualizados, preocupados com a identidade cultural local, formaram blocos que contrariavam a nova ordem, apoiados pelos blocos tradicionais, segundo um jornalista entrevistado (E17). Se por um lado visavam preservar seus símbolos e ritmos, por outro se tornavam refúgio dos setores médios e altos da sociedade, onde tinham origem seus organizadores. Blocos como o Pinto da Madrugada, o Pecinhas de Maceió, o Meninos Órfãos da Albânia (uma dissidência do Meninos da Albânia) e o Filhinhos da Mamãe, entre outros, surgiram (ou ressurgiram, no caso deste último) na década de 90. Esses blocos têm a proposta declarada de se abrir (ou cobrar uma taxa pequena, só para a manutenção), usar orquestras ou bandas improvisadas e retomar a criatividade das fantasias individuais.

O Pinto da Madrugada, por exemplo, surgiu em 2000, inspirado no Galo da Madrugada, do Recife, e hoje é o representante de maior sucesso deste novo tipo de bloco. Sua diretoria é formada por um professor universitário, um economista, um médico e um jornalista, indivíduos “com certas relações” (palavras de um dos fundadores, E1) e um grande capital cultural. Estes fatores os habilitaram a procurar (e receber) a confiança (e o dinheiro) de patrocinadores privados e do governo, a ponto de conseguirem desfilar, em 2003, com 15 orquestras a pé e quase 35 mil pessoas.

Assim como o Maceió Fest, o desfile desses novos blocos recebe ampla e favorável cobertura da imprensa (aliás, jornalistas são alguns dos foliões mais assíduos desses blocos). As colunas sociais costumam divulgar os desfiles semanas antes, e aparecer no bloco é, como no Maceió Fest, uma chance de ter sua foto estampada no jornal do dia seguinte. É a chance de adquirir ainda mais capital simbólico e social (tal fórmula só é válida para aqueles que já dispõem de razoáveis quantidades desses capitais).

Assim como estes, outros blocos dos mais diversos tipos desfilam na prévia carnavalesca, a ponto dessa prévia ser propagandeada como a maior do Nordeste. Os desfiles são antigos, mas a partir de 2002, o conjunto dos desfiles que ocorrem no bairro histórico do Jaraguá ganhou o nome de Jaraguá Folia, em uma jogada de marketing. Tal evento contou com o apoio, além do poder público, da associação de bares e restaurantes de Jaraguá.

4.4.8 As agremiações tradicionais

A criação do Maceió Fest foi um marco na história do campo do carnaval em Maceió, pois reorganizou radicalmente sua estrutura. Surgiu um novo ator (a Liga Independente) que implantou um novo modelo de gestão das organizações carnavalescas. Com um capital social volumoso, esse ator se uniu ao Poder Público e pôde dominar o campo.

As agremiações carnavalescas (incluindo-se aqui troças, blocos e escolas de samba), que estavam enfraquecidas, tiveram que se adequar à nova relação de forças do campo. A retirada de seu principal financiador, o Poder Público, na década de 70, causada pelo desinteresse dos estamentos dominantes pelo carnaval local, deixou-as em situação de penúria, fechando muitas delas.

Uma das alternativas encontradas para sua sobrevivência foi a alteração de seus objetivos. O campo não mais comportava atores desestruturados e ocasionais, o que fez mudar a relação desses blocos com o Carnaval. Mesmo que o desfile carnavalesco fosse o foco principal da agremiação, outras fontes de recursos foram procuradas. Agremiações que se declaravam tradicionais e que hoje criticam a mercantilização do carnaval e a banalização dos ritmos viram-se obrigadas a promover festas e eventos regados a música baiana, pagode ou brega, ritmos da moda, durante todo o ano, para viabilizar sua manutenção. Essa situação perdura até os dias atuais (E13).

Com a volta do financiamento público, no governo Ronaldo Lessa, algumas dessas organizações (principalmente as detentoras de maior tradição e de maior capital social), puderam pleitear apoio.

Em 1992, no início de seu mandato, o lema da Prefeitura era a retomada do carnaval de rua, do carnaval tradicional, mas com uma nova característica: um carnaval centralizado, na Praça Multieventos, um espaço de eventos ao ar livre, na praia de Pajuçara, próximo ao local onde se realiza o Maceió Fest. Entretanto, esta região hospeda muito poucas agremiações, que se concentram, tradicionalmente, em bairros periféricos, principalmente Jacintinho, Feitosa, Ponta Grossa e Prado. O interesse que se percebe não parece ser o de divulgar os blocos tradicionais, mas sim de os usar novamente a serviço da indústria do turismo.

Interessante constatar que, na década de 90, ocorreu um surto associativo nas agremiações carnavalescas de Maceió. Há até pouco tempo moribundas, viam a chance de recuperar sua época de glória ou, pelo menos, de garantir sua sobrevivência, por meio do financiamento público. Para tanto, ao invés de buscar esse objetivo individualmente, a estratégia utilizada foi unir forças para pôr em foco a manifestação cultural da qual faziam parte.

Desse modo, após o surgimento da Liga Independente (1992), surgiram a União dos Blocos de Frevo de Maceió, em 1993; a União das Escolas de Samba de Maceió, em 1994; a Associação de Bandas de Música e Fanfarras de Alagoas (ABAMFA), em 1995; e a associação de Bois de Carnaval, que já funciona na prática desde o início da década, sem estar juridicamente constituída. Um pouco mais antiga é a Associação dos Folgedos Populares de Alagoas (ASFOPAL), fundada em 1985.

Como conjunto, todas essas organizações periféricas no campo utilizam a estratégia do discurso de desinteresse, do amor ao carnaval. Tal estratégia permite que elas se coloquem ao lado do 'povo', do tradicional, se apresentem como defensoras da cultura e agreguem algum capital simbólico aos seus *portfolios*.

Individualmente, sua estratégia é de aliar-se a políticos poderosos, com intuito de obter vantagens e benefícios. Esse é o caso, por exemplo, da Escola de Samba Jangadeiros Alagoanos, cujo patrono é o Deputado Federal João Lyra (em outras ocasiões, candidato ao Senado Federal e ao Governo do Estado) e a escola Gaviões da Fiel, cujo patrono é o Senador Teotônio Vilela Filho. “Correm mais (as apresentações) quando é época de eleição, aí somos mais solicitados” (palavras do presidente de uma destas agremiações, E10).

Esses blocos são considerados tradicionais pela sua história e pelos seus títulos, mas, principalmente, por representar e envolver as comunidades de seus bairros. Ali, gerações de indivíduos crescem com a escola ou o bloco onipresente. Algumas agremiações, como o bloco

Sai da Frente e a Escola Unidos do Poço nasceram em meados do séc. XX, e até hoje preservam as mesmas características de sua fundação, utilizando ritmos e símbolos ainda mais antigos. A renovação dos integrantes é garantida, pois é comum encontrar grupos de adolescentes e crianças que participam e/ou dirigem esses blocos.

Os diretores geralmente são participantes do bloco desde seus primórdios. Costumam exaltar o amor ao bloco, o desinteresse, a entrega. No entanto, no espaço de influência do bloco, geralmente o bairro onde nascem, a participação no bloco traz uma posição de destaque, uma certa liderança. Não se trata só do desfile de carnaval; mais que tudo, aquele é um local de encontro e solução de problemas comuns, de proteção em relação ao exterior. O diretor do bloco é na verdade um representante da comunidade, com direito a todo o capital simbólico de tal posição.

Além do capital de tradição desses blocos, geralmente eles se beneficiam do capital social de seus diretores (os contatos com políticos são a principal forma de ganhar algum apoio). Atualmente, com a valorização do chamado capital empresarial no campo, essas organizações têm sido forçadas a profissionalizar parte de seus quadros, e a maioria delas tem pelo menos um integrante profissional, de fora da comunidade, responsável pela confecção de projetos, mas também por trazer legitimidade para a organização.

Quadro 2 - Campo do Carnaval em Maceió atualmente

Principais Atores	Principais Tipos de capital	Principais Consumidores	Principais estratégias Utilizadas
Poder Público	Como árbitro, poder de coerção; como jogador, poder econômico	No discurso, a população; nas ações, estamentos médios e altos.	Desenvolver o Turismo
Liga Independente	Capital social, capital econômico, capital cultural, capital empresarial e rapidamente adquirindo capital de tradição	Estamentos altos e médios; rapidamente atraindo os estamentos baixos.	Propaganda o desenvolvimento da economia e a democratização do carnaval. Faz parceria com o poder Público
Imprensa	Capital econômico, capital social	Estamentos médios e altos	Aparência de neutralidade. Na prática, apoio ao Maceió Fest
Patrocinadores	Capital econômico	Todos os tipos; no caso das empresas de bebida, segmentado pela bebida	Apoio geralmente inserido em campanhas de marketing mais geral; busca de boa imagem
Setor Turístico	Capital econômico e capital social	Estamentos médios e altos	Apoio ao Maceió Fest; Apoio ao esvaziamento do carnaval; propaganda a criação de empregos
Blocos de Intelectuais	Capital cultural, capital social	Estamentos médios e altos, principalmente os detentores de capital cultural	Retomada do carnaval de rua, só que de maneira estilizada
Associação de Moradores da Orla de Maceió	Capital econômico, capital social	Estamentos altos	Antes era mais ativa; barganha com Poder Público e Liga Independente
Associações de agremiações tradicionais	Capital de tradição; algumas detêm também capital social	Estamentos populares em geral; alguns, pelos estamentos médios detentores de capital cultural	Amor ao carnaval; desinteresse

Fonte: elaboração própria

5 Conclusões e Considerações Finais

O presente trabalho alcançou uma interpretação relativamente inesperada do objeto que procurou analisar. O objetivo inicial da pesquisa foi “analisar a forma como a valorização da lógica de mercado alterou o arranjo de poder no campo do carnaval de Maceió, culminando com o surgimento do Maceió Fest”.

Baseado na teoria dos campos de Bourdieu, o trabalho se iniciou com uma suposição: a de que, com a valorização da lógica de mercado no campo, o valor dos capitais foi alterado, mudando a posição relativa dos atores. Até o momento, consideravam-se relevantes apenas o capital econômico e o capital de tradição nas lutas do campo. Essa seção procura traçar algumas considerações sobre essas e outras idéias.

5.1 Carnaval, mercado e diferenciação social

Fugindo à idealização comum (inclusive do autor desta pesquisa e de alguns dos entrevistados) sobre a democracia inerente ao carnaval de Maceió, durante a pesquisa essa festa se mostrou extremamente compartimentalizada, historicamente. Neste aspecto, o carnaval de hoje é exatamente igual ao carnaval de sempre, alterando-se simplesmente as formas e aparências. Em seu início, os diversos grupos sociais se mantinham separados uns dos outros: dominantes em suas casas, dominados nas ruas, no entrudo. Quando saíam às ruas, os dominantes tinham seus símbolos de distinção, como os cavalos e as charretes, primeiramente, e depois os carros, artigos

de alto luxo à época, utilizados para o corso; as fantasias bem trabalhadas; confetes, serpentinas, limões de cheiro e lança-perfume, de marcas importadas; especialmente, freqüentavam certas ruas e praças socialmente proibidas para as classes subalternas.

Alguns desses sinais de distinção foram, posteriormente, apossados pelos setores médios do campo social, com a popularização dos carros e dos concursos de fantasias, por exemplo, e os estamentos dominantes se retiraram para os salões dos clubes sociais. Tais locais funcionavam como verdadeiras irmandades, com entrada restrita, onde a aristocracia podia novamente se afastar dos setores populares. Esses clubes foram as primeiras organizações razoavelmente estruturadas do campo, funcionando durante todo o ano, tendo diretoria fixa, um estatuto de funcionamento e objetivos definidos.

Com o surgimento dos blocos fechados, os estamentos dominantes retornam às ruas, nos clubes carnavalescos (tal retorno foi permitido pelo controle aos exageros do entrudo). Os dominados também tinham blocos, mas nem de longe tinham o mesmo luxo e organização. Inclusive os horários de locais de desfile eram diferentes. Os “blocos aristocráticos” tinham tudo: em primeiro lugar o capital econômico das fortunas de seus integrantes, em segundo o capital social de suas amizades e relações sociais e, em terceiro, o capital simbólico de seus sobrenomes.

Capital simbólico também tinham alguns dos blocos populares, mas de outra origem, sua tradição. Alguns deles até eram adotados por algum grupo da aristocracia, e seu poder aumentava. A maioria enfrentava grandes dificuldades de sobrevivência.

Até este momento, o campo permanecia restrito ao âmbito local, mas começou a receber influências e atores externos a partir da introdução do samba. Tudo o que era local (os ritmos, as agremiações, os símbolos) aos poucos passou a ser desprezado. O que dava destaque agora seria

ir ao Rio de Janeiro assistir ao desfile de suas Escolas de Samba. Os estamentos dominantes tomavam gosto pelo novo ritmo, pois isso lhes oferecia distinção.

Era “de bom-tom” estar fora de Maceió nos dias de Carnaval. Ia-se para as casas de praia nas cidades-balneário próximas, ou para a nova Meca dos altos estamentos do campo social: Salvador e seu axé. Também tinham destaque Recife e Olinda (participar do frevo em Alagoas é claramente ‘coisa de pobre’, mas não se for em Olinda).

Sem atratividade para os setores dominantes, que saíram da cidade, o carnaval passou a também não ter atratividade para o poder público. O fim do apoio deste ator às organizações do campo determinou um período de grande crise e exclusão de muitas delas, que se viram sem condições de sustento. O capital social, acima do capital de tradição, era o capital determinante nas lutas do campo.

As práticas descritas não mudam ou desaparecem de um momento para o outro, e esse processo não pode ser entendido como uma evolução seqüencial. Algumas dessas práticas ou hábitos demoram gerações para se alterar, ao encontrar indivíduos com *habitus* diferentes de suas origens, e o novo convive ainda muito tempo com o velho. O primeiro passo para a mutação dessas práticas parece ser sua difusão e massificação, quando elas são apropriadas pelos setores dominados, que tentam se aproximar dos dominantes: esse jogo de diferenciação x imitação representa o motor das mudanças no campo, pelo menos no caso analisado.

O campo sofreu uma nova reestruturação a entrada da década de 90. O reconhecimento da indústria do turismo como possível alavanca do desenvolvimento inspirou novos governantes a investir recursos e esforços nas festas populares. O Maceió Fest, que teve apoio decisivo do Poder Público, alçou um novo ator ao campo de poder do carnaval: a Liga Independente dos

Blocos Carnavalescos de Maceió. Com o início do Maceió Fest, várias regras do campo foram então subvertidas.

A primeira delas foi espacial. No início do séc. XX, cada bloco era reservado a diferentes setores da sociedade, mas todos eles desfilavam em espaço público. A separação entre os locais era simbólica (o que não deixa essa separação mais fraca) e, teoricamente, todo e qualquer indivíduo podia freqüentar todo e qualquer local. Quando essa separação passou a não mais bastar, os setores dominantes da sociedade se refugiaram nos clubes, agora um espaço privado, onde a seleção de seus freqüentadores era mais rigorosa. Com o fim dos clubes, esses setores sociais deslocaram-se para locais cada vez mais distantes. Hoje, eles estão de volta às ruas de Maceió, no entanto em um espaço público privatizado, separados do resto do campo social tanto por barreiras simbólicas como por uma barreira bem real, a corda dos blocos. Se eles voltaram às ruas, é porquê seu espaço exclusivo estava garantido, e exatamente por desfilarem próximos espacialmente, o novo modelo ressaltou as diferenças simbólicas entre dominantes e dominados. Ou seja, se algum dia o carnaval realmente houvesse unido lado a lado ricos e pobres, brancos e negros, esta união teria acabado com a fundação das primeiras agremiações carnavalescas.

A segunda subversão ocorreu com a valorização da lógica de mercado no campo. Esta investigação parece indicar que nunca existiu uma lógica do desinteresse no campo (o que existia era a aparência de desinteresse. Esta era a regra). No entanto, nunca o interesse nas ações ficou tão exposto. Encontro entre pares, ajuda mútua, distinção, descontração, sejam quais fossem os objetivos dos integrantes das agremiações carnavalescas tradicionais, poucas vezes a acumulação de recursos estava entre seus principais objetivos. Seu *habitus* lhes dizia que outras coisas eram valorizadas naquele meio. Elas buscavam, no máximo, os recursos necessários à realização do

desfile do ano. Boa parte delas se desfazia quando passava o carnaval, e só voltava no ano seguinte.

Com o novo ator, a acumulação virou regra. O Maceió Fest ocorre só uma vez no ano, mas nessa oportunidade é necessário acumular recursos que paguem o evento, mantenham a organização aberta durante o ano, ajudem na realização do próximo e ainda produzam lucros. Inseridos nesta idéia de acumulação surgiram os shows e eventos distribuídos durante o ano para apoiar a preparação do grande evento.

Num campo formado por agremiações guiadas primordialmente por uma lógica de ação em que o desinteresse (pelo menos aparente), a lógica de mercado da Liga Independente dos Blocos Carnavalescos rapidamente mostrou-se adequada aos interesses das classes médias e altas da cidade. Simplesmente porquê se mostrava o melhor meio de se separar 'o joio do trigo', de manter a diferenciação entre classes. A separação física, com cordas, foi o meio encontrado para manter a mesma separação da época dos clubes, só que agora em um espaço público. E agora uma separação muito mais forte, pois bem mais próxima. O clube não oferece a superioridade transmitida pelo bloco. A existência da pipoca ao lado dos blocos favorece a demonstração de diferenciação. Pode-se dizer então que a presença dos dominados é necessária ao sucesso do Maceió Fest. Mas, simbolicamente, dominantes e dominados estão mais distantes que nunca.

Essa distinção não poderia ocorrer sem organização e estrutura. O modelo de festa precisa da grande empresa para manter o conforto, a segurança e a distinção de seus consumidores. Só a grande empresa tem condições de empreender este tipo de evento. Antes a tradição era a principal fornecedora de capital simbólico às agremiações. Hoje, esse papel é desempenhado pela sua organização administrativa.

Com o passar do tempo, o predomínio foi completo: o novo ator detinha todos os capitais em jogo. Se no início de sua existência este ator (como os outros) se apoiava principalmente nos capitais de seus dirigentes, ou seja, os indivíduos trabalhavam para a organização, com o passar do tempo a organização passa a ser vista como um ente em si, acumulando seus próprios capitais (institucionalização, diriam alguns, poder de marca, diriam outros) e passam elas a trabalhar para os indivíduos. Como em muitas organizações de diversos setores de atividade, o indivíduo passa a ser confundido com a organização, um ganha as características do outro, e não se pode separá-los. O poder dos atores coletivos citados não pode, portanto, ser reduzido ao poder de seus dirigentes, nem à soma dos capitais da organização simplesmente.

O capital econômico (de seus proprietários e aquele dado pelo Poder Público) o capital social (necessário aos primeiros contatos e ao estabelecimento desta parceria); o capital cultural (de seus integrantes, profissionais do entretenimento, com apoio de especialistas) e o capital de tradição (transferido pelo sucesso de outras micaretas e rapidamente ganho através de propaganda) formam o *portfolio* de capitais da Liga Independente. No entanto, provavelmente o mais decisivo e valorizado de seus capitais seja de outro tipo. Um capital de reconhecimento, não esperado quando do início da pesquisa, difícil de descrever, mas que pode ser resumido na confiança gerada pelo modelo administrativo adotado. Pode-se denominar este capital como sendo o capital empresarial, que se valorizou junto com a lógica de mercado, mas que com ela não se confunde.

Esse capital é próprio desta época, que valoriza a organização em oposição ao indivíduo, o profissional em relação ao amador, o estruturado em oposição ao informal. Com certeza a burocracia tem relação com essa confiança gerada nos indivíduos, principalmente em seus aspectos de controle e previsibilidade (na burocracia, teoricamente, as regras são pré-definidas, o

que impediria favorecimentos e mudanças de última hora). No entanto, mais que justificativas racionais, é na ideologia da organização empresarial (ideologia esta que se espalha com a globalização) que está a principal explicação para a transformação da organização administrativa das empresas em um capital nas lutas pelo poder.

Esse novo modelo de festa novamente movimentou o campo, pois trouxe de volta os estamentos dominantes, o poder público, patrocinadores e alavancou a indústria do turismo. Os blocos tradicionais, que quando muito são detentores de capital simbólico de tradição, ainda existem, mas funcionam como figurantes no campo, se apresentando esporadicamente, principalmente nas cidades do interior.

Outros importantes protagonistas são blocos mais recentes que, formados por intelectuais e profissionais liberais, uniram capital cultural e o capital social de suas relações para manter, com sucesso, blocos abertos. Na verdade, esses indivíduos estão, pela sua posição no campo, mais próximos dos setores dominantes (a maioria deles é freqüentadora dos camarotes do Maceió Fest), mas pelo seu *habitus* estão mais predispostos a se preocupar com a preservação de algumas práticas populares.

Retomando o inesperado referido na 1ª página deste capítulo, esta investigação permite dizer, em primeiro lugar, que o carnaval, assim como outras manifestações culturais, é movimentado e modificado, antes de tudo, pela procura por distinção. Mais que quaisquer outros fatores (decisões governamentais, empreendimentos individuais, inovações tecnológicas), a busca de diferenciação/imitação social causou a queda e ascensão dos atores organizacionais em toda a história, busca esta que nada tem de racional ou planejado.

Em razão desta constatação, conclui-se que, mais que permitir seu desenvolvimento, a lógica de mercado se apóia na busca por diferenciação para predominar no campo. Não que a

lógica de mercado fosse inevitável, natural, como muitos afirmam, mas pelo menos neste caso específico, ela parece ter sido mais um meio que um fim. Um instrumento que garantiu a separação de classes; que, indiretamente, beneficiou todos os atores do campo, trazendo de volta o Poder Público e, ao mesmo tempo, força o abandono da antiga lógica de ação, imprópria para a nova era, sob pena de exclusão; que trouxe consigo o modelo administrativo necessário à manutenção de uma estrutura de reprodução da segregação e diferenciação social neste campo. Mais que “palco da liberação de instintos reprimidos, de liberdade, etc”, este espaço se mostra um local de reafirmação da dominação na sociedade.

5.2 Limitações e sugestões de pesquisa

Pode-se dizer que esta é uma das muitas interpretações possíveis sobre os acontecimentos do campo. Evolução, adequação, ou premeditação? Com certeza, seria necessária uma pesquisa muito mais longa, ampla e profunda que esta para que se pudesse cogitar uma compreensão completa do objeto (como descobri a duras penas, os prazos do mestrado são rígidos).

Mas, neste ponto, é importante destacar que o uso da teoria dos campos de Bourdieu representou para a pesquisa um grande apoio, ao mesmo tempo em que uma razoável limitação. Se bem que a limitação não se deu exatamente pelo conteúdo da teoria.

Se por um lado essa ferramenta conceitual se mostrou detentora de um grande poder explicativo da realidade, permitindo o des-cobrimto de aspectos encobertos do campo, por outro lado sua complexidade e abrangência me levam (e acho que levarão sempre) a temer por seu mau uso.

Não que tenha havido insatisfação com os resultados alcançados. No entanto, como me advertiu a Profª Maria Ceci, a origem de tal teoria não está nos estudos organizacionais, e sim na sociologia, sendo grande a possibilidade de simplificação ou reducionismo das idéias do autor.

Mais tarde, senti na pele que todas as advertências estavam corretas (mais uma vez, foi assustador). Depois do primeiro susto, pude recompor-me e achar alguns caminhos não planejados (para isso, também contribuíram as sugestões do Professor Marcelo Vieira). Precisaria de outros dois anos pra resolver problemas como a carga interpretativa de análise e a operacionalização de algumas categorias. Precisaria de outros dez para dar conta de toda a complexidade do pensamento do autor (por exemplo, para analisar melhor a construção dos *habitus* dos atores individuais, e como eles interferem nas ações dos atores; ou compreender melhor as implicações dessa teoria quando analisadas organizações). No entanto, muitos obstáculos foram vencidos, e esse foi apenas o primeiro passo de uma busca pessoal (que divido com meu grupo de pesquisa) para que possamos achar os caminhos pelos quais a teoria dos campos de Bourdieu ajude a ampliar os horizontes do pensamento organizacional.

Como sugestão para pesquisas futuras, seria interessante e enriquecedora uma análise deste objeto através de outras lentes, ou seja, baseando-se em uma outra teoria (a institucional, por exemplo). A comparação dessas análises poderia, no mínimo, aumentar a compreensão sobre o objeto e salientar as contradições ou complementaridades das duas teorias. Tal comparação está na agenda de trabalho do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional, e deve ser realizada brevemente.

Uma segunda sugestão de pesquisa se refere também a uma comparação com este trabalho, mas incluiria uma outra pesquisa empírica. A idéia seria comparar-se o processo de estruturação do campo e o valor dado aos capitais em locais com uma origem cultural e social

diferente (talvez esse também possa ser um trabalho para o Observatório, comparando-se o Nordeste dos coronéis com o Sul da pequena propriedade).

Existe também a necessidade de se pesquisar mais a fundo o papel deste novo capital empresarial na sociedade. Surgido talvez na revolução industrial, parece cada vez mais valorizado. Em seus aspectos relacionados à burocracia, este capital já foi muito bem estudado. No entanto, em seus aspectos ideológicos e meios de transmissão se abre um campo para pesquisas, sob as lentes das lutas de poder, é claro.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALMEIDA, Jaime de. Uma teoria da festa – o carnaval brasileiro. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; CABRAL, Otávio; Araújo, Zezito (orgs.). **O negro e a construção do carnaval no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2003.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. A Nega Jujú e o Moleque Namorador: uma notícia ultra preliminar. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; CABRAL, Otávio; Araújo, Zezito (orgs.). **O negro e a construção do carnaval no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2003.
- AMBULANTES invadem Maceió. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A5, 21 nov. 2002.
- ARAÚJO, Hiram. **Carnaval: Seis Milênios de História**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Fundação de cultura cidade do Recife, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1999.
- BARBOSA, Livia. Globalização e Cultura de Negócios. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R.; CAPPELLIN, Paola (orgs). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- BARDIN, Laurence.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edicoes 70, 1988.
- BASTOS, Fernando. **A Dimensão Institucional do Desenvolvimento Turístico Sustentável: o caso do projeto Costa Dourada**. 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BEYER, Esther. Carnaval: uma perspectiva antropológica. In: **EM PAUTA**. v 3, n. 4, p. 3-16, dez. 1991. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação – Mestrado em Música/UFRGS, 1989.
- BITTENCOURT, Ednor Valente. **Picadas e Ferroadas – Memórias**. Maceió: Edufal, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1986.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Bourdieu**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999. Organizador: Sérgio Miceli.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Organizador: Renato Ortiz.

_____. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. **Livre-Troca**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **An Invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BRANDÃO, Théo. Carnaval. In: DANTAS, Carmem Lúcia Tavares Almeida (coord). **Carnaval Alagoano**. Maceió: Museu Théo Brandão, 1983.

BURKE, Peter. O Carnaval de Veneza. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e Outras F(r)estas – ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da Unicamp, Cect, 2002.

CARNAVAL da cidade sorriso. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 17 fev. 1966.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1982.

CARVALHO, Cristina Amélia. **Poder, Conflito e Controle nas Organizações Modernas**. Maceió: Edufal, 1998.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. RODRIGUES, Suzana Braga. As Transformações nas Significações Culturais em uma Empresa de Telecomunicações: de Empresa Pública a Filial Privada. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

CIPOLA, Ari. NASCIMENTO, Eugênio. Trio elétrico joga US\$ 1 mil para foliões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jan 1994. Folha Cotidiano, p. 3-3.

CLEGG, Stewart. **As organizações modernas**. Oeiras: Celta, 1998.

_____. Tecnologia, Instrumentalidade e Poder nas Organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 5, p. 68-95, 1992.

COOPER, Donald R. SCHINDLER, Pamela, S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sergasa, 1981.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Marcelo. **Olodum: de Bloco afro a holding cultural**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1994.

DELLAGNELO, Eloise; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Literatura sobre novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2000. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1CD-ROM.

DURKHEIM, Émile. **Émile Durkheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1988. Organizador: José Albertino Rodrigues.

ENRIQUEZ, Eugene. **A noção de poder**. Extraído da *L economique et les sciences humaines*, p. 257-306, Paris, 1967.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FILIPE, Rafael Gomes. **Modernidade, crítica da modernidade, e ironia epistemológica em Max Weber**. Lisboa: Instituto Piaget, [2000?].

FISHER, Tânia (org). **Carnaval Baiano: negócios e oportunidades**. Brasília: Ed. Sebrae, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GAPE (Gazeta Pesquisa). **Perfil do Turista que visita Maceió durante a realização do Maceió Fest**. Maceió, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Consecuencias de la modernidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

HALL, Richard. **Organizações: estrutura e processos**. Rio de Janeiro: PHB, 1984.

HARDY, Cynthia; CLEGG, Stewart R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo:

Atlas, 2001. v.2, Cap. 13, p. 260-289. Organizadores da Edição Brasileira: CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISHER, Tânia.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (coord.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOCKMAN, G. A Ciência entre a Comunidade e o Mercado: leituras de Khun, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (org). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 199-231.

HOLANDA, Luciana Araújo de. **Formação e institucionalização do campo Organizacional do turismo em Recife-PE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

IBGE. **Censo demográfico 2000: famílias e domicílios: resultados de amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, [2001?].

LEITE JÚNIOR, Bráulio. **História de Maceió**. Maceió: Catavento, 2000.

LIMA, Felix. **Carnaval de 1903**. Mimeografado. [1960?]. p. 76-81.

LUKES, Steven. Poder e Autoridade. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

MACEIÓ. Secretaria de Turismo de Maceió. Diretoria de Operações. **Memorando nº 001/AL**. Maceió, 2002.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, análise e interpretação dos dados**. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e Poder Simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Sérgio. Axé, babau! **Revista Veja**, Rio de Janeiro, edição 1631, 12 jan 2000.

MATUS, Carlos. **Política, Planificación y Gobierno**. Washington: OPS, 1987.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. **O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX: o espírito do tempo**. São Paulo, Forense, 1969.

OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. **Carnaval Baiano: as tramas da alegria e a teia de negócios**. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

OLIVEIRA, Sérgio Ricardo Góes. Um Estudo de Sua Origem, Desenvolvimento e Estado Atual das Organizações de Blocos de Trios do Carnaval Baiano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2000. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1CD-ROM.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36. Organizador: Renato Ortiz.

PACHECO, Lafayette. Diretor executivo do Conventions & Visitors Bureau. Extraído de **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A8, 8 mar. 2003.

PERROW, Charles. A society of organizations. **Theory and Society**, v.20, n.6, p. 725-762, Dec. 1991.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTARIA da Secretaria de Segurança Pública. **Jornal de Alagoas**, Maceió, Geral, 6 fev. 1983.

PRATES, Marco Aurélio Spyer; BARROS, Betânia Tanure de. O Estilo Brasileiro de Administrar: sumário de um modelo de ação cultural brasileiro com base na gestão empresarial. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P.. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Ed. Atlas, 1997, Cap 3, p. 55-69.

PRYSTHON, Ângela Freire. Mercados globalizados e cultura: cosmopolitismo pós-moderno. **Revista Ícone**, v.1, n. 4, p. 5-21, ago 1999.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

REIS, João José. Tambores e Temores: A Festa Negra na Bahia na primeira metade do séc. XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e Outras Frestas – ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, José Maria Tenório. Tipos Populares do Carnaval. In: **Maceió: histórias e costumes**. Folhetim nº ff – 34. Maceió: FUNTED, [1990?].

RUIZ OLABUÉNAGA, José Ignacio. **Sociologia de las Organizaciones**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. V. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, Carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de Pesquisa nas Ciências Sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, Rosimeri Carvalho da. Controle Organizacional, Cultura e Liderança: evolução, transformações e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. 2, 2002. **Anais...** Recife: Observatório da Realidade Organizacional, PROPAD/UFPE; ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

SOLE, Andreu. **L'entreprise: une invention latine?** 20 f. Apresentado no II Colóquio Internacional – Análise de organizações: perspectivas latinas em Salvador: NEPOL/UFBA, jun. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERAS, Luís. Carnavais adormecidos. In: **Maceió: história e costumes**. Fohetim nº ff – 46. Maceió: FUNTED, [1990?].

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; MISOCZKY, Maria Ceci. Instituições e Poder: explorando as possibilidades de transferências conceituais. In: CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; Vieira, Marcelo Milano Falcão. **Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a Agenda de Pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

WACQUANT, Loic. The Sociological Life of Pierre Bourdieu. **International Sociology**. v 17, nº 4, p. 549-556, dez 2002.

WARNIER, Jean-Pierre. **A Mundialização da Cultura**. Florianópolis: EDUSC, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin-Claret, 2002.

_____. **Fundamentos da Sociologia**. Cidade do Porto: Rés Editora, 1983.

_____. **Max Weber:** sociologia. São Paulo: Ática, 1982. Organizador: Gabriel Cohn.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Roteiro base das entrevistas

- * Qual a história desta organização/agremiação?
- * Quais as atividades desta organização/agremiação?
- * Quando se iniciou o envolvimento desta organização com o carnaval de Maceió?
- * O que mudou no carnaval desde então? Como ele era e como ficou?
- * Quais as outras organizações/agremiações atuantes no carnaval do passado e do presente?
- * Qual seu investimento médio no carnaval/Maceió Fest?
- * Quantos e quais são os envolvidos com a festa?
- * Quais são suas principais fontes de recursos?
- * Como é sua organização administrativa?

APÊNDICE B - Participantes das Associações

ABAMFA – Associação de Bandas de Música e Fanfarras

Sociedade Musical Santa Cecília – Marechal Deodoro
 Sociedade Musical Carlos Gomes – Marechal Deodoro
 Filarmônica Nossa Senhora da Conceição – Passo de Camaragibe
 Sociedade Musical Prof. Francisco Pedrosa – Coqueiro Seco
 Sociedade Musical Prof. Manoel Alves França – Piaçabuçu
 Sociedade Musical Prof. Manoel Alves França – Marechal Deodoro
 Sociedade Filarmônica Euterpe São Benedito – Piaçabuçu
 Associação Musical Independente – Santa Luzia do Norte
 Sociedade Filarmônica Bom Jesus – Matriz de Camaragibe
 Sociedade Musical Penedense – Penedo

ASFOPAL – Associação dos Folguedos Populares de Alagoas

Guerreiro-Baiana – Banda de Pifanos de Santa Luzia
 Pastoril Mensageiro de Fátima
 Guerreiro Treme-Terra de Alagoas
 Baiana Vencedora
 Pagode Comigo Ninguém Pode
 Guerreiro Mensageiro Padre Cícero
 Baiana Mensageiro de Santa Luzia
 Guerreiro Mensageiro Nossa Senhora da Conceição
 Pastorial Imaculada conceição
 Reisado Infantil Trilho dos Três Amores
 Pastoril, Coco-de-Roda, Taieira, Baiana
 Quilombo
 Associação de Capoeira Palmares
 Samba de Matuto Recordação do Passado
 Guerreiro Santa Isabel
 Guerreiro Leão Devorador

Liga das Escolas de Samba de Alagoas

Unidos do Poço
 Treze de Maio
 Jangadeiros
 Girassol
 Arco Íris
 Gaviões da Pajuçara

Liga Independente dos Blocos Carnavalescos de Maceió

Pecinhas de Maceió

Uau
Filhos da Pauta
Bonecos da Serraria
Caveira
Cerveja e Companhia
Xô Preguiça
Nana Banana
Cocobambu/Jangada
Beijo

Bois de Carnaval⁸

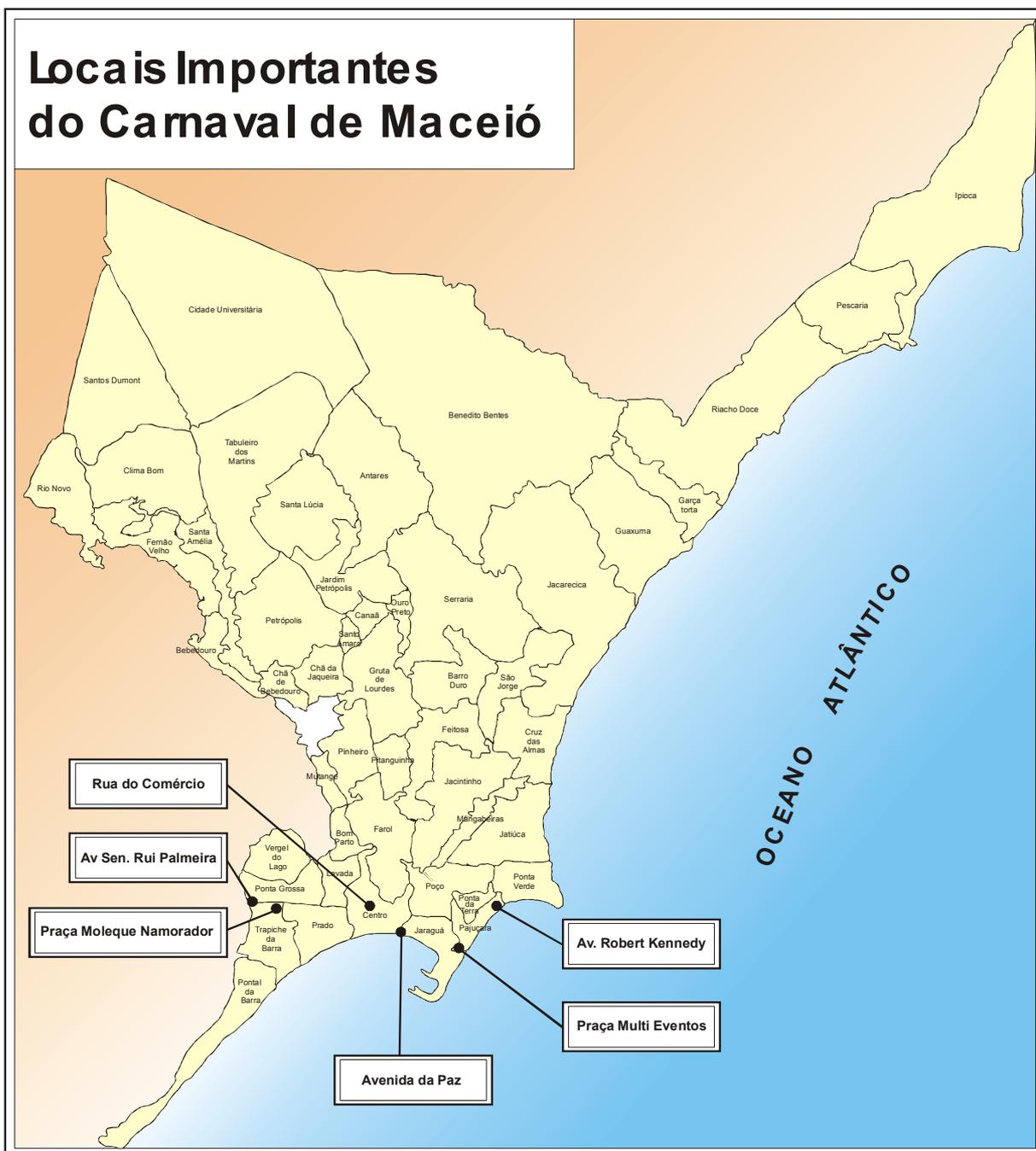
Camaleão
Puma
Cobra Negra
Leopardo
Zebu
Axé
Dragão
Afro Ojubá
Lacrau
Pantera Negra
Tigre
Águia de Ouro
Paraná
Águia
Leão
Rastafari
Gavião

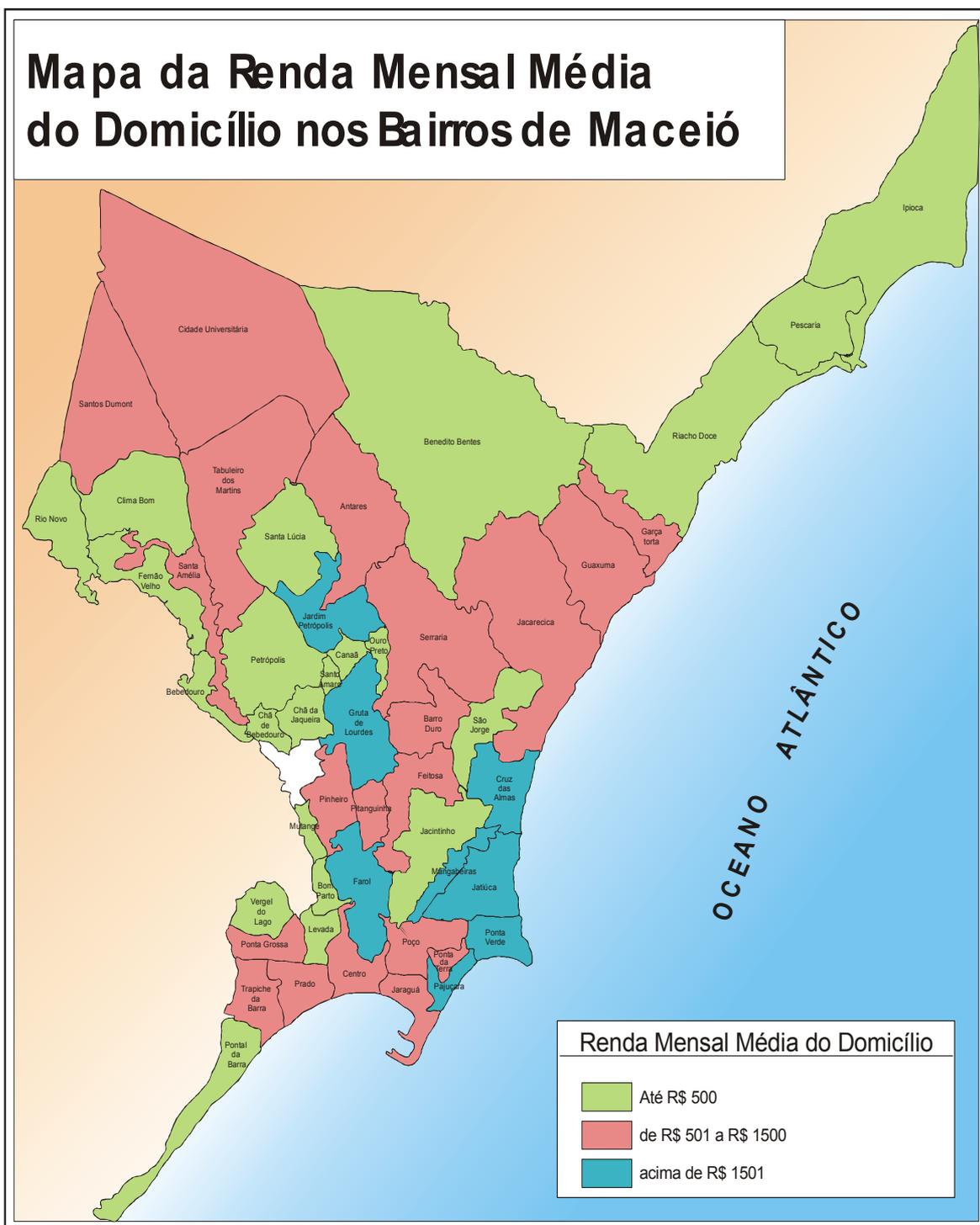
União dos Blocos de Frevo de Maceió

Sai da Frente
Bolão do Frevo
Canto da Cidade
Águia de Ouro
Takapenga
Ganso na Folia
Poço na Folia
Bonecos da Cidade

⁸ A associação não está ainda juridicamente constituída. A relação se refere aos grupos que se apresentaram no carnaval 2003 na categoria boi adulto.

APÊNDICE C – Lista de Mapas





ANEXO A

PRINCIPAIS MICARETAS DO BRASIL (retiradas de www.obaoba.terra.com.br e www.carnasite.com.br).

JANEIRO

- Arraial D´Ajuda Folia - 02 a 05/01 - Arraial - BA
- Bonfim Light - 16/01 - Salvador - BA
- Farol Folia - 18/01 - Aeroclube Plaza Show - BA
- Recifolia - 16 a 19/01 - Recife - PE
- CaboFolia 2003 - 23 a 26/01/03 - Cabo Frio - RJ

FEVEREIRO

- Micaroa - 07 e 08/02 - João Pessoa - PA
- Pré-Cajú - 13 a 16/02 - Aracajú - SE

MARÇO

- CarnaPorto - 01 a 08/03 - Porto Seguro - BA
- Parnaíba Fest - 29 e 30/03 - Alphaville - SP
- Trivela - 29/03 - Rio de Janeiro - RJ

ABRIL

- Micarande - 03 a 06/04 - Campina Grande - PB
- Carnabeirão - 12 e 13/04 - Ribeirão Preto - SP
- Micareta - 24 a 27/04 - Feira de Santana - BA
- Sanatório Geral - 26 e 27/04 - Ubá - MG

MAIO

- Miconquista - 30/04 a 04/05 - Vit. da Conquista - BA
- Trivela - 01/05 - São Paulo - SP
- Micarana - 01 e 04/05 - Itabaiana - SE
- GevêFolia - 02 a 04/05 - Gov. Valadares - MG
- Trivela - 10/05 - Belo Horizonte - MG
- Garanheta - 15 a 18/05 - Garanhuns - PE
- Carnaitu - 31/05 e 01/06 - Itú - SP

JUNHO

▸ **Belô Elétrico - 19 a 22/06 - Belo Horizonte - MG**

JULHO

▸ **Fortal - 24 a 27/07 - Fortaleza - CE**

▸ **Micarina - 11 a 14/07 - Teresina - PI**

AGOSTO

▸ **Macapá Folia - 02 a 04/08 - Macapá - AP**

▸ **Micarecandanga - 23 a 25/08 - Brasília - DF**

SETEMBRO

▸ **Carnágoiania - 20 e 21/09 - Goiânia - GO**

OUTUBRO

▸ **Uberaba Folia - 11 e 12/10 - Uberaba - MG**

▸ **Marafolia - 18 a 20/10 - São Luis - MA**

NOVEMBRO

▸ **Parafolia - 07 a 10/11 - Belém - PA**

▸ **Vital - 15 a 17/11 - Vitória - ES**

▸ **Maceió Fest - 21 a 24/11 - Maceió - AL**

DEZEMBRO

▸ **Carnatal - 05 a 08/12 - Natal - RN**

Anexo B

Levantamento de Ocorrências no Maceió Fest



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS
COMANDO DO POLÍCIAMENTO DA CAPITAL

Of. 40 - P/3 - CPC

Ao Sr. GUSTAVO MADEIRO DA SILVA

Em resposta ao Ofício s/n oriundo da Universidade Federal de Pernambuco, datado de 18 de julho do corrente ano, encaminho a V. Sª dados das ocorrências policiais militares captadas durante a realização do Maceió Fest nos anos de 2001 e 2002.

ESTATÍSTICA MACEIÓ FEST 2001

Nº DE ORDEM	OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES	SOMA
01	Pessoas Desaparecidas	06
02	Documentos Encontrados	562
03	Documentos Procurados	467
04	Documentos Devolvidos	42
05	Socorros de Urgência	16
06	Vítimas de Arma de Fogo	01
07	Apreensão de Arma de Fogo	04
08	Vítimas de Arma Branca	00
09	Apreensão de Arma Branca	05
10	Pessoas Detidas (presas)	236
11	Furto	49
12	Apreensão de Entorpecente	21
13	Lesão Corporal	01
14	Outros (especificar)	28
TOTAL		1438

Nº DE ORDEM	OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO	SOMA
01	Veículos apreendidos	32
02	Recolhimento de CNH	00
03	Acidentes ocorridos	03
04	Socorros de urgência	07
05	Detenções efetuadas	02
06	Outros (Notificações)	118
TOTAL		168

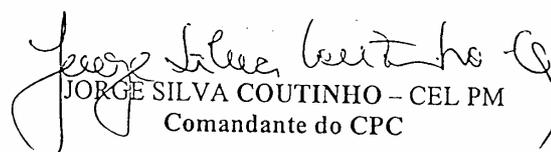
ESTATÍSTICA MACEIÓ FEST 2002

OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES	DATAS				SOMA
	D/21	D/22	D/23	D/24	
PESSOAS PERDIDAS	00	00	00	02	02
DOCUMENTOS ENCONTRADOS	31	81	211	149	472
SOCORROS PRESTADOS	03	08	04	01	16
VÍTIMAS DE ARMA DE FOGO	00	00	00	00	00
APREENSÃO DE ARMAS DE FOGO	01	00	02	02	05
VÍTIMAS DE ARMA BRACA	01	00	00	00	01
APREENSÃO DE ARMAS BRANCAS	01	01	02	01	05
PESSOAS CONDUZIDAS A DP	40	292	308	40	680
PESSOAS APREENDIDAS	02	59	04	02	67
DESACATO	00	00	02	00	02
DANO	00	02	00	00	02
PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE	31	63	24	41	159
LESÃO CORPORAL	01	01	18	01	21
RESISTENCIA	00	00	03	00	03
RIXA	00	00	67	00	67
ARTEFATO EXPLOSIVO	00	00	01	01	02
FURTOS	03	00	83	09	95
APREENSÃO DE ENTORPECENTES	04	10	13	02	29
HOMICÍDIOS	00	00	00	11	11
DESORDEM	31	130	140	39	340
TOTAL	149	647	882	301	1979
OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO	DATAS				SOMA
	D/21	D/22	D/23	D/24	
VEÍCULOS APREENDIDOS	00	10	03	00	13
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	00	09	10	04	23
RECOLHIMENTO DE CNH	00	00	00	00	00
TOTAL	00	19	13	04	36

MACEIÓ FEST 2001	Efetivo Diário	Público Diário
	1491	300.000

MACEIÓ FEST 2002	Efetivo Diário	Público Diário
	1229	350.000

Quartel em Maceió, 21 de agosto de 2003


 JORGE SILVA COUTINHO - CEL PM
 Comandante do CPC